

RUTH RIBEIRO

JUVENTUDE, DROGA E ESTIGMA:

**Um estudo exploratório dos significados atribuídos ao uso
e Tráfico de drogas, por jovens de escola pública de
Belo Horizonte**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do prof. Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves.

Belo Horizonte

Faculdade de Educação da UFMG

2002

Resumo

Neste estudo buscou-se analisar os significados atribuídos ao consumo e tráfico de drogas na perspectiva dos jovens alunos de uma escola pública, situada em área central do município de Belo Horizonte, onde a questão das drogas aparece como elemento importante a afetar o cotidiano escolar. Assim, este trabalho de caráter exploratório voltou-se para a investigação de como os jovens alunos da escola das Magnólias, situada próxima à favela do Morro das Laranjeiras, local onde o tráfico de drogas é intenso e tem gerado situações de conflito tanto no interior da favela como em suas imediações, percebem o consumo e o comércio ilegal de drogas na juventude. O foco das análises apresentadas deriva do trabalho de campo realizado junto aos jovens alunos originários tanto do Morro das Laranjeiras como também de jovens alunos moradores de outros bairros. Este trabalho revela as percepções e as relações de tensão, ocorridas dentro da escola, entre os jovens moradores do Morro das Laranjeiras e seus colegas de outras localidades. A diferenciação resultante do estigma espacial e social de se morar em uma favela caracterizada pela presença do narcotráfico potencializa as brigas, ameaças e agressões entre os próprios jovens bem como entre eles e os profissionais da escola.

ABSTRACT

This study tries to analyze the meanings attributed to the drug consumption and the traffic on the perspective of young students of public school, located on a central area in the city of Belo Horizonte, where the drug question appears as an important element affecting the scholar routine. Thus, this exploratory characterized study turns to investigate how the young students of the Magnólia Scholl, located near the Morro das Laranjeiras conglomerate, where the drug traffic is intense and is causing conflict situations inside and outside the conglomerate, feel the traffic and the drug abuse. The main point presented in this work derives from the fieldwork realized with young people who live in the Morro das Laranjeiras conglomerate and young students of different neighborhoods. This study reveals their perceptions and their tensions relations that occurs inside the school, among the young people of the Morro das Laranjeiras conglomerate and young people from other location. The resulting differentiation of the space and social stigma for living in a conglomerate is characterized for the presence of the traffic what increases the fights and aggressions among the young students themselves and with the professionals of the school as well.

Agradeço a meus pais, pelo empenho e incentivo constante a minha educação;
Ao professor Luiz Alberto Gonçalves (orientador), pela confiança em mim depositada na condução deste desafiante estudo;
Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação da UFMG, pelas valiosas contribuições e apoio permanente;
Ao mestre Luis Antonio Paixão (in memoriam), pelas inesquecíveis lições de sociologia que me ensinou;
À amiga Márcia, pelo apoio, sugestões e correção deste trabalho;
Às amigas, sociólogas Wanja e Cida, pela interlocução generosa e comentários preciosos;
À Escola das Magnólias na pessoa de cada um dos alunos, professores e funcionários que tornaram este estudo possível;
E aos meus amigos e familiares, especialmente, Maria, Balu, Carol, Lucas e Nancy, que compartilharam com solidariedade e afeto das dificuldades e ansiedades inerentes a um estudo desta natureza.

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão. (João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
Da escolha do tema ao objeto da pesquisa.....	07
A s p e c t o s Metodológicos.....	12
CAPÍTULO I – Dimensão sócio-cultural e criminalização das drogas.....	16
1 Heterogeneidade do significado das drogas.....	16
2 Criminalização das drogas.....	28
CAPÍTULO II – Uso de drogas, juventude e desvio.....	47
2.1 Uso de drogas e desvio.....	47
2.2 Uso de drogas na juventude.....	60
2.3 Juventude, transgressão e desvio.....	72
CAPÍTULO III – Tráfico de drogas, juventude e desvio.....	82

perigo.....	
3.1 Tráfico de drogas na juventude.....	82
3.2 Percepção dos jovens sobre os traficantes.....	98
3.3 Traficantes versus policiais.....	113
C O N S I D E R A Ç Õ E S	125
FINAIS	
R E F E R Ê N C I A	129
BIBLIOGRÁFICA	

Dissertação defendida e aprovada, em 3 de Julho de 2002 pela Banca

Examinadora constituída pelos professores:

Professor Dr. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (orientador)

Professora Dr^a Inês Assunção de Castro Teixeira

Professora Dr^a Marília Pontes Spósito

INTRODUÇÃO

Da escolha do tema ao objeto da pesquisa.

O meu interesse pelo tema drogas ilícitas e juventude surgiu no conjunto de indagações sobre um fenômeno que, na atualidade, tem encontrado grande repercussão

na mídia e nas declarações de órgãos responsáveis de prevenir e controlar o consumo e o tráfico de drogas no Brasil e suas implicações no espaço escolar.

O uso de drogas não é exclusividade da juventude atual. As drogas sempre foram usadas das mais diversas formas desde a antiguidade. Seu uso esteve, muitas vezes, relacionados à religiosidade, rituais, festividades ou a outros momentos especiais ligados à vida das comunidades. Mas é na atualidade que as drogas ilícitas tomaram visibilidade associada ao problema da violência nos grandes centros urbanos tanto no Brasil como em grande parte do mundo do mundo ocidental. Nas últimas décadas, a presença e o poder do narcotráfico e suas ramificações nas favelas brasileiras – onde desenvolvem seus empreendimentos ilegais, violentos e altamente lucrativos – modificou o sistema de regras e valores até então existentes. Apesar disto, não podemos concluir que todos usuários de droga são iguais e compartilhem as mesmas vivências culturais. Ao contrário, especialistas e estudiosos do tema têm demonstrado que não há concepções e comportamentos homogêneos dentro do que se convencionou chamar de “mundo das drogas”. Cabe enfatizar, ainda, que apenas uma pequena parcela de jovens encontram-se envolvidos com o comércio de drogas. Mas o que se percebe, como será demonstrado nesta dissertação, é que os jovens moradores das favelas têm sido indistintamente definidos como traficantes e, portanto tratados como se todos eles fossem criminosos, perigosos ou violentos. Tais imagens são reforçadas pela mídia que, muitas vezes, apresentam matérias que destacam os jovens moradores das favelas do ponto de vista exclusivamente negativo, enfatizando o tráfico de drogas e a violência.

O crescimento rápido do tráfico de drogas nas últimas décadas e, por conseqüência o aumento das taxas de criminalidade nos grandes centros urbano das

idades brasileiras tornou perceptivo este fenômeno amedrontador. A percepção a respeito do uso e tráfico de drogas, no entanto, é heterogênea e marcada por ambigüidades. Sob este aspecto, a questão das drogas ilícitas revela uma polifonia de diferentes discursos, que dividem homens e mulheres, jovens e adultos, moradores de favelas e moradores de outros bairros, educadores e alunos.

Em 1997, trabalhando como professora de sociologia e assumindo o cargo de coordenadora da área de Ciências Humanas na Rede Municipal de Ensino – RME na periferia de Belo Horizonte, recebi solicitações da escola para realizar discussões com o corpo docente sobre o tema das drogas ilícitas, pois já se tinha a clareza que o problema das drogas encontrava-se dentro da escola. No entanto, o debate sobre o assunto era marcado por polêmicas que refletiam uma falta de informação dos profissionais que, na maioria das vezes, se expressavam de maneira preconceituosa em relação aos jovens que se supunha envolvidos com drogas ilícitas. A desinformação generalizada sobre estas questões levava a ações pedagógicas centralizadas em torno de se identificar os alunos envolvidos com droga. A forma de identificação destes jovens baseava-se em estereótipos que associavam o consumo de drogas a indisciplina, baixo rendimento escolar, violência. Por sua vez, ouvia-se dizer que jovens indisciplinados, desinteressados ou apáticos estavam envolvidos com drogas ilícitas. Além disto, questionava-se a presença destes jovens na escola na medida que se pressupunha que, por estarem envolvidos com drogas estes jovens poderiam influenciar seus colegas a consumirem drogas ou mesmo a aderirem ao tráfico. Não obstante, verificava-se que, além da desinformação acerca das drogas ilícitas, desconhecíamos também os jovens alunos daquela escola o que contribuía para dificultar nossas discussões sobre o problema das drogas na instituição.

Constata-se ainda que a preocupação em torno da questão das drogas ilícitas na juventude estende-se a toda comunidade escolar. Mas, o debate público do tema tem ocorrido também de forma sensacionalista e preconceituosa, fruto de observações superficiais e conclusões imediatistas. Diante da fragmentação e parcialidade de tais informações multiplicam-se noções que associam o uso de drogas a comportamentos e atitude violentos “mito da droga com ingredientes de desordem”. (Paixão, 1994) A ausência de pesquisas nesta área colabora para esta mitificação. O trabalho de Alba Zaluar sobre a organização social do tráfico na Periferia do Rio de Janeiro e de Eloísa Guimarães, sobre as conexões entre a rede pública e o narcotráfico, são exceções que confirmam a regra do desconhecimento empírico sobre a questão das drogas no Brasil. Desta forma, a falta de conhecimento dos índices de consumo e dos aspectos sócio-culturais que envolvem a questão droga tem dado lugar a atitudes estigmatizantes, moralistas ou apenas restritivas que pouco tem contribuído para diminuição do consumo e tráfico de drogas. Pode-se dizer ainda, que de forma geral, a percepção que se tem dos jovens na atualidade baseia-se em estereótipos que caracterizam a juventude como consumista, alienada ou protagonista da crescente violência urbana brasileira. O surgimento destes vários estereótipos sobre uma suposta condição juvenil, homogênea e com características universais, que atingiria da mesma forma a todos os jovens tem dificultado o desenvolvimento de ações educativas e de prevenção contra as drogas. Sob este aspecto Spósito (1996) acrescenta:

“De um lado, o estereótipo é aliado íntimo do preconceito, fato criador de enormes dificuldades para aqueles que se dedicam ao trabalho educativo. De outra parte, o estereótipo não permite que interroguemos o sujeito – neste caso o aluno jovem – ao qual atribuímos determinadas características a priori e negamos o direito de fala, isto é nos negamos escutar o que ele teria a nos dizer sobre si mesmo. Mais ainda, a heteronomia anula qualquer processo de autonomia, pois acabamos por

considerar o jovem incapaz de produzir orientações a partir de si mesmo, e que as definições que lhes são imputadas exteriormente são suas próprias definições”.(Spósito, 1996, p.99).

Insatisfeita com estes estereótipos que se fazem presentes também no espaço escolar é que busquei, nesta dissertação de mestrado, investigar e pesquisar como os jovens percebem o consumo e tráfico de drogas e, os efeitos deste fenômeno na instituição escolar. Neste sentido, este estudo de caráter exploratório voltou-se para a compreensão dos significados atribuídos ao consumo e tráfico de drogas na perspectiva dos jovens alunos da Escola das Magnólias, localizada em uma das áreas onde o tráfico de drogas é intenso. A relevância da discussão sobre o tema do uso e do tráfico de drogas na juventude, se por um lado deve-se à centralidade que ocupa no debate público atual a respeito da inserção, cada vez maior, de jovens consumindo e, ou aderindo ao tráfico de drogas, por outro vem contribuir para a agenda de pesquisas sobre a juventude, propiciando ampliar a compreensão acerca da interação entre juventude e escola.

Desde a década de 60, o tema da juventude praticamente desapareceu do interesse de estudos das Ciências Humanas no Brasil. Mesmo se tratando de pesquisas na área educacional poucos são os estudos que privilegiam os jovens como objeto de análise. Não obstante, na década de 80 duas orientações teóricas de análise educacional tem retomado a discussão sobre juventude. A primeira refere-se a instituição escolar como um espaço de múltiplas relações, apropriações e redefinições das orientações estatais e das determinações estruturais, análise originada dos estudos de natureza etnográfica. A segunda, diz respeito às orientações que buscam resgatar o ponto de vista dos sujeitos, pensados a partir de sua capacidade de produzir orientações e ações de natureza coletiva. É no encontro destas duas orientações que o tema da juventude

ressurge na reflexão educativa. Isto porque, ao se tratar dos processos reais que constroem a escola torna-se necessário admitir a diversidade de ritmos, tempos e espaços dos movimentos, das instituições e de seus atores, que gestam práticas e representações polissêmicas. Esta abordagem, portanto, implica em entender a juventude em suas múltiplas dimensões sócio-culturais. (Spósito, 1996).

Mesmo assim, como veremos no capítulo III, verifica-se ainda a ausência de uma discussão mais ampla destinada a reconhecer os jovens como atores sociais que, ao mesmo tempo, são protagonistas e vítimas da violência produzida, no caso específico desta dissertação, pelo narcotráfico. Cabe finalmente mencionar que, ao longo deste trabalho, a categoria juventude é entendida como um grupo etário específico – 14 aos 20 anos de idade, que se constitui no processo sócio-cultural demarcado pela preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade. (Waiselfsz, 2000) Assim, o objeto de análise desenvolvido neste estudo parte do pressuposto que a noção do que é juventude é histórica, variando ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Desta forma, ao analisarmos a juventude estamos nos referindo à existência de juventudes, com as mais diversas caracterizações e inserções na vida social. Pois, como bem afirma Barreiro (1999) a juventude não é uma essência, não é algo que existiu desde sempre, de modo imutável. Mas ao contrário, a juventude é um mundo de experiências e um grande e diversificado campo de produção de significações sociais.

Aspectos Metodológicos

Ao iniciar este estudo sobre o uso e tráfico de drogas na juventude e suas implicações no espaço escolar deparei-me com a dificuldade de estar investigando um universo caracterizado por práticas definidas por lei como ilegais e, portanto, realizadas de maneira clandestina. Neste sentido, mesmo que inicialmente tenha recorrido aos boletins de ocorrência da escola, com o objetivo de levantar dados sobre os jovens envolvidos com o uso ou tráfico de drogas, não foi possível obter tais informações, na medida em que esses dados não se encontravam registrados nos boletins. Além disto, durante o período que permaneci consultando estes registros, percebi que esta estratégia poderia comprometer a relação de confiança entre pesquisador e sujeitos pesquisados, critério fundamental que deve ser levado em consideração para realização de uma pesquisa desta natureza.

Pode-se dizer assim, que o fato de querer investigar jovens que não se revelam, a priori, como usuários de drogas ou traficantes representava, naquele momento, uma das dificuldades de me inserir no contexto a ser investigado. Além disto, o fato dos traficantes agirem de maneira violenta contra aquelas pessoas que são consideradas por eles como “informantes” das autoridades legais, constituiu para mim uma preocupação constante na medida que este fato podia, de alguma forma, colocar em risco a segurança dos pesquisados, bem como ameaçar a minha própria segurança. A alternativa por mim encontrada foi realizar um trabalho de observação direta em que os limites desta observação se davam no decorrer da própria investigação. Desta forma, não forcei situações, ao contrário, procurei me integrar ao cotidiano escolar, tentando perceber as

questões que se aproximavam do objeto deste estudo. Assim, não abordava imediatamente os fatos relacionados ao uso e tráfico de drogas, mas aguardava que as situações fossem se delineando para, então, estar conversando com os jovens sobre elas.

A pesquisa de campo foi realizada junto aos jovens alunos da Escola das Magnólias, situada na vertente sudoeste da favela Morro das Laranjeiras, região central de Belo Horizonte. A escolha da Escola das Magnólias como universo de pesquisa deveu-se, em primeiro lugar, a sua localização, próximo à favela Morro das Laranjeiras onde o tráfico de drogas é intenso e tem gerado situações de violência tanto no interior da favela como em suas imediações, como é o caso da escola. Ainda como forma preliminar para definição da escola a ser pesquisada, procurei a direção da escola em novembro de 1999 expondo meu interesse em estudar a juventude e seus problemas na atualidade. Neste encontro a direção esclareceu-me que o principal problema da escola era o fato de que parte de seus alunos residia no Morro das Laranjeiras e vários deles estavam envolvidos com o tráfico de drogas. Além disto, devido sua localização central, a escola recebia alunos de classe média de outros Bairros de Belo Horizonte. Tal situação me pareceu interessante de ser investigada à medida que poderia representar diferenças sócio-culturais entre os jovens alunos.

No período letivo do ano de 2000, realizei o trabalho de campo desta pesquisa. Neste período freqüentei a escola nos turnos da manhã e/ou da tarde, por todos os dias, inclusive nos sábados letivos, quando ocorriam os eventos esportivos e culturais. Como já mencionado anteriormente, no primeiro momento desta pesquisa me ative a uma observação direta das situações que envolviam os jovens da escola em relação ao

fenômeno das drogas. Com o objetivo de complementar e aprofundar as questões que eram observadas e registradas no diário de campo utilizei-me de entrevistas semi-estruturadas cujo roteiro era construído a partir da fundamentação teórica e também dos próprios dados coletados através da observação direta das situações que ocorriam dentro da escola e nos locais de entrada e saída dos alunos. Desta forma, não estabeleci um número pré-determinado de jovens a ser entrevistados. No decorrer do período inicial da observação fui estabelecendo uma relação de confiança com os jovens que me possibilitou a escolha dos primeiros informantes na perspectiva que os mesmos indicassem outros, que por sua vez, indicariam outros e assim, sucessivamente, até o ponto de redundância. Sendo assim, foram realizadas 29 entrevistas individuais e 4 entrevistas coletivas.

Cabe dizer ainda que, na maioria das vezes, o processo de adesão dos jovens à pesquisa era permeado por uma relação de confiança e cooperação, que inclusive me permitia gravar as entrevistas. Outras vezes deparei-me com a situação de ter de construir este processo ou minimamente conquistá-lo. As resistências se deram principalmente entre aqueles jovens que se sentiam mais ameaçados pelos conflitos que ocorriam no interior da escola, o que me impunha aguardar o momento propício para estar realizando as entrevistas. Embora essa situação possa ter implicado em algum limite à produção de dados obtidos, acredito que contribuiu para a compreensão do clima de insegurança e medo vivenciado por estes jovens. Quanto à realização das entrevistas coletivas, cabe salientar que elas ocorreram com um número variável de participantes, estes participantes estavam intimamente ligados às situações descritas nos depoimentos dos jovens entrevistados individualmente. Nestas entrevistas coletivas estava sempre presente pelo

menos um jovem anteriormente entrevistado, procurando assim configurar momentos de debate, que levassem em consideração a divergência de opiniões entre eles, e permitindo a continuidade e aprofundamento das questões centrais contidas nas entrevistas individuais. No processo da pesquisa entrevistei, ainda, outros atores – pais de alunos e profissionais da escola, na medida que eles estiveram diretamente relacionados aos depoimentos dos jovens ou aos episódios que ocorreram na escola, aproximando-os do objeto desta pesquisa.

Conforme poderá ser percebido ao longo desta dissertação, este trabalho não trata de homogeneidade, mas de diferenças que se encontram presentes nos discursos dos próprios atores. Assim, o que busquei por meio dessa metodologia de tipo exploratória foi perceber os significados atribuídos ao consumo e tráfico de drogas na juventude, a partir da perspectiva dos próprios jovens alunos da Escola das Magnólias, envolvidos ou não com o consumo e ou tráfico de drogas. Neste sentido, esta dissertação de mestrado divide-se em três capítulos:

No primeiro capítulo – “Dimensão sócio-cultural e criminalização das drogas” procurei contextualizar, mesmo que de forma breve, os significados atribuídos ao consumo de drogas ilícitas. Discuto, também, como as drogas vão se tornar um problema social a partir de sua criminalização e como as leis têm influenciado na construção de modelos de prevenção ao consumo e na repressão ao de tráfico de drogas.

No Segundo capítulo – “Uso de Drogas, Juventude e Desvio”, tendo como fundamento teórico a problematização sociológica do conceito de desvio, procuro apresentar as percepções dos jovens alunos, usuários ou não, em relação ao consumo de

drogas, bem como analisar o processo de estigmatização vivenciado pelos alunos moradores da favela do Morro das Laranjeiras.

No terceiro capítulo – “Tráfico de drogas, juventude e perigo” apresento como os jovens alunos da escola percebem e definem o tráfico de drogas. Além disto, discuto as relações de conflito entre os jovens e os traficantes, entre os jovens e os policiais e os impactos destas relações no interior da escola.

CAPÍTULO I – DIMENSÃO SOCIO-CULTURAL E CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS

1 Heterogeneidade do significado das drogas

Estudos antropológicos têm demonstrado que o uso de drogas não é exclusividade de nossa cultura ocidental contemporânea. Desde os primórdios da civilização os homens vêm fazendo uso de drogas psicoativas. Todas as comunidades humanas registram experiências de consumo de substâncias que provocam alterações significativas dos estados da consciência e da percepção. Entretanto, em sociedades indígenas o uso de drogas é ritual e, portanto, socialmente controlado, só sendo permitido seu uso em situações especiais, por pessoas específicas. O pesquisador Antony Henmam, ao discutir o uso ritualístico da maconha entre os índios Tenetehara do Maranhão ressalta:

“A prática de capação denota uma clara influência da população envolvente, já que esses cuidados não são dispensados aos pés de tabaco, inserido-se no contexto das arraigadas crenças populares nordestinas sobre sexualidade da maconha. Evita-se que mulheres se aproximem das plantas, especialmente na época da capação, para não favorecer o desenvolvimento de exemplares machos, de escassos rendimentos. Além disso, o próprio consumo da maconha é, em geral, restrito aos homens, e apenas as mulheres de status elevado – avós e pós menstruantes – se dão a liberdade de pedir aos homens para seu uso pessoal. Para crianças e mulheres mais jovens, a principal função da planta é medicinal, sendo usada em infusões para o tratamento de febres e gastrites.” (Henman, 1994, p. 68-69).

Segundo Regina Abreu (1992), os estudos antropológicos que interpretam o uso de drogas em diferentes sociedades possuem muitas variáveis explicativas. Entretanto, partindo da análise de alguns ensaios antropológicos representativos, a autora destaca que

todos os pesquisadores enfatizam a idéia da singularidade de cada cultura, investigando a prática do uso de drogas psicoativas como um hábito, um costume, que só pode ser interpretado a partir de um sistema específico de valores e símbolos devidamente contextualizados. Assim, relacionando o uso de drogas ao contexto religioso, análises antropológicas vêm demonstrando que todas as religiões utilizam-se de substâncias psicoativas como veículo privilegiado para a comunicação com o universo do sagrado. O xamanismo ilustra claramente esta utilização – o termo xamã tem sido utilizado genericamente entre os antropólogos para designar o sacerdote de culturas tradicionais.

De acordo com Regina Abreu:

“As pessoas das culturas nas quais os xamãs operam acreditam que ele seja capaz de travar contato e lidar com o mundo dos espíritos. As plantas psicoativas neste contexto são compreendidas como plantas sagradas sob o domínio dos xamãs. O conhecimento sobre a maneira e os efeitos provocados é o resultado de tradições milenares difundidas através de gerações. Neste contexto, parece significativo apontar que o que está em jogo é um complexo sistema de crenças, com muitas variações entre as diferentes sociedades, mas com o substrato comum de cada um destes sistemas de crenças funciona de forma mais ou menos integrada, contando com a adesão de seus membros, o que lhe confere extraordinária eficácia. Um sistema de crenças é a base sobre a qual uma cultura se organiza e se mantém”.(Abreu, 1992, p.18)

Nesta perspectiva é possível entender como o conceito de droga é historicamente datado e vinculado a valores nem sempre consensuais. As diferentes culturas criam um espaço próprio para o uso diversificado de drogas, quer em contextos religiosos, quer em rituais ou em cerimônias específicas. É neste aspecto que o antropólogo Edward MacRae, a partir de uma denúncia anônima feita ao CONFEM – Conselho Federal de Entorpecentes, retoma a discussão de se manter a permissão do uso do chá ayahuasca,

utilizado pelos membros da comunidade religiosa identificada como Santo Daime, na Amazônia brasileira. As considerações sócio-culturais apresentadas pelo antropólogo tiveram grande influência na decisão do CONFEM, que foi favorável à manutenção da ayahuasca fora das listas de substâncias de uso proscrito. Neste sentido, argumenta o antropólogo:

“Mas além de dar uma resolução mais definitiva para a questão do uso ritual da ayahuasca, essa decisão serviu para reforçar mais uma vez a noção de que os aspectos socio-culturais são uma faceta cuja importância deve ser levada em conta na determinação de políticas públicas sobre o uso e abuso de psicoativos.

Aderiu-se assim a ponto de vista do falecido médico norte-americano Normam Zinberg, conceituado pesquisador da área de psicoativos, para quem o controle exercido pelo meio social tem grande eficácia sobre os resultados produzidos pela utilização de psicoativos tanto em termos da percepção dos efeitos por quem ingere quanto em relação às conseqüências sociais desta prática.”(MacRae, 1994, p.43).

De acordo com Gilberto Velho (1994), a existência de um mundo das drogas está vinculada à observação de redes sociais que articulam o comércio ilegal das mesmas, bem como ao conjunto de crenças, valores, estilo de vida e visões de mundo que expressam modos particulares de construção da realidade. Segundo ele, é fundamental considerar a heterogeneidade de um hipotético mundo das drogas, a partir da amplitude das relações sociais que se estabelecem na sociedade contemporânea. A noção de mundo das drogas é muito genérica e pressupõe atitudes e comportamentos homogêneos não permitindo estabelecer distinções e particularidades que considerem os múltiplos significados atribuídos à utilização das diferentes drogas. Não podemos concluir que todos os usuários de drogas são iguais ou compartilham a mesma vivência cultural. Trabalhos de especialistas que lidam com o atendimento a usuários de drogas sugerem diferenças em

grau de envolvimento ou de relação com a droga e com o grupo de usuários. Desta forma, segundo Gusfield (1975), no estudo do comportamento do usuário de drogas é freqüente os indivíduos serem concebidos como respondendo a estímulos. Entretanto, é importante reconhecer que os seres humanos podem construir ou criar seus próprios estímulos. Eles selecionam, interpretam e emprestam conotações às drogas, concebendo significado as suas experiências.

Seguindo esta linha de raciocínio, um pressuposto muito difundido em relação ao usuário de drogas ilícitas se refere à crença que todo usuário freqüentemente se torna dependente ou viciado pois acredita-se que ao se iniciar o uso de drogas ilícitas com a maconha, passa-se, em seguida, ao uso de drogas mais “pesadas”. Isto se daria com o objetivo de diminuir a insatisfação do pouco efeito produzido pela droga inicialmente consumida, configurando-se assim a dependência. Contrapondo a esta idéia, Bucker (1998) relata que especialistas e pesquisadores que lidam com o tema das drogas avaliam que a quantidade e a intensidade das alterações produzidas por determinada droga dependem do tipo de droga e suas características, da quantidade utilizada, das características pessoais do usuário e das circunstâncias nas quais ocorre o uso. Além disto, segundo a Organização Mundial de Saúde, o indivíduo só deve ser considerado dependente a partir da combinação de pelo menos três dos seguintes sintomas:

1. Forte desejo ou compulsão de consumir drogas;
2. Consciência subjetiva de dificuldades na capacidade de controlar a ingestão de drogas, em termos de início, término ou nível de consumo;

3. Uso de substâncias psicoativas para atenuar sintomas de abstinência, com plena consciência de efetividade de tal estratégia,
4. Estado fisiológico de abstinência;
5. Evidencia de tolerância, necessitando doses crescentes da substância requerida para alcançar os efeitos originalmente produzidos;
6. Estreitamento do repertório pessoal de consumo, quando o indivíduo passa, por exemplo, a consumir drogas em ambientes não-propícios, a qualquer hora, sem motivo especial, etc;
7. Negligência progressiva de prazeres e interesses outros em favor do uso de drogas;
8. Persistência no uso de drogas, a despeito de apresentar clara evidência de manifestações danosas;
9. Evidência de que o retorno ao uso da substância, após um período de abstinência, leva a uma reinstalação rápida do quadro anterior. (Normas e procedimentos na abordagem do abuso de drogas, Ministério da saúde, Brasília, 1991).

Edward MacRae (1997) chama a atenção para a importância de se diferenciar o “uso controlado” e o “uso compulsivo” de drogas. O que distingue estes dois tipos de uso é que o primeiro é regido por regras, valores e padrões de comportamentos veiculados por uma subcultura de usuários que estabelecem controles sociais que funcionam de maneira formal ou informal, definindo o que é uso aceitável ou condenando os que fogem destes padrões, limitando o uso a meios físicos e sociais que proporcionem experiências

positivas e seguras, identificando efeitos potencialmente negativos e distinguindo os diferentes tipos de uso das substâncias. Nesta mesma perspectiva, Bucker (1992) argumenta que não podemos deixar de considerar que apesar da existência de usuários dependentes há também, cada vez mais, usuários que não se tornam dependentes e conseguem fazer um uso controlado de drogas, não colocando em risco sua inserção social ou profissional. Nesta sentido, segundo este autor:

“(…) usar drogas pode levar à farmaco-dependência, mas mesmo no caso das drogas mais “duras” , como a cocaína ou as anfetaminas, depende da pessoa (e do seu contexto) a entrada ou não na escalada da dependência, do isolamento, da destruição. Neste sentido, lembra-se que a periculosidade do produto em si é relativa, considerando tão somente a toxicidade da substância, corre-se o risco de esquecer-se dos outros fatores da equação da dependência, em primeiro lugar a pessoa, sua maior ou menor fragilidade e os seus conflitos, inscritos em sua historicidade. Em segundo lugar o contexto sócio-cultural e econômico, que pode, em encadeamento desfavorável, induzir a entrega às drogas.” (Bucker, 1992, p. 31).

Dentro desta perspectiva, Peter Cohen (1993) constatou, através de estudos em Amsterdã, com base tanto em surveys da população quanto em pesquisas em profundidade da carreira dos usuários de drogas, que os padrões normativos para usuários de maconha e cocaína tendem para níveis menores de consumo e com frequência para a abstinência. O uso excessivo existe, mas representa a exceção e não a regra. Dentro desta mesma perspectiva, Velho (1997) adverte para o erro de se tentar estabelecer conclusões sobre o consumo de drogas considerando-se exclusivamente os indivíduos que procuram clínicas psiquiátricas de tratamento para toxicômanos. Ainda nesta linha de pensamento o médico sanitário Elson Lima destaca que, na maioria das vezes, o modelo clínico psiquiátrico estabelece uma hierarquia causal entre consumo

abusivo de drogas baseado em sinais e os sintomas por ele advindo, não diferenciando os vários tipos de usuários, resultando daí num reducionismo perigoso, uma vez que, ao se transpor o universo micro consultório/enfermaria para o universo macro, generaliza-se informações que não abrangem a maioria da população usuária.

Enquanto a mídia e a opinião pública pressupõem causalidade entre o consumo de drogas ilegais e atitudes violentas, o papel específico destas drogas não está claro, uma vez que não se comprovou relação objetiva entre os efeitos fisiológicos de drogas ilegais e violência. Jeffrey Roth (1994), em pesquisa realizada para o Departamento de Justiça dos Estados Unidos afirma que a única associação constatada entre aumento da violência e consumo de drogas se refere ao uso de álcool. Sob o efeito de altas doses de cocaína e LSD constatou-se que certos indivíduos podem experimentar explosões de violência quando observadas psicoses preexistentes. Quanto ao uso do crack são ainda necessárias pesquisas sobre seus efeitos farmacológicos, uma vez que o princípio ativo do crack afeta o cérebro de forma mais direta que a cocaína ingerida de outras formas. Ainda segundo o autor, a única correlação possível entre drogas ilegais e violência se refere ao tráfico de drogas: disputas entre distribuidores rivais, conflitos e roubos entre compradores e vendedores, assaltos para se levantar dinheiro para a compra de drogas e conflitos entre traficantes e a comunidade em que atuam. No Brasil, uma pesquisa realizada pelo centro Latino Americano de Estudo sobre eventos violentos e saúde – CLAVES, constatou que 88,1% dos casos de violência associada ao uso de drogas se refere ao álcool (violência doméstica, afogamentos, agressões, tentativas de homicídios, acidentes de trânsito e quedas). Em contrapartida, a cocaína aparece em 0,9% (overdose, queda), a maconha em 1,2% (bala perdida e violência doméstica), o álcool e a maconha associados em 0,6%

(agressões) e o álcool e a cocaína juntos em 2% (overdose, violência doméstica, tentativa de suicídio). Em relação à faixa etária, a frequência maior se dá na faixa dos 20 aos 59 anos. A cocaína e a maconha aparecem dispersas e não significativamente em nenhuma faixa de idade. (Minayo, 1997, p.34 e 35).

Anterior à década de 60, de acordo com Gusfield (1975), o consumo de droga era associado principalmente às minorias sociais e/ou culturais, ao mundo artístico, ao submundo do crime ou às comunidades marginais. Eram estes os ambientes onde se acreditava encontrar o usuário de drogas. Enquanto o uso de drogas esteve associado a grupos considerados marginais e minoritários, os conflitos relativos a sua inserção social eram relativamente equacionados frente à opinião pública. No entanto, a partir do movimento de contra-cultura, quando emergiu o uso de maconha e drogas alucinógenas entre os jovens de classe média, gerou-se outro tipo de conflito.

O consumo de drogas entre grupos culturalmente dominantes não só é recente como, também, é parte de mudanças culturais mais gerais nas quais os jovens passam a ter uma centralidade. Os jovens de classe média passam a ter visibilidade como usuários de drogas, principalmente a maconha, no entanto, não podem ser percebidos como minoria social ou cultural. O consumo de drogas para estes jovens estava relacionado a questões de mudança cultural, tanto através dos usuários quanto da sua relação a estilos de vida profundamente contestados. O movimento de contracultura denominado movimento hippie, caracterizava-se por uma rejeição a um modo de vida convencional em que os valores familiares, educacionais e de trabalho eram duramente criticados através de manifestações musicais – o rock, da prática de uma vida comunitária e do uso de drogas. Buscava-se novas formas de apreensão da realidade, alargar a consciência e

questionar o pensamento dominante da sociedade tecnocrática, capitalista. Neste período de efervescência sócio-político-cultural aqui no Brasil destacava-se o uso da maconha e do LSD. Embora a maconha já fosse conhecida das camadas pobres da sociedade brasileira, o uso dela e do LSD passou a atingir as camadas médias jovens, sobretudo a partir do contato dos jovens brasileiros com a cultura americana. É necessário ressaltar que a essa época o Brasil vivia sob os efeitos de um regime autoritário (ditadura militar) que suprimia liberdades individuais através da repressão violenta, como tortura e assassinato de grupos de pessoas que, em grande parte, eram jovens de classe média que tentavam reagir a esta situação. (Velho, 1997).

Foi nesta conjuntura que o consumo de drogas, disseminou-se em todo o mundo ocidental. As drogas alcançaram centros urbanos médios e pequenos, assim como a juventude de classe média, mobilizada pelo movimento de contracultura que transformou a expansão da consciência, o sexo desinibido, o rock'roll e as drogas em estilo de vida. Nem mesmo a repressão autoritária no Brasil conseguiu conter esta disseminação. (Paixão, 1994). A partir deste contexto se estruturou um mercado de produção, distribuição e consumo de drogas, subvertendo o sistema de regras e valores, tendo no narcotráfico seu agenciador principal. A existência de redes nacionais e internacionais de narcotráfico mobilizou recursos e atores que agiram de forma clandestina, estimulando, especialmente os jovens a praticarem o tráfico. Esta prática pode ser observada nas principais cidades brasileiras, como é o caso de Belo Horizonte, onde a compra de pequenas quantidades de cocaína pode ser efetuada nas ruas de favelas, vendidas, em sua maioria, por jovens e crianças moradores desses locais. Nesta perspectiva, Zaluar (1994) acrescenta:

“No Brasil, onde o uso de cocaína disseminou-se na década de 70, como em diversos outros países ocidentais, a criminalidade moderna é empresarial desde então é organizada segundo os princípios do mercado e da defesa dos interesses econômicos do grupo que controla o empreendimento, mas faz isto sem o amparo e contra a lei. A demanda que garante os altos lucros do empreendimento é decorrência de mudanças no estilo de vida e nas concepções do trabalho, do sofrimento e do futuro”. (Zaluar, 1994, p. 241).

Sob esse aspecto, de acordo com Velho (1994), na sociedade ocidental contemporânea, a existência de um tráfico nacional e internacional de drogas deixa claro que o fenômeno cultural das drogas apresenta uma inevitável dimensão de natureza política e econômica. Efetivamente, a atuação clandestina do tráfico de drogas associado à criminalidade produz uma série de situações de violência, seja pela competição e brigas entre quadrilhas, seja pela montagem de esquemas de controle.

Por sua vez, a guerra do ópio e a política *war on drugs* representam posições político-governamentais opostas. A guerra do ópio, conflito ocorrido no século XIX entre China e Inglaterra durante o qual os ingleses, que detinham o monopólio do comércio do ópio – o que lhes gerava altos lucros, impuseram ao povo chinês aceitar a droga/ ópio em seu território. A política repressiva Norte Americana *war on drugs*, declarada pelo presidente Ronald Reagan, visava interditar a passagem de drogas para os Estados Unidos. A política antidrogas dos EUA, “mobilizava instrumentos e recursos da política externa norte-americana para resolver assunto interno, o que atingia diretamente ou indiretamente a soberania de Estado-nação como a Bolívia, a Colômbia ou o Panamá”. (Paixão, 1994). Segundo a análise de Proença (1992), o fracasso parcial da interdição e as dificuldades de controle da droga levaram os Estados Unidos a uma segunda linha de prioridades, a da internalização da repressão e a demonização do tráfico de drogas.

Entretanto as campanhas antidrogas não tiveram sucesso, uma vez que o uso de uma variedade de drogas era socialmente aceito por um número significativo de cidadãos, a maioria deles eleitores, dos Estados Unidos. Neste contexto ocorreu a radicalização da questão das drogas. De acordo com Proença:

“As reais diferenças de estilos de vida das diferentes drogas e usuários, os efeitos moderados em usuários frequentes, a fixação etária do consumo de drogas (a cocaína é primordialmente uma droga dos 20 aos 30 anos de idade) foram praticamente esquecidos do discurso oficial. As questões do tratamento e da educação foram soterradas pela repressão intransigente e por visões entre “dano social” e a necessidade e conveniência da proibição pura e simples. A conferência antidrogas da casa Branca do governo Bush em 1988 pode ter sido o último grande evento de uma política fracassada. Neste conclave, presidido pelo próprio presidente dos EUA, foram acertadas dezenas de listas de linhas de comportamento e direções executivas e legislativas, para o lar, a escola, o funcionamento público etc. Estas listas apontavam claramente para uma intensificação da ação externa contra o plantio de coca e da interdição ao tráfico. Internamente, alinhava prioridades para a compulsoriedade do teste e pela punição rigorosa de consumidores; a responsabilidade de pais, professores e chefias imediatas pelo consumo de filhos, alunos ou subordinados; afirmava-se a intransigência absoluta no debate da legislação ou mesmo a aceitação do consumo de drogas exceto na forma de um comportamento criminoso”.(Proença,1996, p.39)

Ainda segundo Proença, o fracasso da guerra às drogas é inegável. Um percentual crescente do tráfico passa pelas fronteiras e, mesmo com o aumento do orçamento destinado ao combate as drogas, faltam pessoal e recursos para fiscalização de milhares de carros, barcos e aviões – mais de 40 mil aviões seguem para os EUA a cada final de semana. Além disto, a maior parte da droga entra sob camuflagens legais e nem sequer é vulnerável a qualquer tipo de fiscalização. Soma-se a isto o fato da política repressiva de controle do consumidor estar encontrando poucos resultados. Os Estados Unidos, mesmo com os altos custos internacionais para dismantelar o narcotráfico – foram gastos 45

bilhões de dólares nos últimos quatro anos pagos pelos contribuintes norte-americanos – e apesar de possuírem a maior população encarcerada por tráfico ou uso de drogas, continuam sendo apontados pelas estatísticas e pelos especialistas como o país com o maior número de drogas diversificadas em circulação. De acordo com Zaluar, (1994):

“Nem mesmo as taxas de criminalidade violenta baixaram em decorrência dos gastos com repressão. Ao contrário, essas taxas continuam a aumentar nos principais centros urbanos do país. Em Baltimore, 12ª cidade americana, com 740 mil habitantes, população predominante negra e com renda média de 19 mil dólares anuais, estima-se que 60% de todos os crimes envolvam drogas. Entre 1986 e 1991, a polícia dessa cidade prendeu 82 mil pessoas por crime e contravenções relativas a drogas. Em 1991, 46% dos homicídios tinham a ver com droga. (Zaluar, 1994, p.20)

Outro aspecto importante para se interpretar a expansão do tráfico de drogas na sociedade contemporânea é sua alta lucratividade. Segundo a análise de Zaluar (1994) o tráfico de drogas é uma dos meios atuais mais rápidos e eficazes para se chegar ao enriquecimento; o que se ganha nele não se compara a nenhum ganho salarial e nem ao lucro obtido na maioria das atividades produtivas lícitas. No Brasil pouco se sabe quantos trabalham e quanto ganham os envolvidos neste empreendimento. Mesmo assim, são as categorias pobres e principalmente os jovens pobres, que recebem drogas e armas para exercer sua atividade no tráfico, que têm sido o alvo de maior repressão policial. Entretanto, os efeitos sociais produzidos a partir da montagem empresarial do tráfico de drogas, ramificada em escala internacional, compõem um quadro trágico e violento observado, na atualidade, nas principais cidades do país.

Essa breve análise histórica sobre os significados das drogas, aponta para as dificuldades enfrentadas na atualidade ao se lidar com esta complexa questão. Se, por um

lado, nas sociedades indígenas o uso de drogas está relacionado a rituais e costumes aceitos por toda sociedade, por outro lado, na sociedade ocidental contemporânea, a existência de um mercado internacional de drogas produz uma série de novos significados. Assistimos, atualmente, ao delineamento do quadro do tráfico de drogas, ele é caracterizado pelo uso indiscriminado da violência, afetando não só a vida das grandes cidades mas colocando em risco as estruturas oficiais e legais e, em última instância, ameaçando o desenvolvimento e consolidação da democracia no país (Velho, 1997). A tensão entre proibição e consumo de drogas desafia as instituições de controle social, bem como afeta diretamente outras instituições, como é o caso das escolas – principalmente aquelas localizadas nas proximidades ou no interior das áreas onde o tráfico de drogas já se expandiu. Este processo será retomado nesta dissertação a partir do depoimento de jovens, usuários e não usuários de drogas, da Escola das Magnólias.

1.2 A Criminalização das drogas

No Brasil, a transformação do uso de drogas psicoativas de um problema pessoal para um problema social e, portanto, para um problema que exija medidas do governo e da sociedade, foi resultante da iniciativa de médicos legistas e psiquiatras, que trabalharam pela adoção do proibicionismo como modelo de política pública para o combate ao uso indevido de drogas. (Adiala, 1986) No Brasil, a cocaína era livremente vendida até 1920. Numa revista médica de São Paulo de 1910, ao propagar o uso terapêutico da cocaína para tosse, ainda acrescentava, “comprando um vidro, você ganha uma caixinha de algibeira para colocar os comprimidos”. (Carlini, 1992). Desta forma, a representação das drogas como um problema de saúde pública está diretamente relacionado à profissionalização da medicina, que substituiu as atividades não científicas, até então praticadas livremente e passou a exercer o controle sobre o direito de ministrar drogas. Nesta perspectiva, segundo Paixão, (1994):

“No século XIX, o ópio e a morfina eram muito populares nos Estados Unidos como medicamento e diversão de alguns milhões de usuários ocasionais e de 300 mil habitantes (Parsons e Gerstein, 1977, p. 26-7). Cruzadas moralistas de fortes conotações racistas - os migrantes chineses eram vistos como inveterados consumidores de ópio-e a profissionalização da medicina e da farmácia resultaram na regulamentação legal do uso e comercialização de narcóticos nas primeiras décadas do século XX. (Parsons e Gerstein, p. 27) Nestas primeiras décadas, membros da elite e intelectuais brasileiros consumiam fartamente éter, cocaína e morfina, e a maconha era desprezada como “ópio do pobre” (Andrade, 1987; Adiala,1986). Desde 1921 o porte e a venda de drogas são criminalizadas no Brasil”. (Paixão, 1994, p.130- 131).

Seguindo esta linha de raciocínio, o éter, o clorofórmio, o ópio e a morfina foram utilizados pela medicina como anestésicos e/ou analgésicos em cirurgias. O crescimento

da indústria farmacêutica acompanhava a evolução da química orgânica, cuja principal conquista no campo dos medicamentos foi a descoberta de vários alcalóides, que se encontravam na essência de alguns vegetais. Essas descobertas significaram um grande avanço para medicina que, a partir de então, passou a dispor destas drogas em estado puro, conferindo aos médicos e farmacêuticos um maior controle de seus efeitos. A partir da metade do século XIX, a medicina substituiu o ópio, “o mais eficaz e universal remédio para aliviar as dores do homem”, (Adiala, 1996 p. 38) pela morfina, que passou a ser substância usada como analgésico. Como forma de garantir a exclusividade da venda e da prescrição das drogas a Associação Médica Brasileira e a Associação Farmacêutica Brasileira passaram a exigir do Estado atitudes contra a epidemia dos tóxicos, dando aos legisladores os argumentos científicos para a proibição dos narcóticos. O caráter médico científico da proibição centrava-se então na definição de uma doença – a toxicomania; acreditava-se que as drogas eram responsáveis pelo atraso social do país e ameaçavam a ordem pública. Concluía-se assim a necessidade de controle médico e criminal. Neste sentido, de acordo com Adiala:

“Se a figura do toxicômano ficou sob a área de responsabilidade da profissão médica a figura do vendedor clandestino de drogas, o traficante, ficou sob a área de responsabilidade da polícia, que também passou a adotar uma abordagem científica no combate ao crime, elaborando dados sobre criminalidade na cidade. A proibição do comércio e a ministração não autorizada dos entorpecentes serviu para legitimar a autoridade política da instituição policial das leis de combate aos entorpecentes. A polícia de costumes, que já combatia o espiritismo, a vadiagem e a embriaguez alcoólica, assumiu o papel de responsável pelo controle da venda clandestina da drogas até a criação das delegacias especializadas e da Comissão Nacional de Fiscalização dos Entorpecentes, que a partir dos anos 30 passa a definir a política para drogas entorpecentes”. (Adiala, 1996, p.118-119).

O resultado desses pressupostos foi o decreto-lei 4.294 de 1921 que estabelecia penalidades para os casos de venda, exposição à venda ou o ato de ministrar substâncias venosas sem legítima autorização e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários, (art.1º). A lei previa, ainda, a criação de uma instituição especial – sanatórios para toxicômanos, onde ocorriam os tratamentos médico e correccional (art.9º). O controle do comércio de drogas aumentou nos anos seguintes quando foi criada a delegacia especializada no combate ao comércio ilícito de substâncias tóxicas, intensificando a repressão à embriaguez alcoólica, à cartomancia e ao falso espiritismo. Assim, tornou-se comum o comparecimento de vendedores e consumidores de drogas nos tribunais de justiça. O relatório oficial de 1927 sobre internação de toxicômanos para tratamento mostra que, apesar do previsto pela lei 4294, inexistiam sanatórios para toxicômanos e, portanto, as 405 pessoas – 381 homens e 24 mulheres – encaminhadas para tratamento foram enviadas para as colônias de alienados. O relatório apresenta os seguintes dados: 346 pessoas internadas por uso de álcool, 28 pessoas pelo uso da cocaína, 28 por ópio, 5 pessoas por éter e 4 pessoas pelo uso de heroína.

Em 1934 o decreto-lei 24.505 substituiu o de 1921 e traz alterações significativas. Logo no seu artigo 1º, confere maior rigor às penalidades previstas. Às ações passíveis de punições, que se restringiam ao ato de vender e/ou ministrar, foram incorporados como delitos sujeitos a penalidades os atos de dar, trocar, ceder, proporcionar, induzir, instigar, ter consigo e guardar. Destaca-se, também, o detalhamento das substâncias de natureza analgésica ou entorpecente consideradas tóxicas, incluindo as especialidades farmacêuticas correlatas – o ópio bruto ou medicinal, a morfina, a diacetilmorfina ou heroína, a benzoilma, a dilandite, a eucodal, as folhas de coca, a cocaína bruta, a ecgonia,

a cannabis índica, podendo ainda incluir outras substâncias, de ação entorpecente semelhante e, inclusive as especialidades farmacêuticas que se prestem à toxicomania. Em 1936, foi criada a Comissão Nacional de Fiscalização dos Entorpecentes, CNFE, que tinha como objetivo fixar normas gerais de fiscalização e repressão ao cultivo, extração, produção, posse, oferta, venda, compra, reexportação de drogas ilícitas. Nesta perspectiva, a partir desta nova legislação, o controle a certas drogas passa a ser fiscalizado, atendendo a critérios médicos e farmacêuticos que definem as drogas consideradas lícitas e, portanto, utilizadas para fins terapêuticos, sob prescrição científica. Com relação às outras drogas: maconha, cocaína, crack, etc, o seu uso e comercialização passa a fazer parte do controle exercido pela repressão policial. O comércio e uso de bebidas alcoólicas não sofreram maiores restrições continuando a ser visto como um vício privado, passível de algum tipo de punição apenas em caso de embriaguez pública. Neste sentido, segundo Bárbara Musumeci:

“A legislação penal brasileira ocupou-se de forma superficial e, muitas vezes, ambígua dos problemas relativos ao álcool, ao longo deste século. O Código Penal de 1980 determinava pena de prisão celular, por quinze dias a trinta dias, para quem se embriagasse por hábito ou se apresentasse em público em estado de embriaguez manifesta. Considerava inimputável o que se encontrassem sob privação de sentidos e de inteligência, mas não fazia menção explícita, nem item, aos casos de embriaguez. O Código Penal de 1940, que o sucedeu, também penaliza a embriaguez pré –ordenada, mas já autoriza explicitamente a isenção da pena para o crime cometido em estado de embriaguez plena ou acidental, devido a caso fortuito ou força maior, resultando em privação da capacidade de entendimento ou de livre determinação. Excetuando-se a legislação relativa aos critérios para a produção e comercialização, que apenas restringe a venda de bebidas a menores (artigo 63 de Lei de Contravenção), a legislação sobre”. Álcool no Brasil é, ainda hoje, consideravelmente inexpressiva”. (Musumeci, 1994, p.87.)

O processo de criminalização das drogas no Brasil seguiu o modelo internacional, de inspiração norte-americana. Foram os Estados Unidos que comandaram a criação de leis e regulamentos de proibição ao comércio e uso de drogas e as impuseram ao restante do mundo. (Adiala, 1996). A partir da influência de congressos e conferências internacionais que desde 1909 formulavam convenções visando o controle e a repressão ao consumo e comércio de drogas, foi editada em 1976 a lei 6.368, em vigor no Brasil na atualidade. No entanto, estudos e pesquisas demonstram características específicas para cada país. De acordo com Carlini (1992), nos Estados Unidos houve mais de seis mil mortes no ano de 1991 e cerca de 80 mil internações de emergência por intoxicação aguda por cocaína. No Brasil foram 289 internações, segundo dados conseguidos em todos os hospitais psiquiátricos do país. Segundo dados do CEBRID, de 1997, dentre os estudantes de ensino fundamental e médio de dez capitais brasileiras, 13,8% dos estudantes haviam consumido solventes, 5,8% usado ansiolíticos, 7,6% dos estudantes haviam usado maconha, 4,4% usado anfetamínicos e 2,0% dos estudantes fizeram uso de cocaína. Ou seja, no Brasil, as duas drogas mais usadas entre os estudantes são lícitas e podem ser compradas em farmácias. Em Belo Horizonte entre 1988-1989, 52 crianças morreram por uso de xarope para tosse à base de uma substância chamada Zipeprol, medicamento que era largamente vendido nas farmácias.

Seguindo esta linha de raciocínio, segundo Domingos Bernardes Sá (1992), a questão das drogas no Brasil e em outros países da América Latina está relacionada à política externa desenvolvida pelos Estados Unidos que impõe aos países em desenvolvimento examinar e enfrentar a questão sob a ótica da realidade norte americana, ou seja, existe o empenho dos EUA no sentido que os países em desenvolvimento

enfrentem a problemática do consumo de cocaína como se essa questão, nesses países, fosse o mais grave problema deles.

Na atualidade, o principal instrumento legal que dispomos para enfrentar o problema das drogas no Brasil é a lei 6368, de 1976. A lei contém 47 artigos e está dividida em cinco capítulos: Da prevenção; Do tratamento e da Recuperação; Dos Crimes e das Penas; Do Procedimento Criminal; e Disposições Gerais.

Em seu artigo 1º a lei 6368 trata da prevenção – “É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar na prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica”. De acordo com Greco Filho (1993), ao incorporar a questão da prevenção, esta lei avança em relação as anteriores pois ressalta a importância da educação e da conscientização como os únicos instrumentos válidos para se obter resultados no combate ao vício. Entretanto, mesmo sem prever sanções, a lei enfatiza a participação como um dever jurídico no combate as drogas. Nesta perspectiva, diz o autor:

“O texto foi ampliado, também, para que ficasse expressamente consignado que a obrigação de colaborar não se refere apenas ao combate, ao tráfico e uso, mas também à prevenção ao tráfico e ao uso. É verdade que o combate ao tráfico e ao uso pressupõe a adoção de medidas preventivas tendentes a evitar esses males, mas como a própria lei quis dar ênfase ao aspecto preventivo e educacional do problema foi mais técnica, revendo expressamente o dever de colaborar nos planos de prevenção ao tráfico e ao uso”. (Greco, 1993, p.52).

A proposta de educação preventiva nas escolas não é nova no Brasil, no entanto, de acordo com Domingos Bernardo Sá (1992), no âmbito da prevenção, não se deve entender as atividades de repressão e fiscalização, uma vez que se tratam de atividades de

natureza diversas, enquanto a fiscalização e repressão estão dirigidas à droga e a sua proibição, a atividade preventiva deve se centrar na pessoa humana. De outra forma, segundo Bucher (1992), corre-se o risco de privilegiar, indevidamente, aspectos que podem ser relevantes, mas que são secundários em relação ao indivíduo que se pretende resgatar. Ainda segundo este autor, as manifestações do consumo de drogas correspondem a fenômenos complexos que resultam do encontro do indivíduo, seus valores e crenças, com o produto droga e seus efeitos no organismo. Na atualidade, o contexto sócio-cultural incentiva o consumo de algumas drogas e posteriormente preconiza ações preventivas, às vezes punitivas, contra os males que elas possam causar.

O artigo 4º criou a obrigatoriedade de escolas, hospitais ou entidades sociais de adotarem medidas necessárias à prevenção ao uso e tráfico de drogas, prevendo penalidades administrativas no caso do não cumprimento desta medida. Sob esse enfoque, de acordo com Domingos Bernardes Sá (1992), a combinação entre prevenção educativa e repressão coloca a escola em situação contraditória, uma vez que pais e professores, quando lidam com o jovem usuário de drogas, perdem a autonomia para lidar com a questão, visto que estão diante de um fenômeno que não deve ser afastado da repressão da autoridade policial. O artigo 5º trata da prevenção ao uso indevido de drogas, incluindo nos programas de formação dos professores ensinamentos referentes às drogas, afim de que possam ser transmitidos observando o seus princípios científicos. O parágrafo único deste artigo prevê a inclusão de pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das drogas, pelas disciplinas de ciências naturais. Sob este aspecto, a lei, ao dar ênfase aos especialistas da área biológica, contraria os princípios

gerais de educação preventiva do Ministério da Educação (1992). De acordo com este documento:

“O planejamento e a implementação de programas preventivos deve contar com a adesão de todos os níveis do sistema educacional. A imposição vertical, sem a participação do corpo docente e administrativo diretamente envolvido com o ensino sem consulta à comunidade escolar ampla, encontra séria resistência à sua efetivação, para que haja um apoio institucional integrado envolvendo os diversos níveis do sistema educacional, o programa precisa da participação de todos, apoiando-se em um referencial teórico consistente e que se coadune com o pensamento pedagógico moderno.”. (Ministério da Educação, 1992).

Neste aspecto, Bucher (1992) adverte que, ao se fazer uma abordagem técnica, centrada na transmissão científica de informações sobre as drogas e embasada no relato dos efeitos e riscos – modelo de prevenção sanitária, deixa-se de levar em conta um aspecto fundamental para a realização da prevenção educativa do uso indevido de drogas. As drogas psicoativas provocam alteração nos estados de consciência do usuário, levando à obtenção de prazer, sem tais sensações de prazer não haveria usuários de drogas. Ninguém se tornaria usuário de drogas não prazerosas, pelo menos inicialmente todas as drogas produzem algum tipo de prazer. Ao desconsiderar esta dimensão do consumo de drogas, este modelo corre o risco de operar segundo modalidade apenas coercitiva, tentando proibir o uso de drogas ilícitas ou dificultar o acesso a elas. No entanto, para alcançar os efeitos esperados, primeiramente a diminuição do consumo de drogas, seria necessário rever esta conduta na possibilidade dos usuários se sentirem enganados e se recusarem a dar crédito aos defensores da proibição. Um dos perigos que as drogas representam é justamente o fato de produzirem um prazer que pode induzir à

dependência, o que torna mais evidente a necessidade de incluir esta dimensão nas campanhas de prevenção. Neste sentido, segundo, Priscila Fernandes Costa (1988):

“É certo que as drogas são prejudiciais ao organismo, mas não devemos nos esquecer de que elas são, em primeiro lugar, elementos capazes de proporcionar prazer. (...) Parece-nos que é no prazer e na marca que este deixa na memória do indivíduo que se encontra o verdadeiro perigo das drogas. A prevenção, então, deveria se concentrar na procura de alternativas de vida para o indivíduo que, embora sejam menos prazerosas, serão com certeza menos perigosas”. (Costa, 1988, p. 43)

Outros artigos – 6º, 7º, 8º - tratam da repressão ao uso e comercialização de drogas sob a coordenação da polícia federal , naquilo que o tráfico tem de nacional e internacional, com a participação das policias locais. No que diz respeito à penalização, o artigo 12 trata da produção e do tráfico de drogas, com penas previstas de três a quinze anos. O artigo 12 – “Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer ainda que gratuitamente, ter em propósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentação”, de acordo com alguns juristas, não configura o uso como crime. No entanto, mesmo entre os criminalistas existem críticas à imprecisão do texto que possibilita a incriminação de usuários. Neste sentido, segundo o advogado e Professor de direito penal Rangel Filho:

“(…) O legislador não foi claro na redação do texto legal, incluindo no art. 12, do indivíduo que não sendo viciado, nem dependente, nem traficante, possui a droga em pequena quantidade para uso próprio. A título de ilustração (...) Interrogado em juízo, o acusado admitiu a posse de substância entorpecente (2 gramas de maconha), e afirmou ter fumado a erva pela última vez há cerca de 6 meses. E mais: que nos últimos 3 (três) anos, havia fumado maconha cerca de 3 ou 4 vezes. O acusado, não era, portanto, viciado, dependente, ou traficante, e muito menos experimentador. Pela lei atual se condenado, estaria sujeito a pena mínima de 3 (três) anos de reclusão”. (Rangel, 1978, p.29-30)

Na questão do usuário, a atual lei de drogas, no artigo 16, incrimina com pena de seis meses a dois anos e pagamento de multa “adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecentes ou que determine dependência, sem a autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. Ao relacionarmos o artigo 12 e o artigo 16 verificamos que a distinção entre tráfico e consumo é bastante tênue acarretando interpretações ambíguas na aplicação da lei. Ao incluir no art. 16 os verbos consumir e receber, a lei abre espaços para a livre interpretação do agente policial ou judicial, podendo o indivíduo ser enquadrado tanto como usuário – art. 16 ou como traficante – art. 12. A lei não pressupõe crime para o usuário, mas a posse e o porte são caracterizados como crime. Neste sentido, estes dispositivos podem abrir brechas para a manipulação da lei, dependendo do interesse do agente policial. Desta forma, condutas menores, embora preocupantes, como a troca de pequenas quantidades de maconha entre jovens, podem ser interpretadas como tráfico de drogas- crime hediondo- sujeitando o infrator à prisão em regime fechado, com pena de três anos de reclusão. Entretanto, de acordo com Alba Zaluar (1994) apesar desta política repressiva de combate as drogas o consumo continua crescendo. São os setores mais pobres da população, especialmente os jovens pobres, que se encontram mais vulneráveis à ação policial, porque a partir de noções preconceituosas e das indefinições da própria lei, o policial tem enorme poder de determinar, quem será ou não processado e preso como traficante. Neste sentido a autora argumenta:

“Jovens de classe média e alta não chegam a ser estigmatizados como problemáticos, anti-sociais ou violentos, apresentando-se muito mais como jovem em busca de diversão ou, quando exageram, jovens que

necessitam atendimento por médico e clínicas particulares. (...) Jovens pobres, porém, não gozam da mesma compreensão: são presos como traficantes por carregarem consigo dois ou três gramas de maconha ou cocaína, o que ajuda a criar a superpopulação carcerária, além de tornar ilegítimo e injusto o funcionamento do sistema jurídico no País.” (Zaluar, 1994, p. 9).

Com o Estatuto da Criança e Adolescente, lei 8.069 de 1990, o Brasil a tenta modificar esse processo. O princípio básico do estatuto é que crianças e adolescentes são sujeitos de direito e, como tais, devem ser ouvidos, têm capacidade de se expressar, e, portanto, não podem ser objeto de um poder ilimitado de quem quer que seja. (Adorno, 2000). O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma e desenvolve os direitos fundamentais previstos na constituição Federal de 1988. No Título II, que trata dos direitos fundamentais, tem o Capítulo I, do direito à vida e à saúde, o Capítulo II, do direito à liberdade ao respeito e à dignidade, o Capítulo III, do direito à convivência familiar e comunitária, o Capítulo IV, do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, o Capítulo V, do direito à profissionalização e proteção no trabalho. De acordo com Albergaria (1991):

“Realmente, no Estado Democrático de Direito, fundamento do Direito do menor, da criança e do adolescente não são objetos de uma situação de poder, mas são sujeitos de uma relação jurídica entre a criança e o adolescente e os co-responsáveis pelas prestações destinadas à realização de sua vocação espiritual de crescimento. Precisamente, uma das características do Estado Democrático de Direito consiste na tarefa de sua administração a proporcionar a todo cidadão, e não a uma minoria privilegiada, as prestações necessárias e os serviços públicos adequados ao pleno desenvolvimento de sua personalidade, reconhecida através dos direitos civis e políticos, como também pelos direitos econômicos, sociais e culturais”. (Albergaria, 1991, p. 17-18).

Em relação à proteção do menor o art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente define o Conselho Tutelar como órgão permanente e autônomo com o

objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O art. 132 deste Estatuto estabelece que em cada município haverá no mínimo um conselho tutelar, composto de cinco conselheiros, eleitos pelos cidadãos locais, para o mandato de três anos, permitida uma reeleição. Neste sentido, definindo o conselho tutelar como órgão da comunidade, o Estatuto privilegia a participação da comunidade no desafio de enfrentar seus problemas. Sob este enfoque, segundo Albergaria, a partir da participação da comunidade através do conselho tutelar, o estatuto explicita o art. 227 da constituição, que dispõe sobre a co-responsabilidade do Estado e da sociedade na formulação e execução da política do bem estar do menor.

O art. 133 do Estatuto estabelece os requisitos para a candidatura como conselheiro: reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte um anos e residir no município. Albergaria (1991) argumenta que a aplicação das medidas de proteção ao menor exige conhecimentos de direito do menor, de psicologia, de pedagogia e de serviço social. Uma vez que os conselheiros são escolhidos pelo processo democrático, o autor adverte para a necessidade de se ir além dos requisitos do art. 133 para a escolha dos conselheiros: que a profissão deles tenha íntima afinidade com os objetivos do conselho e que sejam considerados os segmentos representativos da comunidade. No entanto, o inciso III-a, no art. 136, confere ao Conselho Tutelar poder de requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Desta forma, mesmo que os conselheiros não disponham de conhecimentos específicos nestas áreas, está prevista no Estatuto a requisição destes serviços. Pesquisa realizada junto aos Conselhos Tutelares no Brasil mostra que:

“Não é claro – no estatuto – que tipo de critério se deve usar para a escolha dos conselheiros. Vimos dentro do que foi pesquisado, que quando esta equipe tinha um nível de motivação, quando tinha uma qualificação específica, essa equipe funcionava melhor, ao mesmo tempo também isso não só depende da questão da questão profissional, mas também do nível de motivação do conselheiro, do compromisso que tem com sua prática, inclusive porque muito dos conselheiros pesquisados entrevistados diretamente mostrava-se extremamente comprometido com o próprio cliente, com a pessoa que recebia. (...) Ao mesmo tempo, esses conselheiros que têm esse comprometimento, também usam o Estatuto da Criança e do Adolescente de maneira coerente. Eles estudam profundamente o Estatuto e fazem o uso adequado da lei”. (CONANDA-Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997, p. 103).

O Estatuto estabelece a aplicação de medidas sócio-educativas para o menor autor de ato infracional. O conceito de ato infracional é explicitado no artigo 103 que considera como tal a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Segundo o Estatuto os menores de 18 anos são plenamente inimputáveis, sendo que aos menores de 12 anos, no caso de cometerem infrações, deve-se aplicar medidas de proteção. Para os menores que tenham de 12 a 18 anos, após atribuição de ato infracional e o devido processo, asseguradas todas as garantias, deve-se aplicar medidas sócio-educativas. Desta forma, o uso e/ou tráfico de drogas praticado por menor são considerados infrações conforme código penal, lei 6.368, devendo, portanto, serem aplicadas aos infratores medidas sócio-educativas como previstas pelo Estatuto.

Se, por um lado o Estatuto da Criança e do Adolescente representou um avanço em relação aos direitos da criança e do adolescente no Brasil, na prática, onze anos depois de sua criação, muitos são os problemas enfrentados para sua plena implantação. O resultado do trabalho realizado pela Associação de Centros de Defesa, que teve como objetivo levantar informações que permitissem uma melhor compreensão da atuação dos

Conselhos Tutelares e o perfil dos conselheiros no Brasil, mostra que as dificuldades mais frequentes do Conselho Tutelar se dão em torno da falta de condições estruturais, falta de apoio e reconhecimento de sua autoridade. De acordo com esta pesquisa:

“Ainda se percebe pouca valorização e importância em relação à natureza do Conselho Tutelar, mesmo quando esses se equivalem e detêm funções próximas a outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos”. (...) Há pouca convicção sobre a potencialidade, a força e energia que esses conselhos têm, no seio do Sistema de Garantias. Na sua gestão, ele tem papel mais de coordenador de equipe, mais do que coordenador de ações. É pressionados pela baixa capacidade de planejamento, acompanhamento e avaliação. Substituídos esses processos por agendamentos em curto prazo, as atitudes e crenças ainda estão marcadas pelo caráter pontual, emergente, urgente, das ações condicionadas, pela necessidade da realidade, pelas demandas de atendimento. Esse fenômeno, possivelmente, estrutura e consolida uma imagem assistencial e supletiva, em prejuízo da natureza protetiva e estruturada das garantias”. (CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, p. 95-96).

Essas questões, apresentadas na pesquisa, sobre as dificuldades do conselho tutelar em consolidar as garantias de direitos das crianças e adolescentes determinam, conseqüentemente, o distanciamento entre escola e Conselho Tutelar. Neste sentido, por um lado, os profissionais da escola se sentem inseguros e ameaçados em relação ao Conselho Tutelar, e por outro, o Conselho Tutelar queixa-se da falta de entendimento dos profissionais da escola quanto à natureza de suas funções. Os depoimentos coletados durante pesquisa de campo realizado para a elaboração desta dissertação, demonstram que Escola e Conselho Tutelar ocupam posições bem demarcadas e distantes em relação ao atendimento dos jovens. Isto é exemplificado pelo depoimento abaixo:

_(...) a questão do relacionamento com o Conselho Tutelar deveria ser uma relação muito amigável, deveria ser uma relação muito junta. Eu tenho percebido, o que eu tenho visto, a gente às vezes encaminha o menino que está precisando de uma assistência do próprio Conselho, de um encaminhamento para um médico ou psicólogo, pro que for, o menino

vem, apronta, apronta, briga, bate. Nós temos alunos que vêm armados dentro da escola, que usa droga que a gente sabe, a gente encaminha para o Conselho pra quê? Pra que o conselho nos ajude dando um apoio e nos ajude a tentar achar caminhos para ajudar este menino. Aí vem simplesmente uma ordem do conselho tutelar que o menino volte para a escola, que a escola é que tem que achar alternativas para isto. Eu gostaria até de saber qual é realmente a função do conselho que até hoje eu não sei, se é só de punir a escola. ... Eles nos ameaçam, os pais quando você toma uma atitude com aluno simplesmente, não são todos não, alguns falam, estou indo para Regional, estou indo para o Conselho, vou lá vou ferrar você. Hoje está muito difícil, com o Estatuto a atitude que você toma, você não sabe o que vai acontecer depois com você (Coordenadora de Turno).

As sociedades modernas escolheram a repressão legal como instrumento de regulamentação do consumo de certas drogas. Neste sentido, é a sociedade, a partir de princípios morais, que define quais as drogas serão proibidas e quais serão permitidas. De acordo com Becker (1967), o usuário de drogas aprende a dissimular sinais do uso para evitar desaprovações e retaliações previstas na lei. O usuário encontra argumentos morais para defender sua opção: argumenta que as drogas ilegais são tão prejudiciais a saúde como outras drogas, por exemplo, as bebidas alcoólicas que são comercializadas sem nenhuma restrição. Além disto, ele não estaria causando nenhum risco ou dano a terceiros, uma vez que racionalizam o uso, controlando a frequência e a dosagem, fazendo uso de drogas em locais adequados, com pessoas específicas, sem comprometer o convívio social. Desta forma, Burcker (1992) ressalta que em uma área tão controversa e polêmica como a do uso de drogas, não existe posição neutra, pois toda intervenção envolve questões de valores determinados socialmente, mas que podem entrar em conflito com opções individuais. Sobre este aspecto, o sociólogo Luiz Paixão argumenta que:

“(...) o problema do tóxico pertence ao domínio da moralidade. Quer dele gostemos ou desgostemos, a avaliação do uso de drogas

envolve o exame das relações do agente com suas razões, intenções e motivos do mundo institucional e cultural que articula, externa e coercitivamente, obrigações, expectativas e demandas de natureza moral e seus membros individuais”. (Paixão, 1994, p. 129).

Seguindo esta linha de raciocínio, a lei 6.368, tem gerado muita polêmica junto às autoridades brasileiras e ao público em geral. Discute-se na atualidade a possibilidade da discriminação ou liberação do uso de drogas. Segundo Carlini (1993), reportagens e artigos recentes tratam deste controvertido assunto. Os argumentos, favoráveis e contrários mais importantes podem ser assim sintetizados:

1. a) Argumento favorável: A sociedade encontra-se insatisfeita com as medidas de repressão que não têm alcançado sucesso. Vale a pena discutir, portanto novas fórmulas, ficando claro que a liberação das drogas não pretende constituir um bem em si, mas, “um mal menor”. Os indivíduos sempre usaram drogas independentemente de sua legalidade. A discriminação não aumentaria o número de indivíduos que fazem uso abusivo de drogas. Se as drogas saíssem da ilegalidade, o número de usuários, aparentemente, poderia até crescer. Mas este crescimento seria artificial decorrendo, na realidade, do maior número de indivíduos que passariam a admitir o uso de drogas.

b) Argumento contrário: A liberação das drogas viria a ampliar os problemas já existentes. Não há provas científicas aceitáveis que demonstrem que a legalização das drogas não levaria a um aumento significativo do seu uso. Provavelmente, os atuais problemas conseqüentes do uso abusivo de álcool se somariam os causados pelo aumento do consumo de outras drogas.

2. a) Argumento favorável: Os indivíduos de modo geral são capazes de discernir o que é bom ou mau para eles, com a descriminação das drogas seria possível realizar programas educativos mais eficazes do que os existentes, uma vez que poderia se discutir o assunto de forma menos repressiva. Uma das grandes vantagens da descriminação é que o usuário não seria preso ao fazer uso de droga. A transgressão da lei, além dos riscos inerentes, leva o indivíduo a ser julgado a partir de noções estereotipadas.

b) Argumento contrário: Em se tratando dos jovens o poder de discernimento quanto ao uso de drogas é bem menor. É ilusório se pensar que os jovens saberiam avaliar apropriadamente os riscos do uso e abuso das drogas. Como o consumo se inicia principalmente na juventude teríamos, em pouco tempo, um número maior de jovens usando drogas.

3. a) Argumento favorável: A maconha deveria ser descriminada, a exemplo do que já aconteceu em vários estados americanos e países europeus – recentemente Portugal descriminou o uso de maconha – ou mesmo liberada. A idéia de liberar, ao invés de descriminar, vem, por um lado, das dificuldades práticas de se estabelecer à quantidade de porte que não configuraria tráfico. Por outro lado, permitir o uso da maconha e ao mesmo tempo sua produção ser ilegal traz em si uma óbvia contradição lógica.

b) Argumento contrário: Sendo legalizada a maconha não mais constituiria fonte de lucro para as organizações ligadas ao tráfico, que redobriariam seus esforços na venda das drogas ilegais.

4.a) Argumento favorável: Quem lucra com a ilegalidade das drogas são os grandes traficantes, que constituíram, a partir dessa atividade, verdadeiros impérios econômicos, com importante influência política. A criminalidade ligada ao tráfico gera

problemas de violência, que podem ser considerados maiores que o próprio consumo de drogas.

b) Argumento contrário: Com a liberação, o controle das drogas passaria para o domínio das grandes indústrias, que usariam sua reconhecida competência para ampliar o mercado do uso de drogas.

5.a) Argumento favorável: A ilegalidade de certas drogas frente à venda livre e francamente incentivada do álcool e tabaco é no mínimo paradoxal, pois são amplamente conhecidos os problemas associados ao uso dessas duas substâncias. Além disto, muitas drogas psicotrópicas (por exemplo, tranqüilizantes) são também vendidas em farmácias com ou, às vezes, sem prescrição médica.

b) Argumento Contrário: O fato de já existirem drogas com conhecidos efeitos prejudiciais como o álcool e o tabaco não justificam que se deva acrescentar outras também com reconhecidos efeitos prejudiciais. Ao contrário, deveriam ser concentrados esforços para a diminuição do uso do álcool e do tabaco. As drogas vendidas em farmácia têm efeitos terapêuticos importantes, e, portanto seu uso se justifica na medida que podem curar ou aliviar doenças.

Do ponto de vista sociológico, segundo as análises de Paixão (1994), a criminalização e a descriminação do consumo de drogas não se resolvem no plano da moralidade. Ambas pressupõem políticas e práticas institucionais e são instrumentos de resolução de conflitos. A avaliação dos argumentos contrários ou favoráveis a criminalização deve levar em consideração que a droga é uma mercadoria e o equacionamento por ela representado pressupõe o conhecimento do mercado de produção, distribuição e circulação das drogas. Desta forma, o mercado é a

instrumentalidade institucional que monta o problema e, portanto alvo a ser alterado pela legislação, qualquer que seja as justificativas morais envolvidas. No entanto, a opinião pública na maioria das vezes, é sensível ao enquadramento moral que criminaliza certas drogas; mas não resulta daí a diminuição do número de consumidores e, menos ainda, a redução dos ganhos dos traficantes. As saídas para este impasse, de acordo com Zaluar, (1994) não estão simplesmente na repressão legal nem na perspectiva de ‘liberar geral’ negando o crime que não respeita valores e, nem mesmo a vida da população, como argumenta a autora:

“Se, é possível pensar na descriminalização do tráfico como saída desse impasse, isso de nada adiantaria se não viesse acompanhado do desarmamento e desmontagem dessas organizações, que hoje, estão entranhadas como cultura e estilo de poder de um setor da população cada vez maior e, sobretudo, dependente de um estilo de vida das classes prósperas, suas principais clientes”. (Zaluar, 1994, p.99).

Seguindo esta linha de raciocínio, de acordo com Paixão (1994), o problema para a sociologia é a articulação analítica dos elementos instrumentais (preços, poder e riscos) e simbólicos (rebeldia, anomia e normalidade) envolvida simultaneamente na repressão legal da mortandade de jovens e no poder dos traficantes. Desta forma, a questão das drogas, do ponto de vista sociológico, por um lado, traz à tona as dificuldades enfrentadas pelas autoridades legais em reprimir o consumo de drogas, acentuando o limite da lei na orientação dos comportamentos e, por outro, evidencia o problema do aumento da violência praticada por jovens, armados pelo narcotráfico, que morrem e matam nas disputas de pontos de drogas, assim como explicita o controle da periferia pelos traficantes na expansão de seus negócios. Estas questões serão aprofundadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II – USO DE DROGAS, JUVENTUDE E DESVIO

2.1 Uso de drogas e desvio

O fato do uso de certas drogas não ser aceito socialmente, sendo definido como ilegal ou mesmo criminoso, estando o usuário sujeito a perseguições e penalidades previstas em lei, coloca o indivíduo que faz uso como um transgressor e seu comportamento, então, é interpretado como desviante. Neste sentido, o comportamento desviante é visto pela linguagem comum, influenciado pela mídia, como um problema de patologia. O desviante é considerado um insano, desequilibrado ou doente. O indivíduo desviante apresentaria características “anormais” sendo necessário diagnosticar o mal e tratá-lo, assim, o mal está localizado no indivíduo. Sem pretender entrar no mérito de tal questão, visto não ser este o objetivo desta dissertação, gostaria de ressaltar que os trabalhos de Foucault permitem àqueles que os utilizam, analisar os mecanismos sócio-culturais que contribuem na identificação de tipos de desvios. A importância destes trabalhos reside no fato do autor perceber a realidade social como dinâmica, ou seja, para o autor não se deve discutir o desvio sem se analisar a totalidade das relações da qual ele faz parte. No entanto, mudar o enfoque do problema para a sociedade ou cultura não esgota as dificuldades, para fins específicos desta dissertação é necessário verificar como esta realidade é percebida. (Velho, 1999).

Uma abordagem significativa do comportamento desviante está na obra de Merton com o conceito de anomia. Segundo ele, a própria estrutura social ao restringir algumas disposições para a ação cria outras. Desta forma é abandonada a posição de que as

variadas formas de comportamento divergente são resultantes das proporções variáveis de personalidades patológicas e é introduzida no campo de análise a contribuição da estrutura social e cultural na interpretação do comportamento desviante. Diz o autor:

“A análise funcional concebe a estrutura social como ativa, como produtora de novas motivações que não podem ser preditas sobre a base de conhecimento dos impulsos nativos do Homem. Se a estrutura social restringe algumas disposições para agir, cria outras. O enfoque funcional, portanto, abandona a posição mantida por várias teorias individualistas de que as diferentes proporções de comportamento divergente, nos diversos grupos e estratos sociais, são resultado acidental de proporções variáveis de personalidades patológicas. Ao invés, tenta determinar como a estrutura social e cultural gera a pressão favorável ao comportamento socialmente desviado sobre pessoas localizadas em várias situações naquela estrutura”(Merton, 1970, p.191-192; Apud Velho, 1999, p.12).

Neste sentido, Merton enfatiza a importância da estrutura social e cultural para a construção de um comportamento socialmente desviado. Resta então compreender como o autor vê a estrutura social. Para ele, as estruturas sociais e culturais têm dois elementos analiticamente importantes: o primeiro se refere aos objetivos definidos culturalmente para todos ou para alguns membros diversamente localizados da sociedade, integrados e ordenados numa hierarquia de valores. O segundo elemento define e controla as formas aceitáveis de alcançar esses objetivos. A integração ocorreria na medida em que todos os membros, ou alguns, dispõem de objetivos e meios, ambos legítimos para alcançá-los. Mas nem todas as sociedades “funcionam” e se integram perfeitamente, podendo existir sociedades “mal-integradas” e assim o desvio ocorreria quando certos objetivos e meios particulares tivessem maior importância do que aqueles institucionalmente aceitos, ou quando quaisquer outros meios fossem permitidos para alcançar determinado objetivo. Teria-se então uma sociedade doente, instável e mal integrada, em situação de anomia.

Pode-se dizer, assim, que a sociologia funcionalista desloca a patologia do indivíduo para a sociedade. É a desorganização de normas e valores que faz com que o ambiente social seja favorável ao aparecimento de indivíduos “anômicos”, trata-se, então, de verificar as condições patológicas de um sistema social que vão gerar os comportamentos individuais desviantes:

“Em resumo, o grau de anomia de um sistema social é indicado pelo grau de falta de acordo a respeito das normas que se julgam legítimas, com sua concomitante incerteza e insegurança nas relações sociais (Merton, 1967) A falta de consenso geraria crise nas expectativas de comportamento, impedindo o funcionamento “normal” da sociedade”. (Velho, 1999, p. 14-15)

A teoria da anomia busca compreender como algumas estruturas sociais exercem pressão sobre certos indivíduos da sociedade para que desenvolvam um comportamento desviante ou socialmente reprovado. A partir da falta de integração entre o nível cultural, que organiza o conjunto de valores comuns aos membros de determinada sociedade e a estrutura social, as normas sociais que definem e regulamentam os meios legítimos de alcançá-las, decorre o desenvolvimento de uma situação anômica onde emergem os comportamentos desviantes e entre eles os do usuário de drogas. Merton apresenta como modelo a sociedade americana, caracterizada culturalmente por atribuir uma grande ênfase na acumulação de riquezas como símbolo de sucesso e por não apresentar uma ênfase correspondente no uso de meios legítimos de atingi-lo. Desta forma, a tensão entre metas culturais que enfatizam o sucesso pessoal e as barreiras causadas pela estrutura de classes, que limitam o acesso igualitário aos meios legítimos de realização de objetivos, faz emergir o comportamento desviante. Sob este aspecto, segundo Clinard:

“Merton supone que las proporciones de conducta desviada dentro de una determinada sociedad varían según la clase social, el status étnico o racial y otras características. Por lo tanto, su explicación de la conducta desviada depende de la validez de la proposición de que la tendencia hacia la anomia, vale decir la capacidad de alcanzar las metas de la sociedad por medios disponibles, esté distribuida diversamente en un sistema social, y que distintos modos de adaptación desviada se encuentren de preferencia, en diferentes estratos sociales. La distribución de la conducta desviada dependerá de la accesibilidad de los medios legítimos para alcanzar los objetivos y el grado de asimilación de metas y normas por los distintos estratos sociales de una sociedad”. (Clinard, 1967, p. 25)

Desta forma, a perspectiva de Merton se transfere do plano dos valores culturais para os tipos de adaptações a estes valores entre os indivíduos que ocupam diferentes posições na estrutura social, isto é, Merton passa a analisar como a estrutura social exerce pressões diferentes sobre indivíduos levando-os a adotar um comportamento adaptativo desviante. O primeiro tipo de adaptação é a conformidade, é a mais comum e a mais difundida em sociedades estáveis, onde os indivíduos encontram conformidade tanto com os objetivos culturais como com os meios prescritos para alcançá-los. Não se trata propriamente de uma adaptação desviante, pois é a partir desta adaptação que se mantém a estabilidade e continuidade sociais. Neste aspecto, de acordo Merton:

“De fato é somente porque o comportamento é orientado em direção aos valores básicos da sociedade, que podemos falar de um agregado humano como constituinte de uma sociedade. A menos que haja um repositório de valores compartilhados por indivíduos que influem reciprocamente, existem relações sociais (se é que assim podem ser chamadas as interações desordenadas), mas não a sociedade”. (Merton, 1970. p.214).

O segundo tipo de adaptação, primeira desviante, é a inovação. Este modo de adaptação surge quando ocorre uma grande ênfase de um objetivo cultural específico: o sucesso pecuniário – o indivíduo passa a assimilar a meta-sucesso sem que ao mesmo tempo absorva igualmente as normas institucionais que governam os meios legítimos de alcançá-la. Desta forma, o indivíduo busca meios institucionalmente proibidos, mas freqüentemente eficientes, para atingir, ao menos, o simulacro do sucesso – a riqueza e o poder. Neste tipo de adaptação o comportamento desviante seria mais freqüente nos estratos inferiores uma vez que seus baixos rendimentos não os habilitam a “competir dentro dos padrões consagrados de honestidade, com as oportunidades de poder e altos rendimentos oferecidos pelos sindicatos dos vícios, da chantagem e do crime”. (Merton, 1970, p. 218).

Outro tipo de comportamento adaptativo desviante é o ritualístico, que implica no abandono ou redução dos alvos culturais para a meta-sucesso pecuniária e na rápida mobilidade social, sem que o indivíduo abandone a adesão às normas institucionais, ou seja, abre-se mão do enriquecer, “progredir na vida”, e traça-se outros objetivos se mantendo nas normas institucionais. Em contraste com a adaptação por inovação que, segundo Merton é própria das classes baixas, a adaptação por ritualismo é comum na classe média baixa, visto que nesta classe é comum a pressão dos pais no sentido de pautar a educação dos filhos pelos princípios morais da sociedade e ao mesmo tempo a escalada social para cima apresenta pouca possibilidade de sucesso. Em relação ao consumo de drogas⁹ o retraimento é a adaptação analisada por Merton. Neste caso, os indivíduos rejeitam tanto os objetivos culturais como os meios institucionais de chegar até a eles. Por não fazerem parte dos valores compartilhados pela sociedade os indivíduos

não podem ser vistos como membros efetivos da mesma, sendo considerados, pelo autor, como verdadeiros estranhos. Nesta perspectiva os indivíduos rejeitam os objetivos culturalmente prescritos e seu comportamento não se ajusta às normas institucionais. Este modo de adaptação representaria um rompimento com valores compartilhados pelos demais membros da sociedade. Retraimento seria o comportamento típico dos indivíduos que buscam nas drogas a superação de suas frustrações na consecução das metas sociais pelos canais legítimos e ao mesmo tempo não adotam um comportamento transformador da estrutura social adotando, por isto, mecanismos de fuga.

O retraimento é uma reação ao conflito íntimo que resulta da discrepância entre aspirações e metas que eliminam este conflito, mediante a renúncia tanto das metas culturalmente prescritas como dos meios de alcançá-las. Merton caracterizou os retraídos como impedidos, frustrados improdutivos, como indivíduos que estão na sociedade mas não são da sociedade. Indivíduos que resolvem o conflito criado pela anomia abandonando ambos os elementos precipitantes, tanto as metas quanto dos meios legítimos de alcançá-las. A fuga é completa, o conflito é eliminado e o indivíduo assocializado. Derrotismo, quietismo e a resignação são manifestados em mecanismos de fuga que posteriormente levam os indivíduos a fugir dos requisitos da sociedade. Este tipo de comportamento desviante, de acordo com Merton, é mais comumente condenado pelos representantes convencionais da sociedade, visto que este tipo de adaptação não é produtivo, isto é, não apresenta valor objetivo à meta-sucesso que a sociedade tanto valoriza.

Por outro lado, de acordo com Lindesmith, ao aplicarmos a teoria da anomia ao usuário de drogas podemos destacar que esta teoria se aplica a alguns usuários não

podendo ser generalizada. Existe um grande número de usuários de drogas que são membros responsáveis, produtivos e que não abandonaram a busca da meta-sucesso. Por exemplo, podemos pensar em artistas, intelectuais, escritores, esportistas, entre outros que se envolveram com o consumo de drogas ou mesmo morreram por *over dose* e alcançaram a meta-sucesso. Além disto, as políticas de controle ao uso de drogas não oferecem ao usuário nenhum mecanismo de fuga, pelo contrário, levam-no a restringir seu convívio social. Em relação à proposição que droga levaria à drogadicção, o autor destaca justamente o contrário, seria a drogadicção que geraria a anomia criando alienação, desespero e altas taxas de suicídio entre os drogaditos. Sob este aspecto o autor problematiza a teoria da adaptação por retraimento de Merton. Diz o autor:

“La teoría de la anomia en cuanto se refiere a la toxicomanía está vinculada con cuatro variables principales: anomia, desviación, retraimiento y uso de drogas. Quienes proponen la teoría admiten que no todas las desviaciones surgen de la anomia y que la anomia no siempre produce desviación. Es probable que admitieran en que el retraimiento no es necesariamente una conducta desviada y que podría existir sin anomia. Nosotros sugerimos que toda toxicomanía tiene que ver con retraimiento o la desviación, que no toda toxicomanía surge de la anomia y que ella, a su vez, puede producir “anomia” Si no existe ninguna relación necesaria ni constante entre esas variables, entonces la toxicomanía puede sobrevenir en cualquier combinación con las otras tres y también en ausencia de todas”. (Lindesmith, 1967, p.176-178.).

O último tipo de adaptação apresentada por Merton é a rebelião. A adaptação por rebelião se diferencia do retraimento na medida que os indivíduos, neste tipo de adaptação, tentam introduzir uma nova estrutura social na qual os padrões culturais de êxito seriam radicalmente modificados. Isto é, adotar-se-ia medidas para uma correspondência entre o mérito, o esforço e a recompensa.

Para demonstrar as implicações da teoria da anomia Paixão (s.d.) argumenta:

- 1- As classes baixas experimentam com maior intensidade contradições entre fins e meios que explicitam a adesão a comportamentos não convencionais, ou seja, há uma afinidade entre pobreza e criminalidade, explicitada nas estatísticas policiais. Embora Merton advirta o leitor quanto ao cuidado com o uso de estatísticas o mesmo descarta sua própria advertência “de acordo com as análises, as maiores pressões se exercem sobre os estratos inferiores”. Enfim, a afinidade entre pobreza e criminalidade (o resultado substantivo da teoria) apóia-se em bases frágeis. Estatísticas oficiais de criminalidade são contaminadas pelos estereótipos da organização e pelas imunidades políticas da classe média.
- 2- Essa afinidade decorre, basicamente, da limitação da mobilidade ocupacional desses estratos: “a situação do trabalho não especializado e os baixos níveis de renda não podem competir facilmente, conforme as normas consagradas de dignidade, com as promessas de poder e altos níveis de renda decorrente do vício, dos *rackets* e do crime organizado”.
- 3- O contexto da realização dessa afinidade é função, por um lado, de um sistema universalista de valores que permeia toda sociedade (na pobreza em sistemas rígidos de classes ou na sociedade de castas é preservada a anomia pelas “fronteiras morais” que estabelecem diferenciais simbólicos de sucesso para diferentes classes). A afinidade resulta não da pobreza em si, mas da penetração nas classes baixas, da ideologia igualitária de sucesso. (Paixão, s.d. mimeo.)

Desde a sua primeira formulação, em 1938, a teoria da anomia tem causado grande influência nas interpretações sobre o comportamento desviante. Entretanto, conforme observa Velho (1999), esta teoria não problematiza a estrutura social, isto é parte do pressuposto de um sistema social dado, funcionando em harmonia e equilíbrio. Desequilíbrios acontecem, mas são ocasionais e ocorrem em momentos de mudanças sociais, a tendência natural do sistema é o ajustamento e a normalidade. Isto nos remete ao conceito de fato social desenvolvido por Durkheim. Segundo ele, o reino social opera autonomamente em relação ao reino da subjetividade, a sociedade apesar de emergir da ação dos indivíduos tem suas propriedades. O fato social é a consequência da interação dos indivíduos e gera uma série de leis e crenças que são consensuais e contratualmente aceitas por todos, tornando-se assim exteriores às consciências coletivas.

Além da exterioridade, para Durkheim, o fato social exerce um poder coercitivo que se impõe aos indivíduos levando-os a se conformarem com as normas estabelecidas pela sociedade. As sanções que os indivíduos estão sujeitos quando tentam contra ele se rebelar demonstram que o indivíduo está diante de algo que não depende dele, servindo de comprovação que se trata de algo imperativo e independente da vontade individual. Mesmo que o indivíduo queira experimentar ir contra os costumes, as forças morais, em virtude de sua superioridade, reagem contra ele. Estamos, portanto, de acordo com Durkheim, lidando com um tipo de idéias e sentimentos coletivos que não podem ser modificados pela vontade individual. Desta forma, externa aos indivíduos e dotada de poder coercitivo, a sociedade é o fato social por excelência. Ela não é apenas uma força independente dos indivíduos, mas antes de tudo uma autoridade moral que se expressa

através de normas que controlam e dirigem as ações individuais para fins consensuais. (Paixão, s.d. mimeo.).

Por outro lado, nas regras do método sociológico, Durkheim destaca que a consciência moral da sociedade não se desenvolve com suficiente vitalidade e por inteiro em todos os indivíduos de forma a impedir qualquer ação que a ofenda, quer se trate de um crime propriamente dito ou de uma pequena falha moral. O meio físico imediato, os antecedentes hereditários e as influências sociais diversas variam de um indivíduo para o outro e, por conseguinte, diversificam as consciências. Como é impossível existir uma sociedade em que os indivíduos não se diferenciem de um modo mais ou menos acentuado do tipo coletivo, é possível que entre as inevitáveis divergências surjam algumas de caráter criminoso. Isto porque o que define o ato como criminoso não é a sua importância intrínseca, mas o modo como a consciência coletiva o define. Nos diz o sociólogo francês:

“Imaginal uma sociedade de santos, um convento exemplar e perfeito. Os crimes propriamente ditos serão desconhecidos: mas os erros que consideramos venais ou vulgares provocarão o mesmo escândalo que o delito moral provoca nas consciências normais. Se, portanto, esta sociedade tem o poder de julgar e de punir, qualificará estes atos como criminosos e agirá em conseqüência. É por esta razão que o homem perfeitamente honesto julga as suas menores fraquezas morais com uma severidade que a maioria reserva para os atos delituosos. No passado, as violências contra as pessoas eram mais freqüentes do que hoje porque o respeito pela dignidade individual era menor. Como se tornou maior, estes crimes tornaram-se mais raros: mas também bastantes atos que lesavam estes sentimentos entraram no direito penal de que não faziam parte inicialmente”.(Durkheim, 1973, p.422-423).

Ainda de acordo com Durkheim, não há crime e desvio independentes das definições sociais de crime e desvio em sociedades concretas. Crime e desvio estão,

portanto, ligados às condições fundamentais de qualquer vida social. Para que ocorram transformações é necessário que os sentimentos que se encontram na base da moral não sejam inflexíveis às mudanças. Ora, se não existissem crimes não ocorreria nenhum progresso ou mudança social. Se a consciência coletiva fosse capaz de inviabilizar qualquer tipo de desvio, não teríamos nenhum tipo de evolução e a sociedade estaria estagnada. Para que a sociedade evolua é necessário que a originalidade individual possa se manifestar, mas para que a originalidade do idealista que ultrapassa seu século possa se manifestar é preciso que a do criminoso o possa igualmente, não podendo existir uma sem a outra. Além disto, continua Durkheim, o crime desempenha um papel útil na medida que atos qualificados, no passado, como crimes podem ser aceitos, no futuro, como comportamento aprovado. Segundo o autor:

“Segundo o direito ateniense, Sócrates era um criminoso e a sua condenação era justa. Contudo, o seu crime, a saber, a independência de pensamento, era útil não só à humanidade como também à sua pátria, pois servia para preparar uma moral e uma fé novas que os atenienses necessitavam nesse momento porquanto as tradições em que se tinham apoiado até então já não estavam em harmonia com as condições de existência. Ora, o caso de Sócrates não é um caso isolado, reproduz-se periodicamente na história. A liberdade de pensamento de que gozamos hoje nunca poderia ter sido proclamada se as regras que a proibia não tivessem sido violadas antes de serem solenemente abolidas. No entanto, nesse momento, esta violação era um crime pois ofendia sentimentos que a generalidade das consciências ainda ressentia vivamente. Contudo, este crime era útil pois era o prelúdio de transformações que de dia para dia se tornavam mais necessárias”. (Durkheim, 1973, p.424)

Durkheim, a partir de sua concepção de crime como resultado de um processo coletivo de definição, sugere a proximidade entre definições de desvio e poder: o que foi definido ontem como crime pode ser normal amanhã ou, a sociedade de santos qualifica faltas menores como crimes porque está armada do poder de julgar e punir (Paixão, s.d.

mimeo.). Entretanto, preocupado em caracterizar o objeto de estudo da sociologia, Durkheim acaba por concentrar suas análises no impacto das condições sociais sobre os indivíduos desconsiderando como estes interpretam e respondem a estas condições.

A noção de desviante, em si mesma, já apresenta dificuldades, uma vez que a idéia de desvio está associada à existência de um comportamento médio ou ideal que pressuponha uma harmonia em relação ao funcionamento do sistema social. Desta forma não se pode falar em desvio caso não se tenha, antecipadamente, idéias claras sobre o que seja normal ou patológico. Um ato desviante é, antes de tudo, um ato reprovado, e só pode ser assim considerado quando se tem, de saída, um referencial do que seja aprovado ou reprovado. Este tipo de orientação reifica o comportamento desviante sem contextualizá-lo. Neste sentido, de acordo com Cusson:

“O universo normativo de um grupo só raramente constitui um conjunto homogêneo e facilmente identificável. A maior parte das expectativas é implícita e mutável. Se há normas incontestadas, outras há que são aceitas por uns e rejeitadas por outros. Finalmente, é muitas vezes difícil circunscrever o grupo de referência num universo em que a maioria dos indivíduos pertence simultaneamente a várias unidades sociais com normas muito distintas. O que significa que a distinção entre o desvio e não-desvio corre o risco de ser problemática e variável”. (Cusson, 1995, p.415).

De acordo com esta perspectiva, outra abordagem sobre o comportamento desviante pode ser examinada. Trata-se do grupo dos interacionistas – segundo esta concepção, o foco conceitual de análise desloca-se do desvio como qualidade intrínseca a atos e atores para a noção do desvio como resultado da interação entre aqueles que cometem os atos e os que respondem a ele. O desvio caracteriza-se por ser uma ação coletiva envolvendo todos aqueles que direta ou indiretamente participam da interação.

Em outras palavras, não existe desvio em si mesmo, mas uma relação entre atores que acusam outros atores de estarem quebrando, com seu comportamento, regras e valores em uma determinada situação sócio-cultural. Daí vem a noção do desvio como uma criação da sociedade. A qualidade de desviante não é algo inerente a certo tipo de ato ou ator, mas decorre da produção social de regras e da imposição destas regras a grupos e indivíduos. No entanto, segundo Becker (1997), isto não quer dizer que as causas dos desvios estão localizadas na situação social do desviante ou em fatores sociais que condicionam sua ação. Quer dizer mais do que isso:

“Os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um “transgressor”. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal”. (Becker, 1997. p. 60)

De acordo com Becker, grupos sociais realizam certas interpretações do sistema sócio-cultural e a partir de seus interesses, experiências e posições estabelecem regras. A infração a estas regras define o comportamento desviante. A questão sobre os objetivos e finalidades de um grupo e o que vai facilitar ou prejudicar a realização destes objetivos se dá através das interações estabelecidas entre os atores sociais. Nestas interações podem ocorrer conflitos, isto é, as facções dentro do grupo podem discordar entre si e manobrar para que seus objetivos sejam aceitos. Assim, as questões sobre as regras que devem ser implementadas e quais são os comportamentos desviantes devem também ser considerados no âmbito das relações sociais.

O desviante, dentro desta perspectiva, não é o indivíduo que está fora de sua cultura, mas é aquele que faz uma interpretação divergente desta cultura. Ele não será sempre um desviante, dependendo da circunstância ele agirá exatamente como qualquer “indivíduo comum”, mas em outros momentos divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes. Estes comportamentos podem ser aceitos socialmente ou implementados e mantidos por grupos particulares que têm como tornar dominantes seus pontos de vista. Trata-se, então, de reconhecer nas ações consideradas desviantes, aparentemente sem significado, a marca do sócio-cultural. Nas palavras de Velho:

“(…) uma leitura diferente de um código sócio-cultural não indica apenas a existência de “desvio”, mas, sobretudo, o caráter multifacetado dinâmico e, muitas vezes, ambíguo da vida cultural. A cultura não é, nenhum momento uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que não só desempenham “papéis” específicos, mas que têm experiências, existências particulares. A estrutura social, por sua vez, não é homogênea em si mesma, mas deve ser uma forma de representar a ação social de atores diferentemente e desigualmente situados no processo social”. (Velho 1999, p. 21)

Seguindo esta linha de pensamento é que tratarei na próxima seção da questão do comportamento desviante (uso de droga), na perspectiva dos jovens pesquisados.

2.2 Uso de droga na juventude

O tema juventude, como objeto de estudo da sociologia, é bastante antigo. Sua visibilidade e problematização são diversas, dependendo de cada contexto histórico específico e da abordagem teórica adotada. A noção genérica e mais usual do termo juventude refere-se a uma faixa de idade, um período da vida, a passagem da infância para o mundo adulto. No entanto, como observa Abramo (1994), a noção de juventude é histórica, variando ao longo do tempo:

“A definição de tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos modificam-se de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através das suas divisões internas. Além disto, é somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social”. (Abramo, 1994, p. 1)

De acordo com esta perspectiva, Regina Novaes (2000), observa que ao pensarmos a juventude do ponto de vista histórico percebemos a existência de várias juventudes, isto é, quando falamos em juventude estamos, muitas vezes, nos referindo a um ciclo natural e universal da vida, pressupondo que em todas as sociedades as etapas da vida são bem demarcadas e ocorrem da mesma maneira. No entanto, além do fato da idéia de “etapas da vida” ser uma produção do processo histórico, há diferenças entre os jovens que são contemporâneos e vivem na mesma sociedade. Bourdieu (1983), nesse mesmo sentido, argumenta sobre a necessidade de, pelo menos, analisarmos a diferença entre duas juventudes. Nesta perspectiva o autor argumenta:

“Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc.,

dos jovens que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuados pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase lúdica, fundamentada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. Encontraríamos diferenças análogas em todos os domínios da existência: por exemplo, os garotos mal vestidos, de cabelos longos demais, que aos sábados à noite passeiam com a namorada numa motocicleta em mau estado são os que a polícia pára”. (Bourdieu, 1983, p. 113).

No Brasil, de acordo com Spósito (1997), o tema juventude, como objeto de estudo, praticamente desapareceu após os anos 60. Parece que os jovens, após os anos rebeldes, tornaram-se invisíveis – não só como atores, mas como tema capaz de suscitar o interesse da reflexão teórica. Reintroduzida na atualidade, principalmente pela mídia, a juventude só tem alcançado visibilidade quando associada à violência ou a comportamentos considerados exóticos, isto é, os jovens só têm alcançado visibilidade na condição de problemas sociais. Por sua vez é interessante notar que as características e valores ligados à juventude nunca foram tão relevantes como na atualidade. Ser jovem, ou se manter jovem, passou a ser um objetivo permanente. A juventude é hoje, como observa Viana (1997), uma espécie de mercadoria vendida em clínicas de cirurgia plástica, livros de auto-ajuda e lojas de departamentos.

A imagem mais recorrente da juventude contemporânea encontra-se centrada na contraposição aos jovens dos anos 60, em relação aos quais a juventude atual aparece carente de idealismo, de empenho transformador ou mesmo de qualquer interesse por questões públicas. Mesmo aqueles que lidam diretamente com os jovens, como é o caso da escola, muitas vezes enfatizam atitudes e valores negativos, comparando-os às gerações passadas. Observa-se, assim que os jovens da atualidade são vistos como

“alienados”, “consumistas”, “violentos”, “sem perspectivas de futuro”. Neste sentido, criou-se uma espécie de modelo ideal do comportamento juvenil, centrado na valorização dos jovens “revolucionários” da geração de 60, quando a juventude de classe média participou ativamente dos acontecimentos políticos e sociais em nosso país. Essa idealização acabou por cristalizar uma essência da condição juvenil – que deveria ser portadora de utopias e projetos de transformação social. De acordo com esta perspectiva, Abramo (1994) acentua:

“É a partir desta ótica que a geração jovem mais recente aparece principalmente marcada pela negatividade, pela ausência de capacidade de reflexão crítica da ordem social, pela passividade em relação aos valores e práticas inscritas nas tendências sociais da época, pela falta de empenho transformador ou imaginação utópica; essas ausências revelariam assim um desvio, uma traição da própria essência da condição juvenil”. (Abramo, 1994, p.xxiii).

Sob este aspecto, a comparação dos jovens de hoje em relação às gerações passadas não leva em conta aspectos específicos de nossa época. Trata-se agora de uma outra conjuntura social, que coloca outras questões às novas gerações. Estas novas gerações encontram outros ângulos e novas formas de expressão para problematizar a conjuntura social.

Por sua vez, os diversos estudos que lidam com o tema juventude identificam algumas noções básicas que caracterizam a condição juvenil. A primeira delas é a transitoriedade, um estágio que antecede a entrada na vida plena. “Este estado incerto que vem da coexistência, da imbricação e também da distância entre o universo infantil e o universo adulto” (Morin, 1968, p. 138). Ao analisarmos a juventude relacionado-a à condição de transitoriedade – transição da heteronomia da criança para a autonomia do

adulto – podemos defini-la como um conjunto social derivado de uma determinada fase da vida, com ênfase nos aspectos geracionais. Neste aspecto, de acordo com Mannheim, a função específica da juventude nas sociedades complexas é a de agente revitalizador, ou seja, a juventude, por não ter definido seus interesses econômicos, seus hábitos e valores, possui a predisposição para confrontar a ordem social. Desta forma, a juventude chega, vinda de fora, aos conflitos de nossa sociedade. Ela não é nem conservadora nem progressista por natureza, mas é potencialmente predisposta a não aceitar como natural a ordem estabelecida. Nos diz o autor:

“Assim, o adolescente não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conheceu. O que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, esta penetração vinda de fora torna a juventude apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes. A mocidade ainda não tem interesses adquiridos, quer no senso econômico, quer em função de hábitos e valorizações”. (Mannheim, 1968, p.75).

A noção de transitoriedade traz consigo a idéia de suspensão da vida social, um período de preparação para vida adulta. Assim, a transitoriedade está relacionada à noção de futuro, àquilo que os jovens deveriam ser quando se tornassem adultos. No entanto, conforme observa Sposito (1997), os problemas e práticas que permeiam a condição jovem fazem parte de processos sociais mais amplos, que atingem toda a sociedade e não somente os jovens. A especificidade do jovem reside na idéia que nesta fase da vida ocorre a entrada, um início de situação que pode acompanhar o indivíduo por toda sua vida.

De acordo com Bucher (1998), na transitoriedade está presente também a noção de individualização, isto é, a busca de uma identidade própria, fenômeno que envolve a possibilidade de recusa das normas e valores estabelecidos. Daí decorrem os conflitos com a família e com outras autoridades e, por fim, conflitos com a própria ordem social na qual o jovem deve fazer sua entrada. Caracteriza-se, assim, a juventude como uma fase em crise, um estado de revolta, um “mal estar” que pode levar a conflitos com a ordem social. Neste aspecto, Matza (1968) argumenta que, mesmo que ocorram conflitos entre a população jovem, não podemos constatar que a maioria dos jovens se comporte de forma rebelde, ao contrário, a maior parte da juventude se comporta de forma convencional.

Em relação ao uso de drogas na juventude, verifica-se que entre os jovens pesquisados muitos não fazem uso de drogas ilícitas. No entanto, as vivências dos jovens em relação ao universo das drogas são generalizadas. A grande maioria dos jovens tem amigos ou parentes que fazem uso, já presenciou um colega fazer uso ou já vivenciou situações ligadas à repressão ao consumo ou tráfico de drogas. “... a droga está em todo lugar, a maioria dos jovens já conhece, pode não ter usado, mas pelo menos ver já viu”. “A droga hoje é o que você mais vê”. Em se tratando dos laços de relacionamento entre os jovens usuários e não usuários, percebe-se que a grande maioria não se afastaria de um colega usuário. Neste aspecto os jovens ressaltam a necessidade de se manter redes de solidariedade para com os colegas usuários, como mostram os depoimentos abaixo:

– Eu conheço amigos meus que, tipo assim, usam drogas, e eu, pelo contrário, não deixo de conversar, eu continuo com minhas amizades, eu não deixaria de conversar com ele, pelo contrário, seria a pior hora para eu deixar de conversar com ele. Ele não está precisando de inimigos, pelo contrário, está precisando de pessoas que queiram ele bem. Eu poderia dar conselhos para ele, se ele não quisesse eu continuaria amigo dele. (jovem aluna do turno da manhã, 15 anos, moradora de outro bairro).

– Acho que tem muitas pessoas que têm muitas qualidades, têm qualidade, mas mexe com drogas. Ela pode até usar e não te oferecer, o verdadeiro amigo não te oferece. Quem tem cabeça feita tem que chegar e conversar, principalmente que a juventude de hoje vai muito no embalo, mas você tem amigos que usa, não tem a cabeça feita, eu acho que este pessoal não tem que ser desprezado. (jovem aluno do turno da tarde, 20 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

– Você se afastaria de um colega porque ele faz uso de drogas?

– Não, eu procuraria ajudar ele. Se caso eu visse que não tem jeito eu continuaria tentando, mas se não tivesse jeito mesmo, eu não deixaria de procurar ele não. Se caso ele me oferecesse é só não aceitar. (jovem aluna do turno manhã, 16 anos, moradora de outro bairro)

Na perspectiva dos entrevistados, diferentes motivos levariam ao consumo drogas na juventude: necessidade de aparecer, problemas familiares, influência de amigos, curiosidade, divertimento. Entretanto, depoimentos de jovens não usuários demonstram que a principal preocupação deles refere-se ao risco de “se viciarem”. Neste sentido, muitos jovens atribuem ao medo do vício o motivo pelo qual não experimentam drogas:

– Todo jovem que experimenta droga, usa droga é por curiosidade se vicia. No meu caso eu não tenho curiosidade de experimentar por causa disto mesmo. Já tem gente, colega meu, que experimentou só pra zoar na festa, hoje em dia é um cara viciado, não conseguindo largar a droga. Meu medo é isto, eu não experimento para não ser viciado lá no futuro. (jovem aluno do turno da manhã, 18 anos, morador de outro bairro).

– (...) pelo fato de você estar usando droga você vai se tornar viciado em uma coisa que não vai te ajudar em nada, ela vai te ajudar na hora, vai te dar aquela falsa esperança de que tudo está resolvido e depois, não vai adiantar nada, você tem que ter maturidade suficiente para ver que as drogas não vão te levar a lugar nenhum. Aliás, vão te levar a um lugar que não tem volta. (jovem aluna do turno da manhã, 15 anos, moradora de outro bairro).

– (...) eu acho que tudo que você acha que te faz bem você vai querer mais e usar mais, a pessoa que usa acha que faz bem, vai usando mais, não tem o limite, aí acaba viciando. (...) acho que não dá para usar sem ser viciado, todo mundo que vi usando como divertimento hoje é viciado e está tentando sair disto de qualquer jeito. (jovem aluno do turno da manhã, 16 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Em relação ao uso de drogas é interessante notar que a opinião dos entrevistados não é consensual. Os jovens não-usuários referem ao consumo de droga relacionando-o ao vício. Segundo eles, os jovens com pouco recurso financeiro, principalmente os jovens do Morro das Laranjeiras, ao adquirir o hábito de consumir drogas, teriam que se desfazer de suas coisas ou, até mesmo, roubar para “sustentar o vício”. Por outro lado, também os usuários se referem negativamente ao vício. Não obstante, o aspecto negativo estaria ligado à quantidade e ao tipo da droga consumida, como pode ser demonstrado nos depoimentos abaixo:

– Tipo assim, eu não vejo como errado não, pra mim o que não consta é usar crack, isto para mim não é idéia, só “mendigo” que faz isto. Assim, o cara ele usa droga, mas ele tem que saber usar droga. Ele sabe que você vai fumar uma coisa ali, vai ficar por aquilo, ele fumou e não tem mais. Agora vêm aqueles que fumam e querem mais e mais e mais, e esses aí dão derrame, a casa deles praticamente acaba, vendem as coisas que tem dentro de casa.

– Dar derrame?

– Dar derrame é tipo assim, é você perder o que você tem, você derrama, por exemplo, você vai lá e derrama o seu tênis, sua calça, televisão, o dinheiro que você tinha, sai pra roubar, isso é derrame. Você usa droga demais, é viciado. Tem aquele que sabe usar e aquele que não sabe usar. (jovem aluno do turno da manhã, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– (...) acho que este negócio... droga, este negócio é a pessoa mais doida mesmo, doida no sentido de divertimento, eu mesmo não conheço nem uma pessoa viciada, porque eu acho que vício é totalmente diferente. Usar é uma coisa, ser viciado é outra. Vício, o cara é aquele cara magrelão, cara acabadão, você olha para a família do cara, a família é toda decepcionada com o cara. (jovem aluno do turno da manhã, 15 anos, morador de outro bairro).

Verifica-se a partir dos depoimentos que os jovens acreditam na possibilidade do uso controlado de drogas ilícitas. O problema do consumo de drogas localiza-se no jovem viciado. Neste sentido, a categoria “viciado” está relacionada à anormalidade no uso e se contrapõe ao uso controlado, que é considerado “normal”. O uso do crack é discriminado pelos próprios jovens como uma “droga de mendigo” de “pessoas que querem se destruir”. Desta forma, usar drogas ilícitas é atividade aceita e considerada “normal”. É o abuso na quantidade e a utilização do crack que aparecem como “desvio”.

Dentro desta linha de pensamento, de acordo com Becker (1997), ao examinarmos o uso de drogas, a partir da sociedade contemporânea, com seus complexos mecanismos de diferenciação, observamos que grupos sociais específicos criam regras com as quais nem todos concordam. Na medida em que um grupo tenta impor suas regras a outros, cria-se uma situação de impasse que, no limite, pode desencadear conflitos. Ou seja, variações por faixa de renda, etnia, condição de moradia, idade, gênero se relacionam em diferentes graus de poder, legal ou extralegal, que definem os grupos que criam as regras para os outros. Nesta perspectiva, segundo o autor:

“Esses grupos não precisam compartilhar das mesmas regras e, na verdade, freqüentemente não o fazem. Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu meio ambiente, a história e a tradição que carregam consigo, tudo isto leva a evolução de diferentes conjuntos de regras. Na medida em que as regras de vários grupos entram em conflito uma com as outras haverá discordância sobre o tipo de comportamento que é apropriado em qualquer situação dada”. (Becker, 1997, p. 65).

É neste contexto de conflito e discordância presente na sociedade em geral e, no caso específico, na escola pesquisada, que se estabelece a “acusação” do jovem identificado como usuário de droga, “drogado”. De acordo com Becker, o rótulo de

desviante é decorrência da imputação de regras e sanções, por outras pessoas, a um transgressor: “o desviante é alguém a quem o rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal” (Becker, 1997, p.60). Neste sentido, em se tratando de pessoas rotuladas como desviantes, não podemos supor que estejamos lidando com uma categoria homogênea. Não podemos concluir que todas as pessoas rotuladas realmente cometeram um ato desviante, levando em conta que o processo de rotular não é infalível. Pessoas que na verdade não quebraram uma regra podem ser rotuladas de desviantes. Desta forma, o fato de um ato ser considerado desviante depende de como as pessoas reagem a ele. Nos diz o autor:

“O ponto principal é que a resposta de outras pessoas tem que ser encarada como problemática. Só porque alguém infringiu uma regra não significa que os outros reagirão como se isto tivesse acontecido, inversamente, só porque alguém não violou uma regra, não significa que não será ameaçado, em algumas circunstâncias, como se o tivesse feito”. (Becker, 1973, p.62).

Ainda segundo Becker, a imputação do rótulo de desviante pode ter um valor simbólico generalizante de tal forma que as pessoas supõem automaticamente que seu portador possua outras características indesejáveis. Desta forma, a imputação do rótulo de “drogado” reúne em torno de si categorias tais como perigoso, violento, indisciplinado, ou seja, quem é rotulado de drogado é automaticamente relacionado a estes adjetivos. Durante a pesquisa de campo conversei com vários jovens usuários de drogas que eram vistos como “disciplinados”, “interessados”, “bons alunos”. Estes jovens não eram percebidos como “drogados” e, portanto, não eram identificados como desviantes. Por outro lado, jovens vistos como “indisciplinados”, “rebeldes”, “apáticos”,

“maus alunos” eram, muitas vezes, considerados usuários – e não faziam uso de drogas.

O depoimento do jovem abaixo exemplifica esta situação:

– O que você acha da coordenação de turno?

– Teve uma época aí que ela pegou no meu pé de acordo, porque assim, eu estava passando mal, aí eu fui embora, eu e mais dois colegas... Cheguei lá em casa e estava tomando café, o telefone tocou...Era do colégio e queria falar com minha mãe... Aí ela falou que eu tinha ido embora e estava matando aula no Condomínio (referindo-se ao conjunto habitacional próximo ao Morro das Laranjeiras, local muitas vezes utilizado pelos jovens para o consumo de drogas). Aí no outro dia ela queria que minha mãe viesse no colégio. Minha mãe não veio. Aí eles não deixaram eu entrar no colégio. Ela afirmando que eu tinha matado aula no Condomínio.

– Por que ela falou isto?

– Ela deve pensar que eu ia mexer com droga. Ela julga uma coisa sem saber. Eu estava em casa tomando café normal. Se eu estava em casa como eu podia estar no Condomínio? Aí ela ficou duas semanas me enchendo o saco. Eu não podia assistir aula.

– E você usa drogas?

– Isto aí não leva a nada não, já vi os outros usando na minha frente, assim! Aí você vai ficando viciado, gastando dinheiro pra comprar uma coisa que não serve pra nada. (aluno do turno da manhã, 15 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Como visto anteriormente, a teoria interacionista, ao interpretar a acusação de desvio, aponta para os mecanismos de poder envolvidos na negociação da realidade relativizando, assim, os modelos de patologia social. De acordo com esta perspectiva, Velho (1987) acrescenta:

“Dentro do conflito político encontramos também a expressão de modelos culturais contraditórios que se revelam através de padronizações particulares dos aspectos afetivos e emocionais dos indivíduos e não apenas através da particularização de interesses materiais propriamente ditos”. (Velho, 1987, p. 58).

Ainda segundo Velho (1987), a acusação de desvio apresenta uma conotação moral que denuncia crise de certos padrões ou convenções que dão sustentação a uma sociedade ou a grupo social específico. O comportamento desviante permite, então, que a sociedade ou o grupo social perceba a si mesmo pelo o que não é ou pelo o que gostaria de ser. Um jovem aluno do turno da manhã, 15 anos, morador de outro bairro, por ter sido acusado de drogado, fez uma denúncia ao Conselho Tutelar que ilustra esta situação. Descrevo a seguir o fato a partir do depoimento da direção:

– O problema foi diretamente ligado a mim. Inclusive, a mãe fez uma denúncia e eu fui parar no Conselho Tutelar, mas a coisa foi invertida, este menino estava muito desinteressado dentro da escola, agressivo, comportamentos diferentes e os professores reclamaram junto à Orientação e Supervisão. Um dia nós o chamamos para conversar devido a um fato ocorrido por causa dele. Ele deu um chute na porta da sala que chegou a rachar a porta ao meio, de fora a fora. Aí nós chamamos a mãe, explicamos a ela a situação e o comentário dos professores. Inclusive, me coloquei a disposição de ajudá-los, ela falou que eles estavam com dificuldades. Ele estava com os olhos muito vermelhos, perguntei a ele o motivo e ela me falou que ele estava com problema de vista. Não sei por que cargas d' água eles entenderam a situação de forma diferente e fizeram a denúncia no Conselho Tutelar. (Direção da escola)

Em relação ao consumo de drogas, o jovem não demonstrou nenhum julgamento negativo, apenas afirmou não fazer uso. Por que, então, procurar o Conselho Tutelar e fazer uma denúncia ao ser acusado de drogado? De acordo com Velho (1987), o termo drogado aparece no Brasil como uma categoria de acusação ao lado da categoria subversivo. Considera-se que o subversivo é uma ameaça política à ordem estabelecida, sendo assim caracterizado como perigoso, devendo ser identificado e controlado. Mesmo sendo uma acusação de categoria política, muitas vezes, vem acompanhada de

implicações morais tais como ateu, criminoso, traiçoeiro, etc., Passa-se de uma denúncia do âmbito político para uma acusação mais generalizante.

Por sua vez, a categoria drogado é uma acusação moral e médica que acaba por, também, assumir uma dimensão política de acusação totalizadora. Na medida que a categoria drogado explicita a problemática de patologia social, o drogado passa a ser definido como um doente, associado, na maioria das vezes, à doença mental. A procura por drogas já indicaria a existência de problemas psicológicos e a utilização delas criaria ou agravaria os sintomas de patologia. A dimensão de doença mental é acionada, às vezes, até mesmo para defender o acusado “fez isto porque não está bem” “os problemas psicológicos o levaram a isto”. Portanto é um rótulo que quando utilizado tem o poder de explicar tudo, desde uma nota ruim na escola até a participação em uma briga.

Becker, referindo-se às análises de Hugles, observa que algum status em um determinado contexto tem prioridade sobre os demais. Desta forma, o rótulo de drogado relaciona-se, no contexto da escola, à categoria favelado, isto é, aos jovens moradores do Morro das Laranjeiras. Ser morador do Morro das Laranjeiras já pressupõe considerações estigmatizantes em outras situações. Morar na Favela já define o status de desviante no qual o jovem será reconhecido. Nesta perspectiva argumenta o autor:

“Uma pessoa recebe o status como resultado da quebra de uma regra, e a identificação mostra ser mais importante do que muitas outras. Uma pessoa será, primeiramente, identificada como desviante antes que outras identificações sejam feitas. A questão é colocada: Que tipo de pessoa quebrará uma regra tão importante? E a resposta é dada: Uma pessoa que é diferente do resto de nós, que não pode agir como um ser humano moral e, portanto, pode quebrar outras regras importantes”. (Becker, 1973, p. 80).

O jovem, ao procurar o Conselho Tutelar por ter sido acusado de drogado, reage à acusação de ser identificado como favelado. A categoria drogado, no contexto desta pesquisa, está associada a bandido, marginal, traficante, que são categorias associadas aos jovens moradores do Morro das Laranjeiras – “favelados”, vistos, na maioria das vezes, como perigosos e violentos. Neste sentido, o jovem se sentiu prejudicado pelo rótulo de drogado, na medida em que este rótulo está associado aos jovens do Morro das Laranjeiras que são estigmatizados na escola. As questões sobre comportamento desviante e estigma serão tratadas na próxima seção.

2.3 Juventude, transgressão e desvio

Por morarem em um local onde o tráfico de drogas é intenso e tem gerado situações de violência, os jovens do Morro das Laranjeiras são vistos por muitos dos jovens moradores de outros locais, bem como por muitos dos profissionais da escola, como desviantes. De acordo com Goffman (1988), quando um estranho está a nossa frente e não atende a nossas expectativas normativas, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande. De acordo com o autor:

“Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente do que havíamos previsto”. (Goffman, 1988, p.14).

Desta forma, o estigma não se define principalmente em função de atributos, mas sim de relações. A idéia de estigmatização aproxima-se da noção de desvio. A classificação de um grupo como desviante pode ser vista como a expressão particular de um processo de estigmatização. Teríamos, por um lado, jovens moradores do Morro das Laranjeiras rotulados e estigmatizados como desviantes e, por outro, jovens de outros bairros considerados “normais”.

Seguindo esta linha de pensamento, de acordo com Goffman, a carreira moral do estigmatizado se inicia quando o sujeito apreende e incorpora o ponto de vista dos “normais” adquirindo, assim, as crenças da sociedade mais ampla. Ele aprende então que

possui um estigma particular e, detalhadamente, as conseqüências de possuí-lo. Aprende, a partir de então, como lidar com o tratamento que os “normais” dão a pessoa como ele e aprende também a encobrir, quando possível, as características estigmatizantes. Neste aspecto, durante o trabalho de campo, uma das dificuldades que encontrei foi saber o local de moradia dos jovens, muitas vezes os jovens moradores do Morro das Laranjeiras tentavam “encobrir” que moravam na favela. Mais ainda quando meu contato era realizado na presença de jovens de outros bairros, o fato de morar na Favela era motivo de risos e ironias.

A experiência de morar em uma favela, no âmbito dos estigmas que esta possui na sociedade de modo geral e particularmente na escola, é experimentada pelos jovens a partir da contraposição entre os jovens do turno da tarde, que em sua grande maioria moram na Morro das Laranjeiras e os jovens do turno da manhã que, em grande parte, são moradores de outros bairros. Esta contraposição pode ser percebida a partir da visão estigmatizada que os jovens do turno da manhã têm em relação aos jovens do turno da tarde. Os depoimentos abaixo demonstram esta situação:

– Você vem aqui à tarde, você vê que é, você olha para a cara da pessoa, você já sabe. Hoje em dia o ambiente acaba entregando, a cara da pessoa entrega. De manhã você pode ver que a pessoa é menos favelada, de tarde é totalmente diferente, a escola muda. (...) Você pode ver, as pessoas que estudam aqui de manhã são as pessoas que não têm problema, se você perguntar qual pessoa mais problemática, você vai ver são as pessoas que vêm da tarde. (jovem aluno do turno da manhã, 15 anos, morador de outro bairro).

–Eu nunca estudei à tarde, mas o preconceito que se tem da manhã para a tarde é muito grande. Quando eu estava na quinta série a gente disputou olimpíada, saímos na porrada com o turno da tarde. Aí é tipo assim, vamos fazer trabalho à tarde? Não, vamos fazer na biblioteca pública, não vamos fazer na escola à tarde porque este pessoal da tarde é

tudo favelado, o que se diz é isto. (jovem aluno do turno da manhã, 16 anos, morador de outro bairro).

– E a favela o que você acha dos jovens que moram lá?

– Coisa de cultura.

– Como assim?

– São pessoas pouco civilizadas e violentas. (jovem aluno do turno da manhã, 18 anos, morador de outro bairro)

É interessante observar que os jovens moradores do Morro das Laranjeiras percebem claramente a estigmatização a que estão expostos na escola como demonstram os depoimentos abaixo:

– Acho que, tipo assim, o pessoal fala do turno da manhã, como eu posso falar? As pessoas são mais civilizadas entende? Porque o turno da manhã o povo se importa mais com ele e exclui o resto da escola. (jovem aluna do turno da manhã, 17 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

– Acho que tem preconceito sim, até pra usar os objetos que tem na escola. Pra de manhã eles emprestavam o som todos os dias, eles emprestavam o som para ter a música de manhã, quando chegou à tarde, a gente queria usar todo dia também, por causa disso eles cortaram e ninguém vai usar mais. (jovem aluno do turno da tarde, 17 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Tipo assim, tem cinco boys jogando bola, aí a gente pede pra jogar. Eles falam não, favelado não vai jogar aqui não. ... Eu acho que é falta de entendimento deles, tinha que saber mais sobre quem vive na favela. Porque às vezes até eles usam drogas, a maioria deles usam drogas e às vezes a maioria da favela não usa. Quem usa mais são eles, eu acho, na minha opinião é isto. (jovem aluno do turno da manhã, 14 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Este tipo de estigmatização, decorrente da demarcação estereotipada entre ser morador de uma favela ou morar em outros locais, é uma das causas que contribui para muitos dos conflitos que ocorrem na escola. Neste aspecto, a oposição entre os jovens se dá em torno de ser considerado boy e patricinha (pat), ou ser morador do Morro das Laranjeiras. Muitos dos jovens moradores do Morro das Laranjeiras se sentem

desprezados pelos seus colegas e justificam a atitude destes jovens a partir do que eles conceituam como boy. Considerar um jovem como boy, na visão dos jovens do Morro das Laranjeiras, é considerá-lo predominantemente uma pessoa que menospreza as pessoas que vivem no Morro das Laranjeiras. Na linguagem dos próprios jovens ser boy ou pat é ser “folgado”, “tirado”. É o jovem que “tem roupa melhor, tem dinheiro e quer provocar, fazer a pessoa se sentir ruim perto dela, usam do dinheiro para humilhar, para menosprezar os outros”. Nas palavras de outro jovem:

– Boy pra mim é aquele cara que ele tem as coisas melhores, sabe disto e tira onda com sua cara, entendeu? Pra mim boy, é isto aí. Tem uma pessoa igual assim, tem menino aqui do colégio que mora bem, casarão e chega perto de você igual. Você não é diferente dele nem ele é diferente de você, pra mim é sangue bom demais. Agora, as pessoas que passam perto de você, tá numa situação melhor, tira onda com sua cara, zoa. Sabe, isto é boy. (jovem aluno do turno da manhã, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

Observa-se ainda que o termo boy é carregado de ambigüidades. Se por um lado predomina a noção relacionada ao menosprezo experimentado pelos jovens do Morro das Laranjeiras, por outro lado, identificar quem é ou deixa de ser boy é uma questão extremamente complicada. Dito de outra maneira, ideologicamente ser boy é ser “metido, gostar de esnoabar, conversar que tem isto, que pode aquilo”. Entretanto, independentemente de comportamentos, outros atributos podem também definir quem é considerado como boy ou pat: ter cabelos lisos, olhos claros, pele clara, usar celular, usar roupa ou mochila de marca são usados, muitas vezes, como critérios de identificação do boy ou pat. Os relatos abaixo exemplificam esta situação:

– Estas meninas que gostam de se exibir e quer ter as coisas só para elas também. Vê uma pessoa de cor, uma pessoa diferente, não vou ficar perto deste menino não. Ano passado eu bati nos meninos todos, só nos meninos que gostavam de dar uma de boy, eu batia neles tudo.

Levavam merenda sabe, tinha vez que eu não levava, eles ficavam fazendo gracinhas, eu dava neles tudo, por causa do cabelo também, aquele cabelo lisinho, eles passam gel, eles pensam que é boy. (jovem aluno do turno da manhã, 14 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– (...) boy é aquele menino que é branquinho, cabelinho lisinho, loirinho, é o que é boy. Aí ele chegou na minha sala eu já estava lá há dois anos, ele entrou na minha sala e começou a me tirar, na saída eu bati nele mesmo, não cheguei nem a apanhar. (jovem aluno do turno da manhã, 16 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Os jovens do Morro das Laranjeiras são vistos pelos outros jovens da escola, na maioria das vezes, como favelados violentos, drogados. No entanto, esses jovens se defendem ao considerar seus colegas como boy ou pat. De acordo com Norbert Elias (2000), em todas as sociedades a maioria das pessoas dispõe de um número de termos estigmatizantes que fazem sentido no contexto das relações específicas que se estabelecem entre os estabelecidos e os outsiders. Os termos estigmatizantes – favelado, drogado perigoso – simbolizam a possibilidade de se humilhar o membro do grupo de outsiders por ele não corresponder às normas do grupo superior. Nestes casos surge a possibilidade do grupo considerado outsider reagir com termos estigmatizantes – boy e pat – para se referirem ao outro grupo. Embora se possa usar deste dispositivo, ele é inútil como arma numa disputa de insultos uma vez que os termos utilizados não têm o mesmo poder de envergonhar os membros do grupo estabelecido. Como argumenta o autor:

“Mesmo quando dispõem de termos desse tipo para que seus membros se comuniquem entre si..., estes são inúteis como armas numa disputa de insultos, porque um grupo de outsiders não tem como envergonhar os membros de um grupo estabelecido: enquanto o equilíbrio de poder entre eles é muito desigual, seus termos estigmatizantes não significam nada, não tem o poder de feri-los”. (Elias, 2000, p. 27).

Ainda de acordo com Elias (2000), a estigmatização entre estabelecidos e outsiders, muitas vezes, reflete e justifica o preconceito que os jovens sentem em relação aos jovens do Morro das Laranjeiras. Assim, por morarem em uma favela, os jovens carregam “um sinal”, o estigma social que se transforma, a partir das representações estereotipadas que se constroem sobre os moradores deste local, em estigma material. O estigma passa a ser uma coisa objetiva. Desta maneira, o grupo estigmatizador se exime de qualquer responsabilidade: “não fomos nós que estigmatizamos essas pessoas, mas sim as forças que criaram o mundo – elas é que colocaram um sinal nelas, para marcá-las como inferiores ou ruins” (Elias, 2000, p.35). Os relatos abaixo, sobre o preconceito em relação aos jovens do Morro das Laranjeiras, demonstram esta situação:

– (...) As pessoas que moram aqui perto, eles se comportam diferente de quem não mora, quem não mora é totalmente diferente, pode parecer preconceito, mas as pessoas que não moram aqui é mais educado, é mais calma, nunca passou o que quem mora na favela passa, então, é muito mais fácil ela aprender, de ela assistir uma aula, do que uma pessoa agitada que fica esperando o recreio para ir merendar. (jovem aluno do turno da manhã, 16 anos, morador de outro bairro).

– Eles são preconceituosos com eles mesmos, porque assim, eles já olham, por exemplo: eu já olho para os demais já inferior, então eu já vou tomando ódio dela, só porque ela olhou ou só porque ela não olha. Eles já olham a gente com preconceito. Eles já falam, não mexe comigo não que eu sou do Morro das Laranjeiras. (jovem aluno da manhã, 17 anos, morador de outro bairro).

– Por eles morarem na favela que não é o lugar normal de se morar, eles já sofreram por não ter condições, eles já vêm com este problema tipo assim, porque você está fazendo isto comigo, eu moro no morro... moro na favela, então você não pode me privar das coisas... eles sempre jogam isto na cara da gente. (jovem aluna do turno da manhã, 20 anos, moradora de outro bairro).

Estas diferenciações entre jovens moradores do Morro das Laranjeiras – “favelados” e seus colegas de outros bairros – “boy ou pat” produzem na escola um clima de tensão que em muitos momentos se transformam em brigas e agressões. Tudo pode ser considerado motivo para rivalidades: um olhar visto como atravessado, a disputa por carteiras escolares, o fato de um jovem conversar com a namorada do outro, ou mesmo provocações explícitas, como um jovem do Morro das Laranjeiras obrigar outro jovem a pagar sua merenda, obrigá-lo a emprestar seu material escolar ou retirar um jovem da quadra mesmo que não seja sua vez de jogar. Desta forma, se por um lado, ser morador da favela coloca o jovem em condição de inferioridade por outro, este mesmo processo pode significar poder, uma vez que os jovens de outros bairros se sentem ameaçados pelos jovens do Morro das Laranjeiras. Durante a pesquisa muitas foram as brigas que observei tendo como pano de fundo a oposição entre favelado x boy e pat. Dentro dos objetivos desta dissertação, destaco a briga entre uma jovem do Morro das Laranjeiras, namorada de um traficante do Morro das Laranjeiras, e outra jovem considerada pat. A seguir relato a briga a partir do depoimento da jovem do Morro das Laranjeiras:

– Eu discuti com ela no jogo, eu arranhei o braço dela, aí a colega dela me disse: – devagar, senão você machuca as meninas. Aí eu fiquei na minha, porque eu vi que eu estava errada, não machuquei ela mais não. Depois ela começou esbarrar em mim com força, aí eu comecei a pegar pesado com ela. Comecei a discutir com ela, ah! você esta achando ruim? Então vamos brigar. Aí ela não falou nada não, depois que ela entrou no vestiário a professora perguntou a ela o que tinha acontecido e ela disse assim: – isto é coisa de preto, essa crioula favelada fica unhando a gente e ainda vem discutir. Aí eu virei para ela, qual é menina, você vai brigar comigo? Aí ela disse: – eu não sou da sua laia não, eu não sou igual a você não. Eu fiquei calada. Aí todo mundo falou: dá nela! Aí eu avancei nela.

Eu tinha esquecido que ela tinha me chamado de negra preta favelada, eu tinha esquecido. Depois que eu lembrei, tipo assim, nó... ela me chamou de negra preta favelada, na hora da discussão eu não lembrei não. Na hora que eu lembrei, aí eu quis brigar, o ... (outro colega do

Morro das Laranjeiras) disse – dá nela, dá mole não. (risos) (jovem aluna do turno da tarde, 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

É interessante observar que, de acordo com a professora de Educação Física, a jovem moradora de outro bairro “provoca sua colega há muito tempo, provoca também outras colegas jogando o cabelo – liso e comprido – no rosto das colegas”. Houve o receio da coordenação que a briga tivesse conseqüências fora da escola. Muitas das brigas entre os jovens do Morro das Laranjeiras e os jovens de outros bairros têm continuidade na saída da aula e contam com a participação de outros jovens do Morro das Laranjeiras que se agrupam para “defender” seus colegas. Neste sentido, o estigma ocasiona, por um lado, uma situação de hostilidade em relação aos jovens considerados boy ou pat e, por outro, uma solidariedade por parte dos jovens do Morro das Laranjeiras que também se sentem estigmatizados. Observa-se que o estigma potencializa, por parte dos jovens do Morro das Laranjeiras, uma rede de solidariedade que se expressa no desejo de vingança contra os jovens de outros bairros. É assim que os jovens se agrupam para “defenderem” seus colegas do Morro das Laranjeiras, não interessa o motivo da briga, o que interessa é o fato de morar no Morro e, portanto, compartilharem da mesma situação de estigmatizados. Por outro lado, os jovens considerados boy ou pat, a partir da insegurança e medo que convivem no seu cotidiano escolar, adotam estratégias para se protegerem como pode ser observado no depoimento das jovens abaixo:

– (...) Você se junta a eles, você não pode vencê-los, junte a eles, aquele ditado, você, tipo assim, pat e favelado, então ao mesmo tempo em que você é pat você fica no mesmo ambiente que eles. Na sétima série quando aconteceu aquele negócio dos meninos puxar meu cabelo, por causa disto eu tive que unir às mais briguintas, ser amiga mesmo, tipo assim, de ligar, de dar presente, comprar a amizade da pessoa para não apanhar, porque muitas vezes eu tive que sair daqui correndo, porque o povo queria me pegar.

– E elas te defenderam?

– Defenderam, aí a chefona falou, vocês não vão bater nela não, porque ela é minha amiga, então, eu comprar a amizade dela, neste sentido, valeu a pena, porque eu livreí minha cara (jovem aluna do turno da manhã, 17 anos, moradora de outro bairro).

– (...) já aconteceu também de eu ter que fazer amizade por causa disto. Geralmente era discussão sobre o tipo de avaliação e tudo, aí a pessoa entendia que eu era patricinha. Tenho até medo de dar minha opinião porque se você vai contra a opinião de uma pessoa desta... (silêncio). Você fica com medo, ela já olha torto para você, assim você já fica com medo, você já fica com medo da reação dela, você tem que agir como elas. É igual ela disse (a jovem do depoimento acima): para você se sentir protegido na escola você tem que fazer amizade com este grupo, que é o grupo como se fosse líder, que quer bater, quer tudo. Você tem que se juntar a ele para você se sentir mais protegida na escola (jovem aluna do turno da manhã, 20 anos, moradora de outro bairro).

Retomando a briga das jovens no vestiário, destacamos que a coordenação, em posição contrária à professora de Educação Física, resolveu suspender das aulas, por dois dias, a jovem do Morro das Laranjeiras. Seu colega, que no momento da briga gritou para a jovem “dá nela, não dá mole, não” foi suspenso por duas semanas. A suspensão foi percebida, pela jovem, como injusta e preconceituosa: “eles são muito racistas pro meu gosto, a coordenação acha que só porque a gente é da rua... (silêncio), a coordenação não quis me escutar, nem olhou para mim, eles não querem saber não”. É dessa mesma forma que outros jovens percebem as atitudes de alguns dos profissionais da escola para com os jovens do Morro das Laranjeiras. Neste sentido, estes jovens responsabilizam a escola pelos conflitos que foram expostos:

– (...) porque este negócio, (refere-se às brigas na escola) o problema às vezes até parte da escola. Porque o tratamento tem que ser igual para todo mundo, não é só porque ele tem dinheiro e eu não, eu vou ter tratamento inferior? Por que quando some alguma coisa na escola, de uma pessoa que tem dinheiro e que a família pode e vem brigar, eles já dão outra atenção? Agora, se é um da favela, às vezes eles não tem uma família pra vir à escola, é outro tratamento, isto mesmo já causa os conflitos na

escola (jovem aluna do turno da manhã, 20 anos, moradora de outro bairro).

Com relação ao conflito relatado anteriormente, houve o receio, por parte dos profissionais da escola, das possíveis conseqüências que ele poderia acarretar: “nós podemos perder o controle”, “se fosse minha filha eu não correria o risco, tiraria da escola” “caso ocorra algum problema todos vão morrer” (referindo-se à jovem de outro bairro e seus colegas). A entrevista coletiva relatada abaixo explica o motivo pelo qual a jovem do Morro das Laranjeiras não reagiu conforme a expectativa dos profissionais da escola:

– A jovem A se envolveu em uma briga com outra jovem, o que vocês acham disto?

– Jovem da briga: Bom, (risos) é lógico, a menina é muito folgada, ela caça briga com todo mundo.

– É justo então brigar com a pessoa que é folgada?

– Jovem A: É lógico, pra se defender. ... isto me ajuda porque ela não vai ser doída de mexer comigo de novo, agora eu já estou jogando vôlei no time dela, já ontem mesmo eu joguei, ela ficou tremendo de medo.

– E se você apanhar?

– Jovem B: Mesmo assim, se apanhar você enfrentou. Se apanhar, é sinal que você também não pagou pau, se corre você vai pagar pau.

– Jovem C: Se você correr fica feio, você tem que dar um tapa, tem que enfrentar mesmo que você apanhe.

– Por que você terminou aqui (dentro da escola) a briga com a jovem?

– Jovem A: Porque eu já tinha dado nela um couro. Pra que eu ia bater nela mais, coitada! Se eu tivesse apanhado, seria lá fora que a gente ia resolver. Agora que eu dei nela um couro, que ela saiu doída, pensei que a menina estava passando mal, saiu gritando ginásio.

– E se você tivesse apanhado?

– Jovem A: Aí ela ia ver lá fora.

– Jovem B: Aí o bicho pega. (risos)

– Jovem C: Até minha irmãzinha ia entrar (jovens alunas do turno da tarde, 15,16 e 17, moradoras do Morro das Laranjeiras).

As relações conflituosas que se estabelecem na escola estão relacionadas, muitas vezes, ao fato de vários dos jovens alunos serem moradores de um local onde o tráfico de

drogas é intenso. No entanto, o consumo ou a venda de drogas não ocorre dentro da escola. Além do mais, muitos jovens do Morro das Laranjeiras não usam nem traficam drogas, mas, por morarem na Favela são, muitas vezes, percebidos como usuários ou traficantes e, portanto estigmatizados. Assim, grande parte dos conflitos, inseguranças e medos que se estabelecem nesta escola relaciona-se à violência gerada pelo tráfico de drogas que ocorre, via de regra, nas favelas do país e, especificamente nesta dissertação, no Morro das Laranjeiras O envolvimento e a percepção dos jovens em relação ao tráfico de drogas constitui objeto de reflexão do próximo capítulo.

CAPÍTULO III - TRÁFICO DE DROGAS, JUVENTUDE E PERIGO

3.1 Tráfico de drogas na juventude.

O tráfico de drogas teve um aumento significativo e representa, na atualidade, um grave problema. Com um movimento em torno de 500 bilhões de dólares por ano, que para se ter uma noção mais precisa, é um montante maior que todo aquele gerado pela indústria mundial de informática (200-300 bilhões de dólares ao ano), mais de 10% do PIB anual do Estados Unidos em 90, maior que o PIB anual do Brasil. A cocaína representa 1/3 deste mercado, com uma movimentação anual, em dinheiro vivo, comparável à dívida externa brasileira. (Proença, 1996). Este fenômeno tem contribuído efetivamente para agravar a situação de violência nos centros urbanos. Em Belo Horizonte assistimos a um aumento da criminalidade juvenil confirmadas nas estatísticas oficiais e na divulgação da mídia. Sob este aspecto, Waiselfsz (2000) observa que, na maioria das vezes, os jovens na atualidade são vistos como agressores. Nos diz o autor:

“Jovens só aparecem em nossas consciências e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinqüente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas da torcidas organizadas ou nos bailes da periferia”. (Waiselfsz, 2000, p.8).

No entanto, não só no Brasil como em todo o mundo, ocorre um crescente aumento de violência onde as principais vítimas são os jovens. De acordo com esta ótica, Adorno (2000) ressalta a importância de analisarmos os jovens envolvidos em violência sob dupla perspectiva: por um lado, os jovens são autores da violência, por outro, são vítimas desta mesma violência. Estudo realizado por Waiselfsz (2000) demonstra que a

taxa de mortalidade da população brasileira caiu de 633 em 100.000 habitantes em 1980, para 574 em 2000. Entretanto, em se tratando da população jovem, esta taxa passou de 128 para 140 no mesmo período. A mortalidade entre os jovens não só aumentou, como também mudou sua configuração. As mortes por epidemias e doenças infecciosas, que há cinco ou seis décadas atrás eram as principais causas de mortes entre os jovens, vêm sendo substituídas, progressivamente, por “causas externas” de mortalidade. Em 1980 as “causas externas” já eram responsáveis por 52,9% do total de mortes dos jovens no país, em 1998 este percentual aumentou ainda mais, passou para 67,9%. Isto é, as “causas externas”, fundamentalmente os homicídios, são responsáveis por mais de 2/3 das mortes de jovens no Brasil. No ano de 1998, na população em geral, 8,7% dos óbitos puderam ser atribuídas à categoria “violências conjuntas” (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito), na população jovem – 15 a 24 anos – essa categoria é responsável por 52,3% dos óbitos. Diante destes dados alarmantes, o autor argumenta:

“Sem muito esforço, a partir desses dados, poderíamos prognosticar, com uma certa margem de erro, quantos jovens morrerão em nosso país no próximo ano por causas violentas. E se são essas regularidades as que nos possibilitam inferir que, longe de ser resultado de decisões individuais tomadas por indivíduos isolados, estamos perante fenômenos de natureza social, produto de conjunto de determinantes que se originam na convivência dos grupos e nas estruturas da sociedade”. (Waiselfsz, 2000, p.21).

Seguindo esta linha de pensamento, mesmo que não se tenha ainda estudos suficientes sobre a extensão e o peso do tráfico de drogas na composição da violência em Belo Horizonte, verifica-se que o aumento da criminalidade, principalmente juvenil, está relacionado ao comércio ilegal de drogas. Neste aspecto, autoridades policiais vêm afirmando que grande parte do aumento da criminalidade na atualidade está relacionado à

cobrança de dívidas contraídas no comércio ilegal de drogas e aos conflitos entre quadrilhas que disputam pontos de venda de drogas nas periferias da cidade. Em matéria do jornal Hoje em Dia de 21/ 11/ 99, o coronel Severo Augusto da Silva, comandante do policiamento em Belo Horizonte, afirma que 450 a 550 menores infratores estariam agindo como “aviões” na venda de drogas. Garante também que estes conflitos teriam sido acirrados com introdução do uso crack na gama de drogas consumidas por jovens da periferia de Belo Horizonte. O delegado chefe da divisão de crimes contra a vida, Edson Moreira, em matéria do jornal Estado de Minas em 26/09/99, aponta as drogas como uma das principais causas para o aumento, em torno de 40%, dos homicídios em Belo Horizonte. O Delegado Marcelo Guimarães afirma que o problema das drogas é mais grave entre os menores de 18 anos, e atribui a elas grande parte da responsabilidade dos atuais índices de criminalidade revelados hoje na capital. (Estado de Minas, 21/ 09/ 00). Dados estatísticos da SASSE – Seção de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial – do Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte, demonstram que no período de 1996 a 1998 ocorreu um aumento significativo nos atendimentos aos casos que têm como causa o tráfico de drogas. Em 1996 foram atendidos 4 adolescentes, em 1997 já foram 11, e em 1998 foram atendidos 32 adolescentes. Por sua vez, Proença (1996) chama a atenção para a necessidade de não se atribuir exclusivamente ao tráfico de drogas a responsabilidade sobre toda e qualquer ação violenta. Mesmo assim, o autor aponta para as implicações que o tráfico de drogas vem ocasionando. Nesta perspectiva, segundo o autor:

“(...) o volume de dinheiro ilegal é hoje principalmente o do tráfico de drogas, cedo ou tarde, os crimes contra propriedade deságuam num vínculo com drogas. Além disto, a violência letal deliberada, a forma

punitiva do tráfico, infla os crimes contra a vida e viabiliza que haja armas abundantes para outros crimes, que não necessariamente teriam o uso de armas não fosse o vínculo dos envolvidos, em algum nível, com a droga”. (Proença, 1996, p.28).

De acordo com Zaluar (1994), o envolvimento de jovens no tráfico de drogas é recente. A existência de jovens, cada vez mais novos, na prática do tráfico se explica nos próprios conflitos que ocorrem no comércio ilegal de drogas que, ao tornar cada vez mais curta a vida dos envolvidos, não passando de 25 anos, leva inevitavelmente à substituição. A atividade do tráfico de drogas é também rentável e o lucro de pequenos traficantes que moram nas favelas será tanto maior quanto mais barata for a mão de obra empregada. Daí a aproximação com os jovens para os pequenos encargos que a comercialização das drogas exige. Além disto, a participação cada vez maior de jovens nas práticas do tráfico de drogas tem a ver com as modificações ocorridas nas redes tradicionais de socialização juvenil e das redes igualmente tradicionais de sociabilidade local. No âmbito familiar o esforço redobrado do chefe de família, a participação da mulher no mercado de trabalho e o desemprego são fatores que contribuíram para afastar os pais do convívio familiar ou, mesmo, geraram novas convivências. Por conseguinte, agências socializadoras como a escola, os centros de assistência social e a política passam então a cumprir atribuições antes reservadas aos pais. É neste contexto de transição social, no qual as novas agências de socialização ainda não se configuraram, que o narcotráfico vem recrutando, na grande maioria das vezes, jovens moradores da periferia a fazer parte do quadro de empregados do crime organizado. São “teleguiados”, aqueles que obedecem ao comando dos “cabeças”, que são os que se tornam chefes por sua capacidade de autonomia e comando sobre os demais. (Adorno, 1999; Zaluar, 1994).

Sob este aspecto a hierarquia do comércio ilegal de drogas funciona da seguinte maneira: o traficante é aquele que possui dinheiro para compra de grandes quantidades de droga. Encontram-se sempre armados e montam quadrilhas para defender seu território ou para garantir a entrega da droga, por consignação, realizada pelos vapores e aviõezinhos. O vapor é aquele que recebe a droga no local e administra sua venda aos clientes. Os aviõezinhos são os que vendem pequenas quantidades de drogas. Além disto, existem aqueles jovens que participam de maneira informal do movimento, não pertencendo diretamente à hierarquia do tráfico – segundo relato de envolvidos com o tráfico, trata-se de jovens que fazem serviços como a entrega de pequenas quantidades de drogas, apenas em períodos onde a demanda aumenta, como é o caso de final de ano.

Como o tráfico é uma atividade ilegal, os conflitos que daí decorrem, dívidas, compromissos desfeitos, quebra de contratos são resolvidos exclusivamente pelo uso da violência. Uma violência pensada em torno da posse e uso de armas de fogo usadas tanto para obtenção de dinheiro necessário para os negócios - obtido através de assaltos - quanto para manter o poder, pela força da violência, sobre aqueles que resistem à sua ordem. Qualquer desobediência é duramente punida com práticas violentas que são, em muitos casos, justificadas pelos jovens pesquisados, que se envolvem com o tráfico, como a única maneira de manter o controle sobre os demais. Durante o trabalho de campo ouvi de vários jovens relatos dramáticos da violência praticada por traficantes. Cheguei a presenciar, juntamente com alguns jovens da escola, um traficante repreender três jovens que fumavam crack próximo da escola, na entrada da favela. O traficante, após discutir e atirar no pé de um dos jovens, diz: “eu já avisei que não quero ninguém fumando crack neste lugar”. De acordo com o relato dos jovens alunos que se encontravam no local do

episódio estas demonstrações de violência ocorrem cotidianamente na favela: “a gente convive com isto dia a dia”, “fica até normal”, “todo dia morre um”. “A gente até acostuma”, “a cada traficante que morre aparece um pior que ele”. Ainda segundo o relato dos jovens, o traficante havia proibido o consumo de drogas naquele local para “evitar que policiais entrem na favela”. Percebe-se que nesta situação de conflito qualquer um, seja ele jovem ou adulto, que impeça ou atrapalhe os negócios do tráfico de drogas pode ser duramente punido com o uso da violência. Neste aspecto, jovens são tratados pelos traficantes do mesmo modo que qualquer outro adulto. Se eles interferirem, de alguma maneira, nos empreendimentos do tráfico, correm o risco de ser mortos. O assassinato de um aluno da escola evidencia o medo gerado por essa violência além de nos remeter à questão da estigmatização dos jovens do Morro das Laranjeiras.

Segundo depoimentos da direção e de outros jovens, o aluno foi assassinado quando saía de um pagode, e o motivo seria uma dívida contraída no tráfico de drogas. Durante o velório do jovem, sua mãe, chorando muito, repetia em voz alta: “eu pedi tanto que ele não saísse de casa”, deixando transparecer que a morte do jovem já era esperada. Além do mais, pude observar durante aquele velório um profundo silêncio que era acompanhado de um sentimento de insegurança que contaminava a todos que ali se encontravam. A escola também se silenciou. Constatei que muitos dos alunos nem sequer ficaram sabendo do acontecido. O que mais me chamou a atenção foi a naturalização de sua morte para a grande maioria dos profissionais da escola. Parecia que nada havia acontecido, que a morte do jovem já havia sido pré-determinada. Ouvi de alguns profissionais da escola as seguintes declarações: “o que ele foi fazer num pagode?”, “estava caçando morrer”, “eles pensam que são invencíveis”. É como se o jovem tivesse

traçado seu destino trágico na medida que se encontrava envolvido com o tráfico de drogas. Ninguém quis saber de sua morte. Todos pareciam certos que aquele jovem, mais cedo ou mais tarde, estaria morto.

Perguntei à direção porque a morte do jovem não havia sido divulgada dentro da escola e obtive a seguinte resposta:

– Normalmente a gente procura deixar em sigilo situações como essas, para não despertar outras situações em relação aos alunos. Então, realmente, esta coisa assim a gente procura manter uma certa ética de não sair espalhando fatos ocorridos com nossos alunos.

– Como assim?

– Medo. Em relação a evitar situações idênticas ou às vezes até piores, não despertar no aluno qualquer outra situação que possa vir a trazer algum prejuízo para ele e para a própria escola. A gente acha que estas situações, quando divulgadas, elas criam em determinados alunos diferentes reações que a gente não sabe como controlar. (Direção da escola)

Se, por um lado, o depoimento da direção revela a insegurança e o medo vivenciados na escola diante da situação de risco proporcionada pela violência do tráfico de drogas que ocorre no Morro das Laranjeiras: “medo, medo de posteriores agressões, retaliações, nós também nos sentimos muito ameaçados e inibidos com esta situação”, me disse a direção em outro depoimento sobre o episódio; por outro lado, ao evitar a divulgação do assassinato do jovem aluno, a escola reafirma a visão estereotipada na qual o jovem morador do Morro das Laranjeiras é perigoso ou potencialmente criminoso. Sendo assim, este tipo de discurso acaba por justificar ou mesmo banalizar as possíveis violências que os jovens do Morro das Laranjeiras estão fadados a vivenciar. O depoimento da direção ilustra esta situação:

– Estes dois últimos anos eu acho que a coisa piorou bastante, especificamente este último ano. Este último ano, para nós foi terrível. Eu tenho receio de que daqui para frente as coisas venham a piorar bastante. Eu ainda dou graças a Deus de não ter acontecido um problema maior, mais grave, dentro da escola, pela proximidade da favela, pelos alunos que nós temos aqui dentro. Muitos deles estão envolvidos com drogas, com o tráfico, com arma. (Direção da escola).

Como discutido no capítulo II, a generalização da escola como um ambiente violento, onde os jovens do Morro das Laranjeiras são estigmatizados, tem trazido modificações importantes nas relações entre os próprios jovens e os profissionais da escola. Não se pode dizer que o medo seja uma criação do imaginário dessas pessoas, ao contrário, é um medo real. As ações violentas experimentadas principalmente pelos jovens do Morro das Laranjeiras são, muitas vezes, compartilhadas por todos na escola. Presenciei em uma sala de aula uma jovem moradora do Morro das Laranjeiras se deitar no chão após ouvir barulhos que pareciam tiros. A jovem, de 13 anos, se levantou sob o olhar perplexo da professora e dos colegas e se justificou: “foi minha mãe que me ensinou a fazer assim; lá em casa, quando ouvimos tiros, nós todos nos deitamos no chão”. “A primeira vez que eu vi uma arma foi aqui no colégio” me disse outra jovem de 20 anos, moradora de outro bairro. Sobre esta questão Novaes (1997) observa que os jovens nascidos a partir da década de 70 têm em comum o fato de terem crescido e sido socializados em tempos da “cultura do medo”. Os jovens compartilham da experiência de viver identificando o perigo, desviando-se de suspeitos e controlando o medo. Entre os jovens pesquisados o sentimento de insegurança e medo é comum. Eles se sentem com medo e inseguros diante da possibilidade de ser vítimas, a qualquer momento e em qualquer local, de uma ação violenta. Estes aspectos são ressaltados nos seguintes depoimentos:

– Eu não me sinto segura em lugar nenhum, qualquer lugar hoje em dia tem falta de segurança, até na própria casa da gente. Você nunca sabe a hora que bandido pode chegar, querer te assaltar, sei lá, fazer até outras coisas violentas mesmo, não é só na escola não. (jovem aluna do turno da tarde, 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

– (...) Não tem como uma pessoa se proteger totalmente no mundo de hoje, não tem como. Você está sempre correndo o risco de acontecer alguma coisa, já aconteceu comigo, eu fui assaltado. Eu não vou mais andando de um lugar para o outro, se eu posso eu pego um táxi, faço tudo como manda o figurino. Mas se proteger totalmente ninguém consegue mais. (jovem aluno do turno da manhã, 17 anos morador de outro bairro).

É neste cenário de medo e violência, que a escola pesquisada é diretamente atingida. Se, por um lado, alunos e profissionais sentem-se com medo e inseguros por causa da violência estabelecida pelas quadrilhas de tráfico de drogas, por outro lado, jovens sentem-se atraídos pelo poder do comércio ilegal de drogas. Alguns deles se envolvem e tornam-se membros de quadrilhas: seja para pagar dívidas adquiridas no consumo de drogas, seja para se sentirem mais fortes em relação a seus colegas ou ainda, como eles mesmos dizem, por “fascínio”, “necessidade” ou “ilusão”. O resultado deste processo é o aumento do grau de tensão que perpassa os relacionamentos estabelecidos entre jovens e profissionais na escola. O sentimento de insegurança e medo é exacerbado pela expectativa de que qualquer conflito gerado no interior da escola esteja ligado às quadrilhas do tráfico e possa ter conseqüências trágicas.

Embora existam diferenças nas concepções do que levaria um jovem a se envolver com o tráfico de drogas, podemos destacar que para a maioria dos alunos pesquisados a atração pelo comércio ilegal de drogas está associada às condições sócio-econômicas dos

jovens do Morro das Laranjeiras que se revoltam e obtêm através do envolvimento no tráfico de drogas uma maneira de ganhar “dinheiro fácil”:

– Por revolta, ele nasceu em uma favela e está lá no bairro Mangabeiras, ele vê a realidade daqueles que moram em mansões, enquanto eles moram em barracos de lona de um cômodo só. Isto é uma verdade, enquanto você não tem nada, outros tem demais. Isto vai revoltando a cabeça da pessoa. Eu quero ter aquilo independente dos meios, se ele tem eu tenho que chegar até aquilo. Aí ele vai e trafica, mata, faz este tipo de coisa. (jovem aluno do turno da manhã, 16 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– O jovem vê que ele não está conseguindo subir na vida. Sabe que isto está errado mas ele vê aquele dinheiro chegar na mão dele. Dinheiro que ele levaria meses, anos para ganhar ele está fazendo em uma semana, duas semanas. Então, vou entrar nesta mesmo. Pelo menos divertindo eu vou estar. Pelo menos com dinheiro para sair. É muito mais fácil vender droga e poder sair com os meninos que têm dinheiro, acho que o pessoal que não tem condição e vê aquele dinheiro fácil chegando na mão dele, faz com que ele entre em uma desta. (jovem aluno do turno da tarde, 20 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Ele vê aquele pessoal playboy, ele quer ser um. Mas ele não tem condições, e ele vai traficar para arrumar dinheiro. A maneira dele arrumar dinheiro fácil é traficando, por isto a maioria dos jovens cometem erros. (jovem aluno do turno da manhã, morador de outro Bairro).

É importante notar que nestes depoimentos está contida a idéia de que os jovens do Morro das Laranjeiras entrariam para o tráfico por serem desfavorecidos do ponto de vista sócio-econômico. Cabe enfatizar, no entanto, que apenas uma pequena parcela dos jovens moradores do Morro das Laranjeiras está envolvida com o tráfico. Diferentemente das análises tradicionais que associam crime e pobreza, estudos recentes têm demonstrado que os crimes variam de acordo com contextos sócio-econômicos e com a organização espaço-temporal da vida social e que as pessoas que se envolvem em crimes fazem ponderações acerca das condições do ambiente, em termos de custos e benefícios,

para o cometimento da ação criminosa. De acordo com este modelo, não se deve estabelecer uma correlação linear entre crime e pobreza. Ao contrário, é a prosperidade que acaba por oferecer um incremento nas oportunidades para a ação criminosa, na medida que oferece alvos viáveis e compensadores (Beato, 1998). Além disto, se existe uma relação entre altas taxas de violência e criminalidade em bairros pobres isto não se deve ao fato da pobreza estar correlacionada diretamente a criminalidade, mas sim porque ela reproduz a vitmização dos pobres, o desrespeito a seus direitos e a sua falta de acesso a justiça.(Caldeira, 2000).

Ainda segundo os depoimentos acima, a lógica da necessidade financeira está relacionada à obtenção do “dinheiro fácil” que se dá através do envolvimento no tráfico, possibilitando desta forma a compra de roupas, tênis de marca, celulares etc. Como já mencionado anteriormente neste capítulo, o envolvimento no tráfico de drogas, realmente, oferece aos jovens possibilidades de obter dinheiro.Ouvi de uma jovem de 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras:

– (...) acho legal ganhar dinheiro, vida muito fácil. Eu tenho dinheiro fácil oh! (me mostrou o dinheiro que estava com ela) oh! (risos). Eu quero é ganhar dinheiro, essa vida não está dando pra nada não, então eu vou é vender droga mesmo. Muito jovem pensa é nisto, se der eu também. (jovem aluna, 14 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

De fato, pude observar que os jovens envolvidos com o tráfico de drogas possuíam celulares e faziam questão de demonstra-los a seus colegas. Além disto, valorizavam o fato de freqüentarem shopping para comprar roupas e tênis de marca. No entanto, para muitos dos jovens do Morro das Laranjeiras a participação nas atividades do tráfico de drogas significa viver correndo da polícia ou submetidos às práticas

violentas dos traficantes. Portanto, pertencer ao tráfico de drogas significa viver constantemente ameaçado. Como mostram os depoimentos abaixo:

– Porque vê que só dá morte. Dá dinheiro, mas dá confusão. O traficante é esperto, mas eu nunca vi traficante sair bem. Já vi muitos amigos morrer. Eu separo minhas amizades, sempre tive gente me dizendo pra não entrar, muitos entram para comprar roupas de marca. (jovem aluno do turno da tarde, 15 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– (...) os caras colocaram um 268 (arma) na mão dele, deu farinha (cocaína) pra ele cheirar. Moleque de 12 anos cheira farinha, é capaz de cheirar até 10 gramas, uma grama atrás da outra. Vai trocando tiro, dando tiro, pra eles não tem nada melhor ou pior, é aquilo ali. Decide a vida deles assim, se ganha está bem, se perde está morto, acabou. (jovem aluno do turno da manhã, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Porque a pessoa que vive dentro da favela e ainda entra depois do que vê, é porque aquela pessoa quer arriscar muito. Você vê o pessoal tomando tiro, pessoal com a cabeça aberta no chão, muito sangue, policial batendo. Tipo assim, de tudo acontecendo, você percebe que não é este caminho que você quer para você não. (jovem aluno do turno da Tarde, 18 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

A noção de ganhar dinheiro fácil é contrastada com a afirmação que dinheiro que entra fácil sai fácil: “tudo que vem fácil, vai fácil. Minha avó já foi traficante, já viveu tudo. Ela tinha som, grana, muita coisa mesmo. Muita gente que tinha muita coisa de tráfico depois teve que vender tudo, aí a vida deles muda” (jovem aluna, 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras), referindo-se ao dinheiro destinado ao suborno dos policiais, para não ser preso, ou gasto com o processo judicial para sair da prisão. É por isto que muitos jovens argumentam que o tráfico é ilusão. Por outro lado, alguns jovens, mesmo sabendo dos perigos que envolvem a participação no tráfico, acreditam ser possível ganhar dinheiro para posteriormente deixar as atividades do tráfico. Como podemos notar no depoimento abaixo:

– Você entra para depois sair, simplesmente tem que não dever ninguém, não pode dever ninguém, não pode ter treta com ninguém.

– Treta, o que é?

– Treta é, tipo assim, você tem uma confusão com o cara ali, você tem uma briga com ele de tempos. Ele quer te matar, você quer matar ele. Isto é treta. Tem que ser uma pessoa considerada por todos. Aí você fala: – ô gente! Eu não tô afim mais de ficar nesta vida, tô saindo! Nego não fala nada com você, menos um vendendo, mais dinheiro entrando. Você sai na rua, na boa, se você quiser voltar você volta, mas tem uma coisa, se você vacilou, acabou.

– Acabou?

– Matou.

– Como você vê esta coisa do matou?

– Assim, se deve, tem que pagar. Tipo assim, a pessoa fala, vou pagar tal dia, aí passa este dia. Uma semana depois. Vou te pagar tal dia, a pessoa não tem outro recurso a não ser te cobrar. Ele vai te cobrar, uma vez, se você não tiver o dinheiro, acabou, morreu. (Jovem aluno do turno da manhã, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

Mesmo entre os jovens envolvidos com no tráfico, as ilusões de ganhar dinheiro fácil vão se desfazendo à medida que percebem que as regras da atividade ilegal do comércio de drogas os colocam diariamente expostos à violência e à morte. Neste sentido, muitos jovens do Morro das Laranjeiras destacam que deixar o tráfico de drogas é muito difícil. Primeiramente, observam que é preciso estar sempre vendendo drogas para ganhar mais dinheiro – que sai rapidamente de seu bolso. Além disto, para continuar a ganhar dinheiro no tráfico de drogas o jovem precisa, cada vez mais, se envolver na rede ilegal e violenta deste comércio. O depoimento do jovem abaixo exemplifica esta situação:

– É igual eu te falei, é a guerra do tráfico. Aí o cara da outra boca já acha que o cara está esperando ele, então se ele for ali, o cara vai matar ele. Aí ele vai lá e mata o cara, e tal, e volta, aí não tem mais volta. A guerra do tráfico é bem olho por olho, se o cara entra, ele tem que entrar com tudo. Às vezes o cara nem entra, mas está acontecendo uma guerra, só que não está muito forte. Morreu gente mas não está muito forte. Tipo assim, o menino (traficante) falou comigo: eu estava em uma roda, ele falou assim: – eu estava em uma guerra perto de minha casa, ele falou

deste jeito assim comigo, se a gente está descendo, a gente não quer saber quem é da boca não, porque a gente não vai poder olhar para cara de cada um, para ficar sabendo quem é quem, ou dizer você espera aí que eu vou atirar em você, você fica então assim, o cara não pode ficar falando isto. Se o cara está na boca, só esta conversando ali, ou está querendo fazer um bico, ele vai tomar tiro, ele vai morrer de gaiato, coitado. (jovem aluno, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Finalmente, é importante notar a relevância atribuída pelos jovens ao papel desempenhado pela família no que se refere aos aspectos que levariam os jovens a não se envolverem no tráfico de drogas. O não envolvimento no tráfico de drogas é percebido por muitos dos jovens pesquisados como um processo de responsabilidade da família, principalmente da mãe. Segundo relatos dos jovens, são as mães que tentam controlar as amizades dos filhos por medo de “más companhias” que podem conduzi-los ao tráfico. Fiscalizam as mochilas e observam o comportamento dos filhos na tentativa de perceber sinais que indiquem o envolvimento com drogas. Como ilustra os depoimentos abaixo:

– Minha mãe me vigia o tempo todo, cheira minha mochila, ela é chata mesmo, sempre querendo saber de tudo. (Jovem aluna do turno da tarde, 15 anos, moradora do morro das Laranjeiras)

– Minha mãe trata a gente, tipo assim, cheira a boca da gente, bate na gente, a gente não pode nem ficar dentro da favela não. (Jovem aluno do turno da tarde, 17 anos, morador do morro das Laranjeiras)

– Tem menino do meu tamanho que fuma maconha e tem revólver, pensa que é traficante. Morre de graça. O menino que jogava bola comigo, brincava comigo, começou a vender droga lá perto de casa, aí ele ficou no meio do Morro, aí o outro veio com revólver na mão, o revólver disparou, pegou no peito dele. Aí, viu o que dá entrar para o caminho das drogas? Isto é pra gente vê. Minha mãe fala com nós: eu bato em vocês, mando vocês pra aula, se for preciso até matar eu mato pra criar vocês, mas não quero vocês neste caminho não. (jovem aluno do turno da tarde, 14 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

Ao mesmo tempo, alguns jovens ressaltaram que muitas famílias sabem que seus filhos se envolvem no comércio de drogas e que nada podem fazer para contê-los. Como pode ser ilustrado pelos depoimentos abaixo:

– Como você vê a reação da família quando o filho se torna traficante?

– Prejuízo total, é mãe falando: Você já vai pra rua, vai juntar com aquela turma, né? Tipo assim, família, vou te dizer a verdade, mãe é a primeira a saber que filho esta mexendo com droga.

– A família sabe?

– Sabe, tipo assim, o cara da favela já chega em casa diferente, vai lá, esconde aquilo ali de quebrada. A mãe pergunta o que é isto – olha mãe, estou no movimento, estou vendendo. O que a mãe vai fazer? Não pode fazer nada, não vai adiantar ela brigar. (jovem aluno do turno da manhã, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– A família sabe?

– Algumas até sabem, é o que eu vejo lá em cima. Tentam reprimir os filhos, tentam fazer eles sair do meio, mas às vezes é muito difícil tirar. (jovem aluno do turno da tarde, 17 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

Durante o trabalho de campo ouvi declarações de mães de alunos que tentavam livrar seus filhos do tráfico, por vezes, como pude perceber, sem sucesso. Cabe neste sentido lembrar que é comum no Brasil que na renda familiar dos pobres está incluída a contribuição de todos os membros, inclusive dos mais jovens. O resultado disto, em se tratando das funções de socialização primária que cabem à família, é que a incorporação prematura dos jovens no mercado de trabalho e o afastamento dos responsáveis num momento que sua presença é fundamental na socialização de seus filhos, acabam por reduzir as possibilidades de controle familiar. Além do mais, como já mencionado anteriormente, os jovens moradores do Morro das Laranjeiras convivem no seu cotidiano com traficantes, que concorrem com a família na socialização dos filhos. Nesta perspectiva, Zaluar (1985) acrescenta:

“Os grupos de crianças e jovens que permanecem no local de moradia ou enfrentam juntos as dificuldades do biscoito na cidade fortalecem-se tornando-os insensíveis à atividade educadora dos adultos. Isso abre caminho a outras influências, como as dos traficantes de tóxicos, o que gera um sistema de reprodução de atitudes negativas para o trabalho, encaminhando-os para a via “alternativa”: a vida da “revolta” como dizem eles, a da violência e do crime, como dizemos nós”. (Zaluar, 1985, p.96).

É importante destacar ainda que nem todos os jovens do Morro das Laranjeiras submetidos às mesmas condições de vida reagem igualmente. Muitos aceitam as regras e vivem dentro das normas estabelecidas. Outros se “revoltam” e manifestam-se de forma indisciplinada. Entre eles estão os jovens que se envolvem no tráfico de drogas. Estes jovens encontram diante de si oportunidades de ganhar “dinheiro fácil” nas atividades violentas do comércio ilegal de drogas. Como já vimos anteriormente, alguns deles entram para o tráfico, às vezes na expectativa de sair e reconstruir sua vida. Mas todos percebem que depois de se envolver é muito difícil a saída: seja devido à possibilidade de prisão, seja devido à guerra entre quadrilhas. Nesta questão, de acordo com Adorno (1994), o envolvimento do jovem com o tráfico de drogas não significa, necessariamente, um abandono radical de todas as relações que constituem a ordem social. Nos diz o autor:

“Esse abandono realiza-se em etapas, à base de ensaios pessoais de êxitos e fracassos, cujas saídas se manifestam inicialmente pelo afastamento da constelação familiar, pela fuga e evasão da escola, pela intermitência da atividade ocupacional, pela alternância entre trabalho e delinquência. Trata-se de um duplo mecanismo que pode assumir diferentes formas e implicar diversas derivações para a delinquência. Não significa, de imediato e de modo inexorável, a ruptura de todos os laços com o universo “normal” e a inserção em linhas de sociabilidade completamente autônomas”. (Adorno, 1994, p.73).

Em relação aos jovens envolvidos com o tráfico, pude observar que a inserção deles na escola é marcada por diferentes momentos. Observei, em muitas situações, jovens obedecendo às normas instituídas pela escola. Ao mesmo tempo, verifiquei que muitos destes jovens, no limite, utilizavam-se do seu envolvimento no tráfico como forma de enfrentar seus colegas e os profissionais da escola. Tornando, assim, todos que convivem nesta escola reféns da violência produzida no comércio ilegal de drogas. A maneira como os jovens percebem tanto os traficantes como a repressão ao tráfico realizada pela polícia será tratada na próxima seção.

3.2 Percepção dos jovens sobre os traficantes

A violência gerada pelo tráfico de drogas não atinge igualmente a toda comunidade escolar. Para os jovens do Morro das Laranjeiras, os traficantes são pessoas da comunidade, o que torna inevitável a convivência com eles. A experiência da violência do tráfico é diária e constante na vida destes jovens. Está presente nas esquinas, na quadra, nos bares e, às vezes, dentro da própria casa. Além disto, como já mencionado no capítulo II, aos jovens do Morro das Laranjeiras é reservado o estigma de desviante, aplicado indiscriminadamente a todos. Aos demais, jovens e profissionais, resta o medo e a insegurança pelo fato de estudarem e trabalharem em um local onde a violência do tráfico passa a fazer parte do cotidiano escolar. Entre os jovens pesquisados, os traficantes não são percebidos de maneira única, as ambigüidades aparecem claramente. Num primeiro momento, observa-se que o traficante é visto como uma pessoa da comunidade, que mesmo agindo de forma ilegal e violenta, mantém regras de convivência com os moradores:

– Traficante não é pessoa má. No Morro das Laranjeiras eu admiro muito o traficante. Ele respeita o Morro das Laranjeiras. Quando eles vão fazer alguma coisa eles pedem para as pessoas entrarem. Eles só são ruins com as pessoas que criticam muito. (jovem aluno do turno da tarde, 15 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

– (...) nas festas que eles dão chamam a favela toda. Tem momento que ele precisa matar, ser violento, pra conseguir manter o negócio dele. (Jovem aluno do turno da tarde, 16 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

– (...) lá perto da minha casa, o que eu vejo é tipo assim, se tem uma pessoa de idade passando, se tiver mexendo com droga, com revólver na mão, sabe, eles tentam esconder, porque acham que é uma falta de responsabilidade, ajudam a carregar a sacola. (jovem aluna do turno da tarde, 17 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

Dentro desta perspectiva, mesmo se tratando de jovens do Morro das Laranjeiras que não se envolvem com o tráfico, verifica-se a existência de laços de solidariedade em relação aos traficantes. Eles são sempre um vizinho, um parente ou mesmo um amigo de infância, como pode ser percebido pelo depoimento abaixo:

– (...) tem outro também que eu estudei com ele, era um dos traficantes mais comentados daqui, praticamente dominava o morro, conversei muito com ele no início, mas não adiantou nada. Um dia ele chegou e me disse: Estou com uma sacola de crack, estou vendendo. A mãe dele descobriu colocou ele pra fora de casa, depois ele até voltou. Eu conversei, mas depois a gente vê que não dá certo e que a gente pode ser até prejudicado, então você tem que afastar. Mas a amizade não vai acabar. Você afasta, mas você quer o bem da pessoa, quando você vê a pessoa você vai conversar. Você afasta, mas ele também afasta de você. Agora ele tem que ganhar o dinheiro dele, vai querer ficar vendendo ele não vai nem ficar lembrando de você. Na maioria das vezes ele fica meses sem te ver. Praticamente o trabalho deles é de noite mesmo. A maioria do tráfico é à noite. Acho que eles mesmos se afastam de você. (jovem aluno do turno da tarde, 20 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Mesmo que os depoimentos acima apontem para as relações de reciprocidade que se estabelecem entre os jovens e os traficantes locais, percebe-se que a convivência entre eles não é nada pacífica. O traficante impõe obediência aos moradores do Morro das Laranjeiras, mas não é uma obediência que passa pelo consentimento de todos. É a obediência conquistada através do medo imposto pelo uso da violência, muitas vezes garantida pelo uso de arma de fogo utilizada contra aqueles que infringem as regras do tráfico de drogas. A relação entre jovens e traficantes locais é marcada, assim, pela ambivalência. Se, o traficante pode ser um amigo de infância, o que envolve relações de reciprocidade, ele é também violento e usa de arma para ameaçar aqueles que não estão de acordo com seus negócios ilícitos. Traficante pode até “respeitar” a comunidade, mas

ambas as partes sabem que o uso da violência é um instrumento posto em prática para resolver situações de conflito. É nesta circunstância que os jovens desenvolvem estratégias para o convívio com os traficantes locais. Na medida que a justiça não pode ser acionada, devido à ilegalidade do empreendimento, o uso da violência torna-se eficaz para amedrontar possíveis testemunhas e criar o “respeito” dos moradores locais (Zaluar, 1985 - Sarti, 1996). Essa convivência com a violência nos ajuda a entender o motivo pelo qual ouvi, tantas vezes, os termos morrer e matar sendo facilmente pronunciados entre os jovens do Morro das Laranjeiras. Todos aspectos são ressaltados nos seguintes depoimentos:

- Você tem algum amigo que se tornou aviãozinho ou traficante?
- Tenho amigo inclusive que já morreu. Ele andava muito comigo, mesmo.
- Você acha que ele se transformou depois que se tornou traficante?
- Não, comigo acho que ele não modificou, transformação dele comigo não foi praticamente nenhuma. Agora eu vi ele cobrando dos outros, andando armado, querendo dar tiro nos outros. Eu via isto, então eu achava que isto para mim é errado, foi até morto. Eu disse: sai desta, não adiantou. Eu acho que para mim ele não mudou, mas tenho certeza, que pros outros, ele mudou. Ele me visitava de vez em quando, conversava a gente batia o maior papo, ia embora normalmente. Conversava como ele estava guardando dinheiro... Mas acho que se você conversar, cumprimentar, se você virar o rosto é até pior, você está discriminando o cara. O cara vai falar assim: olha! o cara era meu amigo, só por causa disso está me chamando de trouxa, de otário. A maneira deles pensar acho que é essa. É até arriscado. Quanto mais amizade você tem, acho que é melhor pra você. (jovem aluno do turno da tarde, 17 anos, morador do Morro das Laranjeiras).
- Você acha que o traficante é mal?
- Depende de como você vai agir com ele, às vezes ele olha você tipo assim, se ele estiver muito drogado ele pergunta o que você quer, se você der mau resposta, capaz dele implicar com você. Ou, você falar que a coisa dele tá ruim, malhada, então é capaz dele implicar. Fora isto, eles são sangue bom demais. Você chega, eles conversam com as pessoas, tratam muito bem (jovem aluno do turno da manhã, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Outro aspecto mencionado por alguns dos jovens pesquisados seria o fato do traficante “ajudar a comunidade”. Neste caso, o traficante seria considerado como protetor que colabora com os moradores locais. Em contrapartida, estudo realizado por Leeds (1997) demonstra que a proteção que os traficantes oferecem às comunidades está relacionada, principalmente, a uma estratégia de apoio a seus negócios: dificulta a repressão policial e a presença de grupos rivais. Ou seja, para a manutenção de seus negócios ilícitos, os traficantes necessitam da aquiescência da comunidade no sentido de não delatá-los. Além do mais, se o traficante suspeita que a pessoa é um informante, X9 como dizem os jovens, qualquer que seja ele, será duramente punido. Em troca do anonimato da comunidade o traficante acaba por “proteger” os moradores locais, prestando alguns benefícios tais como: segurança interna, dinheiro para ambulância, dinheiro para remédios, promover festas para a comunidade e outras verbas de emergência em caso de extrema necessidade. Mesmo que os traficantes se sintam “obrigados” a dar algo em troca do silêncio, muitas vezes forçado, da comunidade, são eles que impõem à comunidade seu código, sua própria vontade, definindo assim que forma de violência é permitida e quem pode praticá-la. Como demonstra o relato do jovem abaixo:

– Em relação às pessoas que moram na comunidade como você vê o traficante?

– Maravilhoso, os traficantes dão proteção para quem mora no morro, você só não pode vacilar com eles.

– O que é não vacilar com eles?

– Você não pode, tipo assim, dar idéia furada, conversar fiado. Sempre que passar perto dele cumprimentar: _ aí sangue B, tudo bom, jóia! Agora, se você é careta, não usa droga, só mora no lugar, você tem que passar, nem dar idéia. Pra eles, o que eles tão fazendo é problema deles, é vida deles. ... Fora isto, normal. Como qualquer outro. Mesma

coisa que você ver o pessoal rico querendo comer o outro. Dentro da favela também, um querendo ser mais forte que o outro. ... Um matou o outro e quer cobrar, quer descontar. Fora isto não rola treta não, é a maior amizade é zoação, brincadeira toda hora. (Jovem aluno do turno da tarde, 18 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Mas nem todos os jovens pesquisados, sendo eles moradores ou não do Morro das Laranjeiras, percebem o traficante como quem colabora com a comunidade. Para muitos jovens, o traficante é visto como “violento”, “malandro”, “sem coração”, aquele que prejudica a comunidade com suas atividades ilícitas e violentas. Ouvi de um jovem do Morro das Laranjeiras o seguinte relato: “Eu acho que é o traficante que faz a favela. Se não existisse droga, se não existisse as armas, não existiria a favela, seria tudo bairro, tudo a mesma coisa”. O mesmo jovem assim me respondeu em relação à questão dos traficantes ajudarem a comunidade: “Não, ele não ajuda não, ele ajuda a destruir porque ele está dando mau exemplo na favela (Jovem aluno do turno da tarde, 14 anos morador do Morro das Laranjeiras). Nesta perspectiva, muitos jovens se afastam dos traficantes por considerá-los uma ameaça que prejudica e amedronta os moradores:

– A pessoa pensa que vendendo, estar com dinheiro, é o tal, entendeu? Traficante, eles vivem no máximo 22 anos, com 14, 15 eles já estão morrendo. Já vi um menino que não estava nem conseguindo segurar arma direito, aí eu acho babaca, babaca mesmo. Eu não gosto de traficante, não gosto de nenhum deles, eu afasto deles, eu não converso, babaca mesmo acha que é o tal. ... depois que eles começam a ganhar dinheiro, eles acham que têm poder, aí começa a usar revólver, mata por causa de droga, usam metralhadora. É meio absurdo o que acontece ali e tem menino de 14, 15 e 16 anos (jovem aluna do turno da manhã, 17 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

Verifica-se, ainda, que para alguns jovens o traficante é visto como aquele que arrasta outros jovens a aderirem ao tráfico. Neste aspecto, os jovens ressaltam a atração

que os traficantes exercem nos jovens do Morro das Laranjeiras. Zaluar (1994) e Guimarães (1998), em seus estudos, destacaram que a atração dos jovens pobres da periferia do Rio de Janeiro pelo tráfico de drogas é motivada pelo dinheiro que os traficantes dispõem, pelas roupas de marca, pelo tênis da moda e por outros bens de consumo que eles podem comprar, promovendo assim sua inserção no universo de consumo atual e que eles, por meios legais, dificilmente poderiam obter. Como me disse uma jovem: “Ele me ajuda muito financeiramente. Eu sempre andei muito arrumadinha, mas agora que eu estou namorando ele (traficante) eu ando muito mais, aí vale a pena”.

Outro jovem perguntado sobre esta questão assim me respondeu:

– O traficante aqui no bairro, ele tem uma certa predominância, todo mundo, quando ele passa, olha: lá vai o fulano de tal. Parece, tipo assim, como se fosse um artista. É isto com todo mundo, até com as meninas que eles ficam. Então esse menino de 13 anos, que não mexe com nada, está ali trabalhando, vendendo picolé, ele é tratado como um bobo, o outro, que é traficante, da mesma idade dele, ele está vendo ser exaltado. Está com tênis de marca e ele nunca tem condições de conseguir. Aí, ele entra também, para se sentir o maioral, para poder comprar o tênis de marca que ele também quer, para ter as meninas que ele também quer, aí vai. (jovem aluno do turno da tarde, 18 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

É importante notar que o jovem do depoimento acima menciona a atração que os traficantes exercem sobre as jovens. Descrição da mesma natureza é realizada por Zaluar (1994) com relação ao fascínio que as jovens sentem pelos traficantes. A autora destaca que a demonstração de força e a agressividade dos traficantes locais passam a fazer parte da aceitação das jovens que se sentem protegidas por eles. Nesta perspectiva, o traficante não é visto como um desviante, um fora da lei que infringe as normas aceita pela sociedade. Ao contrário, o traficante adquire um novo status passando a representar para

as jovens a possibilidade de ascensão social: são eles que se enriquecem, que conseguem adquirir bens de consumo que os jovens também desejam, que aparecem “bonitos” para as jovens, usam tênis e roupas de marca. Até mesmo se tornam atraentes aos olhos das jovens porque são poderosos, porque podem defendê-las por estar armados. Como aparece nos relatos dos jovens abaixo:

– Você acha que as traficantes atraem namoradas?

– Demais, porque tem recurso né, faz por onde, ainda mais quem mora em volta da favela ou dentro da favela. Falou que é traficante, viu de moto, viu que é traficante, está armado, acabou. (jovem aluno do turno da tarde, 19 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– (...) malandro chama muita mulher, ele pode ser o homem mais feio do mundo igual o A (traficante). Ele era horroroso, todo mundo falava mal dele. Ele era carpinteiro, agora ele virou o que é, que isto! Cada dia uma mulher manda recado, chama e tudo. (jovem aluna do turno da tarde, 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

– O problema hoje é que os meninos acham que são malandros. Acho que malandragem está na moda. É tipo assim, aquele cara ali é malandro, ele é pesado. O pessoal acha que ele é mais, ele conhece os nego do morro, ele conhece tal pessoa que bate muito, é o que tem mais no colégio. Eu acho que o jovem hoje quer imitar o malandro, o traficante, quer imitar tipo assim, eu conheço tal pessoa pesada no morro, qualquer coisinha ele vai lá e conta o bolo dele. Vai lá e pega o revólver, fácil, fácil. Pra você ter uma idéia, hoje é isto. Malandro que tem hoje é pegar revólver e dar tiro nos outros, acha que é o demo, acha que é bonito. (jovem aluno do turno da manhã, 15 anos, morador de outro bairro).

No contexto da escola pesquisada, verifica-se que dentre os elementos desencadeadores de tensões ressalta-se o comportamento dos jovens em relação ao namoro com traficantes locais. Em certos casos, os conflitos entre os jovens são decorrentes de rivalidades que ocorrem fora da escola e se transferem para dentro do espaço escolar. Durante o trabalho de campo ocorreram várias situações de conflito relacionadas a esta questão. Em relação a este aspecto, destaco a jovem A, que é a

namorada de um “poderoso traficante” do Morro das Laranjeiras, e suas colegas, as jovens B e C, que também namoram traficantes, todas já mencionadas no capítulo II. Presenciei o seguinte episódio envolvendo estas jovens: Vários jovens, de turmas diferentes, encontravam-se jogando bola no ginásio da escola, no horário da aula de Educação Física. Estava no ginásio, conversando com estas jovens, que não estavam participando dos jogos, quando a jovem B recebeu uma bolada de um jovem que jogava futebol na quadra ao lado. Irritada, ela disse que não devolveria a bola. Outros jovens, que também jogavam o futebol, foram até ela e tomaram-lhe a bola. A jovem B comenta, em voz alta, que o jovem havia lhe atingido intencionalmente e diz que comunicaria o fato a seu namorado – traficante do Morro das Laranjeiras, que não estuda na escola. Agressivamente, ela passa a gritar para o jovem que ele iria morrer. A professora de Educação Física se aproximou apaziguando a situação. Continuando a conversa, a jovem A comenta sobre o esmalte da professora de Educação Física que é decorado com uma flor. A jovem, rindo, diz para suas colegas: “eu vou decorar com um coração em minha unha. Meu namorado arranca minhas unhas todas”. O “Coração” que a jovem se refere é um conhecido traficante do Morro das Laranjeiras, rival de seu namorado. A respeito do relacionamento das jovens com traficantes ouvi da jovem A o seguinte depoimento:

- Por que o namoro é difícil?
- Porque a gente sofre muito.
- Naquele dia você havia me dito que seu namorado é traficante. Você mora com ele?
- Não, só namoro.
- Você pode brigar com ele?
- Não. (Silêncio)
- Isto é uma preocupação para você?
- É.
- Ele usa ou só vende?
- Ele usa e vende, vende crack e usa farinha (cocaína).
- E você?
- Eu cheiro farinha também.

- É perigoso namorar um traficante?
- É, porque tipo assim, terminar com ele é muito difícil, é difícil. Eu tenho medo.
- Você acha que o jovem que vira traficante seduz mais as meninas?
- Seduz, nó... eu sei porque eu sou assim. Malandro chama mulher demais. Eu sei porque eu não posso ver um malandro que eu fico doída.
- Por que você fica doída?
- Eu não sei porque não.
- Mas você acha que é porque ele tem dinheiro?
- Não, por causa disto não, mas tem menina que é.
- Mas você tem atração também?
- Nossa como tenho.
- O que você acha disto?
- Bom não é, mas fazer o que né?(Jovem aluna do turno da tarde, 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

Mesmo que a jovem do depoimento acima mencione se sentir atraída por traficantes, percebe-se o quanto este tipo de relacionamento a coloca em uma situação complexa e perigosa. Neste aspecto, Zaluar (1994), ao analisar a presença das mulheres no tráfico de drogas, acentua que elas não são personagens principais. Elas não estão à “frente dos negócios”. Mas isto não significa que as mulheres estejam fora deste empreendimento ilegal. Pelo contrário, sua presença é diversificada e complexa. Segundo relato dos jovens, as mulheres não entram na guerra entre quadrilhas rivais. Assim me disse um jovem quando perguntado sobre a questão da jovem no comércio de drogas: “você só vê homem em guerra. Você vê treta rolando é com homem, mulher não. Mulher vende, ganha o lucro dela e fica numa boa”. Na maioria das vezes a presença das mulheres no tráfico se inicia pela atração que sentem por traficantes. Começam a se envolver com o tráfico prestando serviços para o namorado, como a entrega pequenas quantidades de drogas. São elas também que escondem as drogas, uma vez que são menos visadas nas apreensões policiais. Da jovem A ouvi o seguinte depoimento:

- Eu tenho um pouco de medo, porque, igual assim, eu estava com a droga no corpo e nós fomos vistos. Ele correu e eu não.
- Você estava com a droga dele?
- Estava. Ele correu e eu fiquei. Deu para ele correr. Ele correu e eu não. (jovem aluna do turno da tarde, 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras)

Ainda de acordo com Zaluar (1994), numericamente, a participação das mulheres na criminalidade é inferior a dos homens. No levantamento feito pela autora na Cidade de Deus, bairro periférico do Rio de Janeiro, elas não chegavam a 25% dos envolvidos com o tráfico. Além disto, no Brasil, a morte de homens por homicídio é significativamente maior que o número de mortes de mulheres pela mesma causa. Só 8,3% dos óbitos por homicídio no país, no ano de 1998, pertenciam ao sexo feminino. Em se tratando da população jovem, esta proporção é ainda menor: 7%. Em Belo Horizonte, na população jovem – 15 a 24 anos, no universo de 140 mortes por homicídio no ano de 1998, 60,1% pertencem ao sexo masculino e 6,3% ao sexo feminino. As taxas de mortalidade juvenil, especificamente as mortes atribuídas a causas violentas, como no caso de homicídio, não apontam somente para a quantidade de jovens que estão morrendo em nosso país, mas indicam também os modos de sociabilidade, as circunstâncias políticas e econômicas, os mecanismos de negação da cidadania em que vivem os jovens no Brasil. (Waiselfisz, 2000).

Em relação ao namoro das jovens com traficantes, verifica-se que um dos elementos presentes nestes relacionamentos é a impossibilidade, por parte da jovem, de terminar o namoro. A tentativa de abandonar o namorado implica em um grande perigo para a jovem que pode, inclusive, terminar em morte. Para as jovens, a única alternativa de terminar o relacionamento é namorar outro traficante mais graduado no tráfico. Isto

nos remete, novamente, às relações hierárquicas e violentas impostas pelo tráfico de drogas. Namorar um traficante mais graduado, “mais forte” significa ser “defendida” por ele, afastando assim o “pé rapado” do caminho. Além disto, observa-se que os traficantes possuem várias namoradas. Entretanto, o comportamento sexual das jovens que se tornam suas namoradas é controlado com rigidez e violência. A jovem namorada de traficante que foge a este padrão corre sérios riscos, podendo, até mesmo, ser morta. A entrevista coletiva abaixo exemplifica esta situação:

- O traficante é uma pessoa violenta?
- Tem vez que é. (todas).
- Então, como se faz para terminar o namoro?
- Jovem A: Não termina. (risos) se terminar... eu morro.
- Jovem B: Se terminar, tá ferrada.
- Jovem A: Aí eu fico com ele, chifrando ele.
- E se ele descobrir?
- Jovem C: Morre.
- Então é muito perigoso?
- Jovem C: Só ele que pode terminar o namoro.
- Jovem B: Mas ele pode chifrar, nós não.
- Jovem C: Às vezes, alguns até terminam. Mas em compensação, você não pode ficar com outro cara, porque se não ele encrenca com o ele.
- Você tem que namorar sempre com ele?
- Jovem B: Ou então você termina e namora outro bem longe daqui.
- Jovem C: Por isto que eu não quero namorar com ninguém.
- Jovem B: Todo cara que eu estou ficando, ele fica sabendo e vai lá e inventa uma fofoca.
- Jovem A: É porque você está ficando só com pé rapado. Pega um folgado...
- Jovem B: Eu tenho um folgado.
- Jovem C: Quem?
- Jovem B: Diz o nome. (Gritos!).
- Jovem A: Entregou!
- Jovem C: Você está ficando com ele? Ah não, ele é muito feio... (Gritos)
- Jovem B: Eles têm um tanto de namoradas.
- Jovem C: Eu não namoro, eu fico.
- Jovem A: Só pode trocar se for por um mais forte porque aí ele te defende. (Jovens alunas do turno da tarde, moradoras do Morro das Laranjeiras, 15, 16,17 anos).

Retomando o episódio das jovens no ginásio, é notável que as jovens fazem uso de seu relacionamento com traficantes. Namorar um traficante atribui a elas um poder que define as relações que se estabelecem entre elas e os outros alunos dentro da escola. Em outras palavras, por estarem namorando um traficante, as jovens se sentem poderosas e, às vezes, ameaçam seus colegas utilizando-se desta situação: “É o caso de conceito, a menina pode ser conceituada. Vai olhar, ela é mulher daquele cara ali, cara que não é bom nem mexer não”, me disse um jovem morador do Morro das Laranjeiras, 17 anos. Por sua vez, mesmo entre as jovens que namoram traficantes e usufruem o poder deles para ameaçar seus colegas, verifica-se a esperança de no futuro se desvencilhar do tráfico de drogas. Ouvi da jovem A o seguinte depoimento: “acho melhor procurar um serviço. Falo com ele, quando a gente acabar de pagar a casa, a gente vai arrumar um emprego”. Pois todas elas sabem, como afirma Zaluar (1994) e as estatísticas confirmam, o fim de bandido pobre é morrer antes dos 25 anos. As jovens A, B e C perguntadas sobre seus projetos de futuro assim me responderam:

- Jovem C. (silêncio) Vamos falar de outra coisa...(silêncio) eu não penso no futuro, só penso no presente e olhe lá.
 - Jovem B. Eu também.
 - E você? (Perguntei à jovem A)
 - Jovem A. Eu? (silêncio)... Eu tenho minha casa.
 - Jovem C. Eu também. No futuro é só ter minha casa, mais nada. (silêncio)
- (jovens alunas do turno da tarde, moradoras do Morro das Laranjeiras, 15, 16 e 17 anos.)

As imagens desenvolvidas pelos jovens em relação aos traficantes são múltiplas e carregadas de ambigüidades. Para muitos dos jovens pesquisados, o traficante local, mesmo agindo efetivamente de forma violenta, conhece as dificuldades da comunidade: “os traficantes querem o bem para a comunidade. Não querem o mal para o local onde

eles moram”. Esta afirmação nos remete às questões já mencionadas anteriormente – das relações de reciprocidade presentes na interação entre os jovens e traficantes. Isto porque o traficante local não é visto apenas como uma pessoa que recebeu o rótulo de desviante. Mas ele está inserido na própria comunidade onde mantém laços, mesmo que tensos e conflituosos, que produzem algum tipo de solidariedade, além do medo e da insegurança que disseminam. Perguntei aos jovens se o traficante local era considerado boy e obtive resposta negativa: “Traficante não vira boy não. Eles viveram as necessidades, já passaram aquilo. São unidos, ajudam, dão remédio pra gente”. “O traficante não vira boy não, muito traficante ajuda a favela dando cesta básica. Eles vêem a favela como sua família. Eles brigam entre eles, nós ficamos de fora.”. As relações de reciprocidade relativizam a oposição entre os jovens e os traficantes locais. O traficante é julgado pela sua atuação na comunidade. Seus atos são avaliados não em relação às leis do país, mas em relação a sua convivência na localidade. Desta forma, ao contrário do boy, que é representado exclusivamente por imagens negativas, construídas em torno da expectativa de posições e situações sociais pertencentes à classe mais alta e centralizada nas características relacionada ao menosprezo pelos pobres, no caso específico, os jovens do Morro das Laranjeiras. O traficante local é visto como um igual, aquele que vive as mesmas condições sócio-econômicas, que sofre as mesmas experiências de submissão e de humilhação que qualquer jovem do Morro das Laranjeiras vivencia. O depoimento abaixo exemplifica esta situação:

– (...) mesmo o cara tendo dinheiro, pode ter o dinheiro que for, ele pode esbanjar quem ele quiser, mas ele não tem estrutura. O cara abre a boca, você vê que o cara não sabe expressar, não tem um assunto bom, é só o assunto dali de dentro. O cara só convive com o pessoal de dentro da favela. O dinheiro que ele vai ter é só para obter ali dentro. O cara ganha dinheiro para ficar enfurnado ali dentro, para andar bonito só na favela,

para poder ter relógio só na favela. Quando o cara sai pra fora da favela ele não é ninguém. (Jovem aluno do turno da tarde, 18 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Isto nos remete novamente à questão do estigma que todos os jovens do Morro das Laranjeiras carregam por morarem em um local considerado como antro de marginais, malandros e traficantes. Este estigma atinge até mesmo àqueles que não aderem ao tráfico, que constituem, inclusive, a maioria dos jovens do Morro das Laranjeiras. Estes atributos são nitidamente percebidos pelos jovens do Morro das Laranjeiras e tudo indica, a julgar pelos relatos dos jovens que são estes atributos que tornam possível a construção de regras de reciprocidade entre eles e os traficantes locais. Neste aspecto, como acentua Sarti (1996), a moral da reciprocidade como um sistema constituído por três obrigações fundamentais – dar, receber e retribuir – opera num duplo sentido. Por um lado, os que buscam pautar suas vidas no princípio da ordem, numa sociedade considerada por eles injusta e desigual. Por outro lado encontram-se os que rompem com as fronteiras da ordem, julgando-se no direito de privar o outro na mesma medida em que se sentem privados, negando a possibilidade do arbítrio da lei. A lógica da reciprocidade dificulta, assim, a construção de qualquer critério universal de justiça. Dentro desta perspectiva, Zaluar (1985) acrescenta:

“É desta maneira concreta, prática, colocada a sua experiência cotidiana, que diferenciam o que poderíamos chamar arbítrio ou autoritarismo da democracia, ou a relação de dominação da competição justa e legítima entre iguais. Ao invés de uma idéia abstrata de justiça ou de democracia, no entanto, guiam-se por uma idéia retirada de suas próprias experiências, segundo a qual avaliam ou julgam o comportamento daqueles com que têm contato pessoal direto”. (Zaluar, 1985, p. 140).

Além disto, ao mesmo tempo que tanto o traficante quanto o policial têm imagens carregadas de ambigüidades é a polícia que apreze, nos relatos dos jovens, caracterizada por uma imagem completamente negativa. Com a polícia os jovens mantêm uma relação de medo e insegurança. Essa postura se expressa a partir das vivências de violência e corrupção praticadas por policiais contra o próprio jovem ou quando observadas contra um colega ou familiar. Em se tratando dos jovens do Morro das Laranjeiras, que enfrentam em seu cotidiano a ação de policias no combate ao tráfico de drogas no interior da favela, estas vivências se tornam mais dramáticas. Segundo seus relatos, os policiais, na maioria das vezes, tratam igualmente como criminoso, o jovem envolvido ou não no comércio de drogas:

– Não respeitam ninguém, empurram o portão, invadem a casa da gente. Traficante respeita mais a favela que o policial. (Jovem aluno do turno da tarde, 16 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Negócio ruim mesmo, a gente que não faz nada é que sofre. É mais para a gente do que para os traficantes. (jovem aluno do turno da tarde, 16 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Pobre é quem apanha, filhinho de papai eles não mexem não, aqui na favela se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. (jovem aluna do turno da manhã, 17 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

Mas estas afirmações não implicam que os jovens recusem a autoridade policial na repressão ao tráfico de drogas. Ao contrário, para muitos dos jovens pesquisados, o papel da polícia no combate ao tráfico é fundamental. O que os jovens avaliam como negativo é a maneira violenta e ineficiente que a ação policial vem se desenvolvendo. Desta forma, se, por um lado, os traficantes locais conseguem manter laços de solidariedade com a comunidade, por outro, segundo relatos dos jovens, são os policiais que aparecem sem

nenhuma relação de lealdade para com eles. Essas questões serão aprofundadas na seção seguinte.

3.3 Traficantes versus policiais.

Um dos fatores mais assustadores do crescimento da violência nas cidades brasileiras é o fato de que as instituições da ordem contribuem para este aumento ao invés de controlá-lo. Constata-se na atualidade que o uso de métodos violentos, ilegais ou extralegais, por parte de policiais, é antigo e persiste no Brasil (Caldeira, 2000). De acordo com o historiador Bretas (1997), desde sua criação, a polícia no Brasil usou de formas violentas para controlar a população. Neste sentido, no período do Brasil Império a existência de um sistema escravista, caracterizado por uma nítida divisão entre o mundo dos brancos e dos escravos, as práticas policiais eram voltadas para os escravos na medida que se definia, claramente, quem devia ser considerado “fora da lei”. A extinção do trabalho escravo, a entrada em massa de emigrantes europeus e a proclamação da república em 1889 resultaram em uma reestruturação nas atividades policiais. Partindo do pressuposto que as classes superiores deveriam ser protegidas e não policiadas, a vigilância policial volta-se, então, para o comportamento do cidadão comum, que precisava ser diferenciado como suspeito ou cidadão ordeiro. Neste cenário, os novos atores sociais – trabalhadores, prostitutas, estrangeiros, mendigos, menores de rua – compuseram as classes consideradas perigosas e, portanto, passíveis de punição pela polícia. Incluíam-se nos comportamentos considerados desordeiros a mendicância, a vadiagem, greves e manifestações de protesto populares que se intensificavam com o crescimento das cidades. Dentro desta linha de raciocínio, Caldeira (2000) destaca que não apenas no Brasil, mas em outros países que se urbanizaram rapidamente, a polícia

ocupou-se principalmente, de um modo geral, em controlar a população pobre, considerada como classe perigosa. Nesta perspectiva, a autora acrescenta:

“A repressão ao crime tem tido como alvo, sobretudo, as classes trabalhadoras e freqüentemente esteve ligada à repressão política: “a questão social” continua sendo “uma questão de polícia”. Conseqüentemente, a população, e especialmente os setores mais pobres, tem sofrido continuamente várias formas de violência policial e injustiça legal, e aprendeu não apenas a desconfiar do sistema judiciário mas, também, a ter medo da polícia”. (Caldeira, 2000, p. 135-136).

Publicações recentes bem como denúncias dos meios de comunicação evidenciam a gravidade deste fenômeno. Em Belo Horizonte, mesmo considerando que o número registrado de ocorrências de abuso de violência por parte de policiais seja menor que o registrado em outras capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Recife, a violência policial existe e é muito grave. Estudo realizado por Saporì (2001), demonstrou que no período 1995-1997 ocorreram 533 denúncias de violência abusiva praticada por policiais militares em Belo Horizonte. Neste estudo, ficou demonstrado que 78,64% da violência praticada por policiais militares concentra-se em situações que envolvam algum tipo de agressões físicas. Os disparos de arma de fogo correspondem a 17,63 % das denúncias e 2,03 % são de ameaças verbais. No que se refere ao perfil das vítimas, constatou-se que, na sua maioria, são do sexo masculino e na faixa etária dos 16 aos 23 anos. É importante, ainda, considerar que as denúncias de abuso praticado por policiais atingem tanto policiais militares quanto policiais civis. Em Minas Gerais, entre setembro/98 e julho/99, a Ouvidoria de polícia registrou 777 denúncias, sendo 578 contra a polícia militar e 199 contra a polícia civil. Isto corresponde a uma denúncia para cada 70 policiais militares e uma denúncia para cada grupo de 44 policiais civis.

A grande maioria dos jovens pesquisados já vivenciou ou assistiu a alguma manifestação de repressão contra eles ou contra algum amigo ou familiar. De acordo com os relatos dos jovens há um consenso que os policiais agem de maneira violenta em suas atividades. Neste aspecto, traficante e policial não se encontram em lados opostos. Ao contrário, para muitos dos jovens pesquisados, policiais são vistos como mais corruptos e violentos que os próprios traficantes. Estudos realizados pela UNESCO, sobre a juventude em Brasília, Fortaleza e Rio de Janeiro, revelam a ocorrência de situação semelhante nestas capitais. Em se tratando do estudo realizado no Rio de Janeiro, Minayio (1999) destaca que, mais que o tráfico de drogas, a polícia é apontada nos depoimentos como o principal agente de violência. Sob este aspecto, de acordo com a autora:

“Como no caso do tráfico, ficou evidente que as falas por classe, por gênero e por local de moradia são diferentes. Embora a opinião sobre a ineficácia, a arbitrariedade, crueldade, sobre aquela a quem denominam “polícia assassina” seja consensual, os depoimentos dos jovens de classe média estão mais relacionados a fatos que presenciam, a “revista” nas saídas de bailes e shows, e no máximo denunciam algum achacamento dos agentes de segurança para conseguirem dinheiro. Ao contrário, a forma como os policiais são retratados pelos jovens pobres e que vivem na favela ou nas periferias parte de situações vexatórias vividas, presenciadas e sofridas”. (Minayio, 1999, 162).

Além disto, para muitos dos jovens pesquisados, policiais não fazem distinção entre o jovem do Morro das Laranjeiras e o traficante. Em outras palavras, segundo eles, policiais tratam todos os jovens do Morro das Laranjeiras como se fossem criminosos. Os relatos dos jovens são repletos de exemplos desta situação assim como de expressões de indignação geradas por ela. Como ilustra o depoimento abaixo:

– Dentro da favela, pra polícia, todo mundo é igual, é isto mesmo, dentro da favela todo mundo é igual.

– Como assim?

– Todo mundo marginal, todo mundo não presta. Uma vez eu estava voltando a pé do centro, e nisto eu encontrei com dois pivetes, aí a polícia chegou e abordou a gente. Eu e meu primo e os dois pivetes. Aí ele pegou e me ofendeu, ofendeu meu primo. Perguntou pra gente onde estava, quanto os meninos iam comprar na nossa mão. Aí eu fui até meio irônico. Depois que eu fui pensar no que eu tinha feito. Tipo assim, eu vacilei com isto porque é um oficial, porque eu ri quando ele falou quanto eu ia vender pro cara. Eu perguntei pra ele: – Você esta achando que sou o quê? Tipo assim eu estava na rua, estava de madrugada eu fui bandeiroso. Na hora você não sabe, mas os caras batem, batem mesmo. Aqui atrás tem uma delegacia, mas não adianta nada não. Se você tiver que apanhar, apanhou. Igual meu pai fala, depois que tapa está dado ninguém tira. (jovem aluno do turno da tarde, 18 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Desta forma, não é de se surpreender que os jovens não confiem na polícia e, mais ainda, a considerem corrupta. Os jovens ressaltam que a polícia além de violenta encontra-se envolvida no tráfico de drogas. Assim demonstram os depoimentos abaixo:

– Dentro da favela a gente fica mais seguro sem a polícia. Eles não têm educação com a gente. Bandido no morro é traficante e a polícia também está envolvida. (jovem aluna do turno da tarde, 17 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

– Pilantra, também pilantra porque eles passam perto de vagabundo e não pegam não. Eles vão mexer é com quem não tem nada a ver, entendeu? Eu acho que eles soltam dinheiro na mão deles. É lógico que eles soltam dinheiro na mão destes pilantras. (jovem aluna do turno da tarde, 17 anos moradora do Morro das Laranjeiras).

– Às vezes eles acham jovens na rua e revistam e batem. Eles são violentos, pegam jovens, batem, tira a roupa pra procurar se tem drogas neles.

– Você já teve problemas com a polícia?

– Não, eu já vi eles fazendo. Eu tenho um tio que é perito da polícia. Alguns jovens que desrespeitam a polícia eles colocam drogas no bolso deles e levam para a delegacia e falam que achou, aí não tem como falar que é mentira.

– O que você acha disto?

– Acho que eles são muito desonestos. (jovem aluno do turno manhã, 15 anos, morador de outro Bairro).

Em se tratando da prática policial, Paixão (1988) destaca que grande parte do trabalho da polícia não envolve interação com criminosos, mas sim com populações consideradas como focos potenciais de resistência à ordem pré-estabelecida. Neste processo, continua o autor, a polícia, armada de estereótipos, volta-se para a vigilância de ambientes onde ela supõe encontrar criminosos – favelas, minorias étnicas, “zonas” e jovens. A definição de uma situação de suspeita por parte da polícia é, assim, produto da aplicação de indicadores sociais definidos por estereótipos que governam, em grande parte, a atitude do policial frente ao cliente. Na medida que a atividade prática da polícia se orienta por estereótipos que definem os moradores da favela como criminosos em potencial, o dilema da ordem e da lei é então resolvido pela imposição autoritária cujo instrumento é o uso da violência em relação aos moradores da favela. Sob este aspecto, segundo as interpretações de Paixão (1983) desenvolvidas a partir do importante trabalho de Cicourel (1968):

Como mostra Cicourel, através da análise minuciosa da interação entre policiais e suspeitos, a atividade prática do policial consiste no uso e aplicação de tipificações e estereótipos a “situações”: Utilizando seu estoque de conhecimento de senso comum e técnicas de interrogatório apreendidas organizacionalmente, policiais competentes categorizam eventos como instâncias de delinquência, e seus autores apresentam aparências típicas de delinquentes – “más atitudes”, pais separados ou definidos como incompetentes, desempenho escolar negativo, pobreza, associações com suspeitos. Assim, categorias legais são preenchidas prospectiva e retrospectivamente, em função do poder do policial de atribuir significados morais (e legais) a expressões indécias que tipificam indivíduos como suspeitos, e suspeitos como indiciados. E na medida em que esta atribuição de significados é baseada na suposição de que as causas do crime residem na marginalidade urbana, convertida então em objeto preferencial de vigilância e inspeção rotineiras, a correlação que

encontramos entre marginalidade e criminalidade torna-se uma “profecia autocumprida”.(Paixão, 1983, p.42).

Dentro desta perspectiva, como afirma Leeds (1998), as práticas violentas da polícia na favela, de modo específico no combate ao tráfico de drogas, criam uma situação em que a fronteira entre a atividade policial legal e a atividade ilegal dos traficantes desaparece, deixando a população da favela sem saber em quem confiar. Os moradores das favelas ficam assim entre duas forças armadas, por um lado, a violência ilegal dos traficantes e por outro a violência oficial das forças policiais. Os relatos abaixo exemplificam esta situação:

– Brigam entre si (os traficantes) um quer ter mais poder que o outro. Eles ficam trocando tiro entre eles. Aí chega a polícia e espanca todo mundo, mesmo quem não tem nada a ver com isto. (jovem aluno do turno da tarde, 17 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Entrar na favela e fazer o que eles fazem! Pura hipocrisia. Porque, igual. teve uma vez que a gente estava sem aula porque a polícia estava de helicóptero, tudo aqui, para buscar traficante. Eles sabem que isto não vai acabar, não vai ser deste jeito que vai acabar. Eles precisam olhar para eles, o que eles estão fazendo, investigar entre eles primeiro. Investigar o que está errado dentro da própria polícia pra depois olhar o mundo aí fora, porque muita coisa que está acontecendo é a própria polícia que faz. (Jovem aluno do turno da tarde, 16 anos, morador de outro bairro).

Seguindo esta linha de pensamento, a eficiência da polícia no controle o crime é questionada por muitos dos jovens pesquisados. Para eles, na medida em que a polícia é violenta e também se envolve com a criminalidade, ela perde a competência de controlar e punir os criminosos. Neste aspecto, de acordo com relato dos jovens, a polícia tanto quanto os traficantes contribuí para o aumento da violência ao invés de combatê-la: – “A maioria dos policiais hoje em dia é pior que traficante porque, olha, qual é o dever do policia? Não é gerar violência não. Mas o que a gente vê é isto hoje em dia”. Ao mesmo

tempo, dos próprios jovens do Morro das Laranjeiras que convivem com as arbitrariedades de policiais na Favela e, por isto, não confiam na polícia, ouvi depoimentos que apoiavam a brutalidade de policiais contra traficantes locais:

– Acho que eles (os policiais) estão certos, só com violência pra combater este tipo de pessoa. Quando eles chegam batendo sem saber de nada eu não acho certo não. Mas quando eles pegam alguma coisa, eles estão certos sim. (jovem aluno do turno da tarde, 14 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Só com violência para combater este tipo de pessoa. Eles são muito violentos também. (jovem aluno do turno da tarde, 14 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

– Bom, quando é traficante eu gosto entendeu? Aqui os meninos mal saiu das fraldas já está com revólver na cintura. Quando o policial chega eles não agüentam nem apanhar. Pra que entra? Se agüentasse apanhar até que ia, né? (jovem aluna do turno da manhã, 17 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

Apesar de condenarem práticas policiais violentas contra “inocentes”, os depoimentos acima demonstram haver uma condescendência à ação arbitrária de policiais quando se trata de punir traficantes. Embora Caldeira não discuta especificamente a questão do combate ao tráfico de drogas, a autora argumenta que na maioria das vezes a violência praticada ao se estabelecer a ordem no Brasil é realizada impunemente e com significativa legitimidade e que, além disto, o próprio sistema judiciário, responsável por avaliar e condenar estas práticas, é desacreditado e, assim, percebido pela população como um recurso não confiável para a justa resolução de conflitos. O contexto de insegurança e medo do crime, de acordo com a autora, levaria a população a apoiar práticas violentas como a única saída para combater os criminosos. Pedir justiça à polícia, nesta situação, significa pedir a ela para exercer vingança imediata, sem a participação do

judiciário e sem deixar que os supostos criminosos subornem policiais. Por este ponto de vista, a polícia não tem nada a ver nem com a lei, nem com o judiciário, ambos considerados injustos (Caldeira, 2000). Cabe enfatizar, no entanto, que nem todos os jovens, envolvidos ou não com o tráfico, percebem como positivas as práticas violentas da polícia contra a ação de traficantes. Ao contrário, segundo o relato de alguns jovens, a arbitrariedade dos policiais em relação aos traficantes contribui para aproximar, ainda mais, o jovem do crime:

– Isto não é forma de polícia trabalhar não. Por isto os traficantes querem matar os policiais, a maioria é isto mesmo, eles ficam revoltados. Parece que se você bate a pessoa se torna pior. (jovem aluna do turno da tarde, 15 anos, moradora do Morro das Laranjeiras)

– Não adianta nada. Porque eu já vi a polícia batendo num menino. Depois o menino saiu rindo, que adianta. Começou a rir.

– Por que você acha que ele fez isto?

– Não sei, começou a rir. Não sei se é para mostrar que não tem nada a ver, não sei. (jovem aluna do turno da manhã, 17 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

– A pessoa fica muito pior, eles não deviam bater não. Não tem necessidade, o papel deles não é este. (jovem aluna do turno da manhã, 16 anos, moradora de outro Bairro).

– Eu não vejo o trabalho do policial produzindo nada, a maioria dos policiais não tem caráter. Se “couro” adiantasse a cadeia estaria vazia. Se a pessoa fez, ela tem que pagar. Mas não adianta ficar espancando não. (jovem aluno do turno da tarde 15 anos, morador do Morro das Laranjeiras).

Mas não são apenas os jovens que avaliam as práticas policiais como arbitrarias. Em se tratando da segurança interna da escola, as práticas policiais aparecem também relacionadas à arbitrariedade. Perguntei a direção sobre esta questão e recebi a seguinte resposta:

– Dificil de avaliar este assunto porque existem pessoas sérias, responsáveis dentro da polícia. Mas infelizmente sabemos que existem também aquelas que deixam a desejar. Então a gente corre um risco muito grande com o policiamento também. A gente recorre porque é um caminho que a gente tem para pedir ajuda. Mas não é um socorro tranquilo, a gente tem muito receio da situação. (Direção da escola)

O risco a que a direção se refere no depoimento acima é ilustrado pelo incidente entre policiais e traficantes que ocorreu na escola: O pai de um aluno morador do Morro das Laranjeiras comunicou à direção e à polícia ter visto movimentação de traficantes no cômodo acima da carpintaria da escola. Os policiais chegaram armados à escola e procuraram a direção que os conduziu à biblioteca, que era um local estratégico, para que eles pudessem ver a movimentação citada na denúncia. Os policiais constataram que havia realmente um grupo grande de traficantes, aproximadamente 15, embalando maconha, na área física da escola. Eles chamaram reforço, deixaram um policial dentro da escola e o restante dos policiais tentaram abordar os traficantes chegando pela parte externa da escola. Procurando escapar do cerco policial, os traficantes correram pelo telhado da escola. Neste momento professores e alunos amedrontados encontram-se dentro das salas de aula. No horário do incidente professores e alunos encontravam-se nas salas de aula e a movimentação gerou um clima de medo e tensão. Os tiros disparados pelos policiais aumentaram ainda mais o pânico vivenciado por todos que se encontravam no interior da escola:

– Chamaram o reforço, um ficou aqui, os outros foram lá pra fora, lá pro beco, abordaram os elementos. Eles saíram correndo pelo telhado da escola, os policiais deram mais ou menos três tiros que trouxe pânico violento para os alunos, funcionários e professores (Direção da escola).

Durante a fuga, um dos traficantes jogou um pacote de maconha no pátio da escola. Pouco tempo depois, na saída do turno, alguns jovens chutaram o pacote espalhando parte do seu conteúdo. Imediatamente alguns jovens recolhem o restante do pacote, ao mesmo tempo em que outros jovens se aglomeraram para recolher a maconha que havia se espalhado pelo chão. Ao perceber o tumulto uma funcionária alerta a direção que toma dos jovens a parte da maconha que eles já haviam recolhido do chão:

– No chutar sobrou algum resíduo no chão e a meninada começou a catar a bendita maconha. A funcionária viu e me chamou. Eu fui até lá. Tomei dos alunos aquilo que eles tinham pegado. Juntei tudo que deu mais ou menos uma palma da minha mão e joguei no vaso. (direção da escola).

Poucas horas depois a direção foi procurada por traficantes que queriam recuperar a droga que, segundo eles, encontrava-se com ela. A direção esclarece aos traficantes que havia jogado fora apenas os resíduos da maconha que se espalhara pelo pátio e que não sabia quem teria ficado com o pacote. Mesmo diante destas explicações, os traficantes voltaram novamente à escola e pressionaram a direção na tentativa de obter informações sobre quem teria se apropriado do pacote de maconha:

– Não ficaram satisfeitos. Voltaram e tornei a explicar. Na terceira vez eu fui lá fora, na rua, aí tinha um mais velho, eu expliquei novamente a situação para ele, que foi embora. Na segunda-feira um deles tornou a voltar, queria falar comigo. Estava sem camisa, o porteiro falou com ele que sem camisa não poderia entrar, veste uma camisa que eu deixo você entrar. Não voltou mais. (Direção de escola).

No dia seguinte ao incidente vivia-se na escola um clima de grande ansiedade. Ouvei dos professores, ao se referirem ao medo que sentiram dos traficantes e ao desrespeito dos policiais que “invadiram a escola como se estivessem em uma ação de

guerra”, as seguintes declarações: “a que ponto chegamos, agora até a polícia atira em traficante dentro desta escola”. “Só quando cheguei em casa eu vi o que realmente aconteceu aqui, eu chorei a noite toda” “fiquei com os alunos presos dentro da sala, quase morri de medo, mas tive que me conter, os alunos estavam apavorados”. “É impossível trabalhar num lugar deste, o desrespeito vem de toda parte”. O medo e a ameaça que o incidente provocou na escola evidencia a existência de duas ações contraditórias que acentuam a vulnerabilidade da escola frente aos problemas de segurança: De um lado, a ação ilegal de traficantes que se utilizam do espaço escolar para armazenar suas drogas, de outro, a ação de policiais que entram na escola sem se preocupar com a segurança dos alunos e dos profissionais: Dentro desta perspectiva, ouvi da direção:

– Eles (policiais) entraram com arma em punho. Só isto já causa um tumulto, um receio muito grande. Dependendo das circunstâncias eles entram com tranquilidade, dependendo eles entram impondo. Eles entraram como se fosse uma ação policial, como se não fosse uma escola, tanto que houve tiros. Ouvimos os tiros pro alto, pro lado, que trouxe pavor para todos que estávamos dentro da escola. (Direção da escola).

Cabe enfatizar, ainda, que durante o período que permaneci na escola ocorreram outras situações relacionadas a sua segurança interna. Na campanha para eleição do grêmio, por exemplo, as duas chapas que disputaram a eleição tinham como ponto fundamental de campanha encontrar saída para o problema da segurança possibilitando assim a realização de eventos culturais e esportivos na escola. Segundo eles, a escola não estaria se empenhando em desenvolver estas atividades. Os profissionais responsáveis pela realização destes eventos, ao se posicionarem contrários à abertura da escola para a

comunidade, argumentaram que tal atitude era uma tentativa de proteger os alunos da violência do tráfico de drogas que ocorre no Morro das Laranjeiras. Sob este aspecto, Guimarães (1998) argumenta que o fechamento da escola é uma tentativa de distanciar-se e distinguir-se de um mundo marcado pela violência, procurando preservar a imagem “de anos atrás, em que a escola era um lugar abrigado e seguro, onde ações agressivas ocorriam e eram sancionadas por regulamentos, conselhos de classe e reuniões de professores”.(Fukui, 1992, p.106; apud Guimarães, 1998, p.62).

Durante o trabalho de campo, a maioria das atividades culturais e esportivas previstas deixou de ocorrer ou passou a ser organizada apenas com a participação dos alunos e profissionais da escola. Foi nesta circunstância que se realizou a festa junina. Sem muita motivação os profissionais organizaram a festa que aconteceria no horário dos respectivos turnos e determinaram que a entrada estaria restrita aos alunos que não poderiam levar familiares ou amigos. Os jovens alunos tiveram reações diferentes a esta situação: para alguns, principalmente os jovens do Morro das Laranjeiras, o fato da escola não se abrir para a comunidade tornava o evento pouco atrativo. Para outros, a participação somente dos alunos era necessária devido à insegurança que sentem em relação à comunidade local, Morro das Laranjeiras. A festa teve baixa frequência por parte dos alunos. Perguntados sobre estas questões os jovens assim me responderam:

– Só podia vir alunos da escola, eles têm medo da bagunça dos favelados. Aqui na escola quem manda é professor. A gente não foi nem consultado. O que eles resolvem a gente tem que obedecer, é por isto que ficou vazio. (jovem aluno do turno da manhã, 17 anos, morador do Morro das Laranjeiras)

– Por causa da favela a gente não podia trazer amigos nem parentes. Esta escola parece um presídio. Como tem muito aluno da favela a gente é que fica prejudicado. (jovem aluna do turno da tarde, 16 anos, moradora de outro bairro)

– A gente não podia convidar nem um amigo por causa da favela. A escola não é nada amigável com ninguém da favela, aí os meninos da favela ficam revoltados e soltam bombas e fazem bagunça nas festas. Aqui tem muito aluno revoltado. (jovem aluna do turno da tarde, 14 anos, moradora de outro bairro)

– Professor só quer fazer festa pra filhinho de papai, eles não querem saber de favelado nas festas deles não. É por isto que a festa ficou vazia. (jovem aluna do turno da tarde, 19 anos, moradora do Morro das Laranjeiras).

Os depoimentos acima apontam novamente para o processo de estigmatização vivenciado pelos jovens alunos moradores do Morro das Laranjeiras. Pode-se dizer assim que a escola, ao se fechar para esta comunidade na tentativa de se proteger da violência produzida pelo tráfico de drogas, acaba por reforçar os estigmas que, de modo geral, definem, a priori, todos os jovens moradores desta localidade como traficantes, violentos e marginais em potencial. Enquanto a Escola das Magnólias não consegue reduzir este processo de estigmatização os jovens moradores do Morro das Laranjeiras vão convivendo com as tensões e conflitos que esta situação lhes proporciona: por um lado, são vitimizados por policiais, traficantes e mesmo por alguns de seus colegas e professores da escola. Mas, ao mesmo tempo, alguns deles ameaçam os alunos e os profissionais da escola ou, ainda, se agredem e brigam entre si para mostrar que são “poderosos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 80, o tráfico de drogas em todo o mundo ocidental vem crescendo e se modificando. Nos anos 60 e 70, o mercado ilícito de drogas era voltado quase que exclusivamente para o consumo de maconha, uma droga associada ao movimento de contracultura, de pouca importância econômica. Na atualidade, no entanto, o significado e o contexto das drogas se modificou. A partir da expansão do consumo de cocaína, o mercado ilegal de drogas se estruturou como uma organização internacional altamente lucrativa e violenta.

Como argumentei no capítulo I, existe muita mitificação em torno do tema das drogas. Sob este aspecto, pressupõe-se que todo usuário de droga ilícita, principalmente os jovens, se envolve em atitudes violentas ou se torna necessariamente dependente ou viciado. Este tipo de argumentação tem levado ao isolamento do usuário e assim dificultado o desenvolvimento de ações educativas e preventivas. Mesmo considerando os riscos implícitos ao consumidor de drogas, não podemos concluir que todos os jovens que fazem uso se tornem dependentes ou viciados. Vários estudiosos do assunto têm demonstrado que existem diferenciações entre dependência e uso ocasional de drogas. Além disto, observa-se que o uso de drogas deve ser entendido como um fenômeno sócio-cultural, com implicações médicas, políticas, religiosas e econômicas. Não obstante, verifica-se que a oferta e a facilidade na obtenção das drogas ilícitas, mesmo com toda repressão legal, têm aumentado na atualidade.

Desta forma, a possível correlação entre droga ilícita e violência encontra-se no desenvolvimento do narcotráfico. O fenômeno do comércio ilegal de drogas, organizado

internacionalmente, mas com ramificações nas comunidades pobres das cidades brasileiras, potencializa e torna mais complexa a violência nestas localidades. Na medida em que o tráfico de drogas não dispõe de instrumentos jurídicos legais para ampará-lo na resolução de conflitos, a ameaça ou o uso da violência tornam-se elementos constitutivos das relações de poder entre traficantes e os moradores da comunidade local. Como vimos nos depoimentos dos jovens, a violência praticada pelos traficantes, baseada na armas de fogo, intimida a comunidade que se vê obrigada a se submeter a esta situação.

Além disto, nas comunidades pobres, no caso específico desta dissertação, no Morro das Laranjeiras, verifica-se a presença de jovens, cada vez mais novos, se envolvendo neste empreendimento ilegal e violento. Percebemos, no entanto, que este envolvimento que, segundo eles, é a possibilidade de “ganhar muito dinheiro” relaciona-se ao desejo de inserção no mercado de consumo de massa. Em outras palavras, segundo a ótica dos próprios jovens, através das alternativas rendosas proporcionadas pelo narcotráfico, jovens moradores do Morro das Laranjeiras, muitos deles subempregados ou desempregados e com pouca esperança de arrumar emprego, se envolvem neste comércio ilegal para ter a oportunidade de consumir os bens valorizados pela indústria de massa. Mas é fundamental enfatizar que apenas uma pequena parcela dos jovens moradores do Morro das Laranjeiras encontram-se envolvidos no comércio ilegal de drogas.

Apesar dos jovens moradores do Morro das Laranjeiras vivenciarem com maior intensidade o problema do tráfico de drogas e, por isto mesmo, estarem mais vulneráveis às influências dos traficantes, como vimos nesta pesquisa, constatou-se que a grande maioria deles repudia as ações violentas e autoritárias dos traficantes. Mesmo assim,

devido o crescimento da violência provocada pelo narcotráfico e, por consequência o aumento da sensação de insegurança e medo vivenciado pela população neste processo, generaliza-se a crença em torno da idéia de que todos os moradores do Morro das Laranjeiras, sobretudo os jovens, são traficantes- perigosos e violentos em potencial.

É diante deste contexto que a escola pesquisada, que tem parte de seus alunos moradores desta comunidade, é diretamente atingida. Isso porque a violência inerente ao comércio ilegal de drogas se estende para o ambiente escolar, modificando seu funcionamento. Por um lado presenciei, durante o período que permaneci na escola, alunos e profissionais coagidos dentro das salas de aula devido a avisos de traficantes que ocorreria tiroteio no Morro das Laranjeiras, aulas terminando mais cedo para evitar que a saída dos alunos coincidissem com possíveis conflitos entre quadrilhas rivais. Presenciei ainda, como vimos no capítulo III, policiais armados dentro da própria escola perseguindo traficantes. Nesta situação amedrontadora, a escola tenta se proteger colocando cadeados nas portas e portões, mantendo permanentemente um porteiro para controlar a entrada dos alunos no interior da escola, exigindo-se a obrigatoriedade do uso do uniforme e da apresentação da carteira de identificação do aluno.

A presença dos alunos na escola passa a ser, assim, permitida apenas no horário das aulas, exceção feita quando se trata da entrada de alunos para estudar na biblioteca, que também tem seus horários rigidamente estabelecidos. Assisti discussões entre o porteiro, alunos e coordenadores de turno sobre a determinação de se impedir que os jovens frequentassem a biblioteca fora do horário pré-estabelecido. Aborrecidos estes jovens iam embora se queixando de não poder fazer seus exercícios devido à intolerância

da escola. Além disto, as programações culturais passaram a se realizar apenas com a presença do corpo docente e dos alunos da escola.

Constata-se então que a escola tenta se proteger da violência se fechando para a comunidade do Morro das Laranjeiras, o que se torna uma iniciativa problemática ao lembrar que parte do corpo discente é moradora desta região. Se, por um lado, este processo expressa o sentimento de medo e insegurança gerado pelo tráfico de drogas que se intensifica no Morro das Laranjeiras, por outro lado, ele reforça o rótulo de que todos os moradores do Morro das Laranjeiras são qualificados como traficantes, violentos e perigosos em potencial. Percebemos assim, que por morarem em um local onde o tráfico de drogas é intenso e tem gerado situações de violência, os jovens do Morro das Laranjeiras acabam sendo estigmatizados na escola.

No contexto destas relações, da tensão que se expressa entre os jovens do Morro das Laranjeiras classificados como “favelados” e seus colegas de outras localidades – boy ou pat- como foi evidenciado ao longo desta pesquisa, pode se entender os conflitos que ocorreram no interior da escola. A nítida diferenciação, como foi evidenciada no capítulo II, consequência do estigma espacial e social de se morar ou não na Favela, produz um clima de tensão que na maioria das vezes potencializa as brigas, ameaças e agressões entre os próprios jovens bem como entre eles e os profissionais da escola.

Nesta perspectiva, me parece que um dos desafios que se coloca na atualidade para a Escola das Magnólias é conseguir lidar com os efeitos da violência do narcotráfico, priorizando práticas pedagógicas que possibilitem reduzir o processo de estigmatização que, de um modo geral, devido ao fato de morarem em um local onde as práticas

violentas do tráfico de drogas se intensificaram, todos os jovens alunos do Morro das Laranjeiras vivenciam.

REFEREÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ABREU, Regina. Plantas psicoativas: símbolo de identidade social. In: BASTOS Francisco Inácio; GONÇALVES Odair (org.). *Só socialmente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

ADORNO, Sergio. Dilemas do Controle Democrático da Violência: Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio. São Paulo (Brasil) 1980-1989. In: SANTOS, José V. Tavares (org.). *Violência em tempos de globalização*. São Paulo: Editora Hucite, 1999.

ADORNO, Sergio. A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola. *Idéias*, São Paulo. n.21. p. 67-75, 1994.

ADORNO, Sergio. Ética e Violência: Adolescentes crime e violência. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V; SPOSITO, M.P (org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

ADIALA, Julio César. *A criminalização dos Entorpecentes*. Rio de Janeiro. Departamento de Sociologia, IUPERJ, 1996.(Dissertação de Mestrado).

ALBERGARIA, Jason. *Comentário ao Estatuto da Criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1991.

BARRETO, César. *Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições UNESCO, 1999.

BEATO FILHO, Cláudio C. *Determinantes da criminalidade em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 13, n. 37. p.74-89, jun. 1998.

BECKER, S. Howard. *Outsiders. Studies in the of Desvience*. New York, The Free Press, 1963

_____. *Uma Teoria da Ação Social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, editora, 1997.

BOUDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco zero, 1983.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade – o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

BUCKER, Richard. *As Drogas e a Vida - Uma Abordagem Biopsicosocial*. São Paulo: Artes Médicas, 1988.

_____. *Drogas e Drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CALDEIRA, Tereza Pires. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CARLINE, Elisauo. Fatores Psicoativos nas Relações Humanas na Sociedade Contemporânea: Visão de um psicofarmacologista. In: BASTOS Francisco Inácio e GONÇALVES Odair, Só socialmente. Rio de Janeiro: Relume –Dumará, 1992

_____. *Drogas-Subsidio para uma Discussão*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Anais da II conferencia. Brasília, Agosto 1997.

CLINARD, Marshall. Las implicaciones teóricas de la anomie y la conducta desviada. In: *Anomia y Conduita desviada*. CLINARD Marshall B. (org.). Buenos Aires: Paidos: 1967.

COSTA, Priscila Fernandes. Aspectos legais do consumo. In: BUCKER, Richard, (org.). *As drogas e a vida*. São Paulo: Artes médicas, 1998.

COHEM, Peter. Re-Thinking Drug Control Policy, Amsterdam, Center for Drug Research UVA. Paper to United Nations Research Institute for Social Development, 1993.

DURKHEIM, Émile, *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FUKUI, Lia. Seguranças nas escolas. In: ZALUAR, A (org.). *Violência e Educação*. São Paulo: Livro do Tatu/Cortez, 1992.

GREGO, Filho. *Tóxico: prevenção-repressão*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1987.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei número 8069 de 13 de Julho de 1990, Brasília, 1990.

ELIAS, Norbert, *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON, Raymond (org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GUSFIELD, Joseph. The (F) Utility of Knowledge? : the Relation of Social Science to Public Policy Toward Drugs. In: *Annals, AAPSS*, 417, Jan.1975.

GUIMARAES, Eloísa. *Escola Galera e Narcotráfico*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1998.

HENMAN, Richard Antony. A Guerra às Drogas é uma Guerra Etnocida. In: ZALUAR, A (org.). *Drogas e Cidadania: repressão ou redução dos riscos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e Poderes Paralelos na Periferia Urbana Brasileira: Ameaças à Democracia em Nível Local. In: Zaluar Alba (org). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

LINDESMITH, Alfredo; GAGNON, John. Anomie y toxicomania in: CLINARD, Marshall, (org.). *Anomiay conducta desviada*. Buenos Aires, 1967.

MATZA. David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITO, S. *Sociologia da juventude*. V. III. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1968.

MACRAE Edmard. A desatenção da Legislação de Entorpecentes pelas complexidades da questão. In: BATISTA Marcos; INEM, Clara.(org.). *Toxicomania: uma abordagem multidisciplinar*. Rio de Janeiro: NEPAD/ UERJ: Sette Letras, 1997.

_____. A importância dos fatores sócio-culturais na determinação da política oficial sobre o uso da ayahuasca. In: ZALUAR, A (org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: editora Brasiliense, 1994.

MANNHEIM, Karl. O problema das juventudes na sociedade moderna. In: *Sociologia da juventude*, V. I Rio de Janeiro: J. Zahar, 1968.

MERTON, R. K. *Sociologia Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MINAYO, M. C. de Souza. A Complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. In: INEM Marcos; BATISTA, Clara (Org.). *Toxicomania: abordagem multidisciplinar*. Rio de Janeiro: NEPAD/UEFJ, 1997.

_____. *Fala galera: juventude, violência e cidadania Rio de Janeiro*: Garamond. 1999.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX: O Espírito do Tempo*. V. I, Necrose. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

MUSUMECI, Barbara. O consumo de Álcool no País. In: ZALUAR Alba, *Droga e cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

NOVAES, Regina Reyes. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: HERMANO, Vianna (org). *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

_____. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. IN: ABRAMO, Helena Weldel (org.). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cotez, 2000.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Problemas Sociais, Políticas Públicas In: ZALUAR Alba, (Org.). *Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. Crime, controle social e consolidação da cidadania. In: REIS e O'DONNEL, G. (Ed). *A democracia no Brasil – dilemas e perspectives*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO Paulo Sergio (org.). *Crime violência e poder. Rio de Janeiro*. Brasiliense, 1983.

_____. (s. d.) *Crime, desvio e sociologia*.(mimeo.).

PROENÇA, Junior. O Tráfico de Cocaína Colômbia-EUA In: BINGEMER Maria Clara; BARTHOLO Jr. Roberto dos Santos (org). *Violência Crime e Castigo*. São Paulo: Editoras Loyola, 1996.

RANGEL, M. G. C. (1978) *Lei de Tóxico: Comentários e Aspectos Internacionais*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

ROTH, Joffrey. Psychoactive Substance and Violence. Series Research in Brief, US Dept. of Justice. [Http:// 206.61.184.43/ shaffer/Gov Pubs/psycoviol .htm](http://206.61.184.43/shaffer/GovPubs/psycoviol.htm), 1994.

SÁ, Domingos Bernardo Silva. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZAluar,A. *Drogas e cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Mais um crime que não compensa... In: BASTOS Francisco Inácio; GONÇALVES Odair. *Só socialmente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1992.

SAPORI, Luis Flavio (2001) Violência Policial e Cultura Militar: Aspectos Teóricos e Empíricos. Teoria e Sociedade Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia-UFMG. Belo Horizonte, n.7, p. 173-213, Jun. 2001.

SPÓSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6, 1997. Número especial.

_____. Educação e Juventude. Versão reformulada de texto apresentada como documento base no grupo temático Educação e juventude no encontro Preparatório a Reunião dos países do Mercosul, Estratégia Regional de Continuidade da V CONFINTEA, Curitiba, Out.1998.

_____. Crise, Identidade e Escola. In: Dayrel Juarez (org). *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

SARTI, Cíntia Anderson. *A família como Espelho: Um Estudo sobre a Moral dos Pobres*. Campinas, São Paulo: Editora Autores associados, 1996.

VELHO, Gilberto. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (org). *Droga e cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

_____. Drogas e Construção Social da Realidade. In: INEM, Marcos; BATISTA Clara (org.). *Toxicomania: abordagem multidisciplinar*. Rio de Janeiro: NEPAD/UEFJ, 1997.

_____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1987.

_____. O estudo do comportamento desviante: A contribuição da antropologia social. In: Velho Gilberto (org.). *Desvio e divergências: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

VIANNA, Hermano. Introdução. In: VIANNA, H. (ORG.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

ZALUAR, Alba, *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan / Editora da UFRJ, 1994.

_____. Introdução: Drogas e cidadania. In: *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. Zaluar A., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. A criminalização das Drogas e o Reencantamento do Mal. In: *Droga e cidadania: Repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. *A Máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

WASELFISZ, Julio Jacobe. *Mapa da violência II*. Brasília: UNESCO, 2000.